

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**O PERFIL DE BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS  
EM IDADE ECONOMICAMENTE ATIVA (BIEAs) DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): UMA  
PROPOSTA DE AVALIAÇÃO**

TRABALHO DE FINAL DE CURSO APRESENTADO À ESCOLA BRASILEIRA DE  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE  
MESTRE

**Filipe Costa Leiria**  
Rio de Janeiro - 2015

**FILIPPE COSTA LEIRIA**

**O PERFIL DE BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS EM IDADE  
ECONOMICAMENTE ATIVA (BIEAs) DO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA (PBF): UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO**

Dissertação para obtenção do grau de mestre apresentada à  
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Área de concentração: Políticas Públicas e População.

Orientador: Prof. Kaizô Iwakami Beltrão

Rio de Janeiro

2015

**Leiria, Filipe Costa**

**O perfil de bem-estar dos beneficiários em idade economicamente ativa (BIEAs) do Programa Bolsa Família (PBF): uma proposta de avaliação / Filipe Costa Leiria. – 2015.**

**108 f.**

**Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.**

**Orientador: Kaizô Iwakami Beltrão.**

**Inclui bibliografia.**

1. Avaliação de pesquisa (Programas de ação social). 2. Programas de sustentação de renda. 3. Programa Bolsa Família (Brasil). 4. Bem-estar social. 5. Renda. 6. Mercado de trabalho. 7. Escolarização. I. Beltrão, Kaizô I. (Kaizô Iwakami). II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 362.042

**FILIPE COSTA LEIRIA**

**O PERFIL DE BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS EM IDADE  
ECONOMICAMENTE ATIVA (BIEAS) DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA  
(PBF): UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 01/10/2015

Aprovada em:

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**



**Kaizô Iwakami Beltrão**  
Orientador (a)



**Cesar Zucco Junior**



**Sonoe Sugahara Pinheiro**

Dedico esta monografia a três mulheres em especial. A primeira, minha mãe, Maria Angélica dos Santos Costa (*pos mortem*) pela dedicação, incentivo e exemplo de ser humano que me inspira a enfrentar os desafios da vida. Também dedico à minha tia, Maria de Nazareth dos Santos Costa, pelo apoio, sendo referência de determinação, garra, superação e força de vontade. Finalmente, minha esposa, companheira, incentivadora que me faz ter certeza que a felicidade e o amor só são reais quando compartilhados, Letícia Marques Padilha.

## **AGRADECIMENTOS**

Sabidamente, não se chega a algum resultado relevante na vida sozinho. A presente monografia não foge a essa regra. Durante o processo de construção do trabalho, obra e autor foram se modificando. Assim, nem o autor e nem a obra são os mesmos do começo da jornada. Tal transformação só foi possível através da interlocução com o outro. Logo, o outro é parte crucial e constituinte da obra. Essa única página da monografia, sem prejuízo das demais, é com certeza a mais importante pois, é o espaço para agradecer às pessoas que foram fundamentais para o resultado do trabalho.

Primeiramente agradeço à Fundação Getúlio Vargas pela qualidade do ensino, suporte e, principalmente, por disponibilizar um curso de Mestrado com um formato acessível aos estudantes oriundos de outros Estados, como no meu caso. Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Kaizô Iwakami Beltrão pela dedicação, paciência e precisão nos questionamentos, necessários à boa reflexão e condução do trabalho. À servidora da FASC, Márcia Medeiros, pessoa fundamental para que eu pudesse atalhar caminhos tanto na obtenção de informações, como na visão sobre o objeto de estudo

Não haveria construção sem debate. Nesse sentido, agradeço aos meus colegas de curso, pelos debates tão acalorados quanto respeitosos. Aqui tenho que fazer um agradecimento a dois amigos em especial, por terem sido companheiros de reflexões em nossos encontros existenciais: Agnes Dantas e David Fabri.

Na linha das reflexões existenciais que contribuíram para o trabalho, não posso deixar de mencionar dois grandes amigos: o gringo-irmão, Luciano Francisco Zortea e o espano-irmão, David Almagro. Também agradeço meus familiares, pela compreensão nos períodos de reclusão e introspecção, necessários à construção intelectual.

As pessoas mais importantes teriam de ficar para o final, e para minha sorte pude contar com a generosidade do universo feminino, superior em sensibilidade, riqueza de detalhes e amor. Assim, minha gratidão eterna por minha tia Maria de Nazareth dos Santos Costa, pela acolhida no Rio de Janeiro, pelas conversas, reflexões e todo apoio na jornada. E,

finalmente, a pessoa que cotidianamente faz tudo valer a pena, com quem compartilho vida, amor, aprendizado e engrandecimento de alma, minha esposa, Letícia Marques Padilha.

“De tudo ficaram três coisas...  
A certeza de que estamos começando...  
A certeza de que é preciso continuar...  
A certeza de que podemos ser interrompidos  
antes de terminar...  
Façamos da interrupção um caminho novo...  
Da queda, um passo de dança...  
Do medo, uma escada...  
Do sonho, uma ponte...  
Da procura, um encontro! ”

Fernando Sabino

## RESUMO

O presente trabalho propõe uma avaliação do bem-estar social dos beneficiários em idade economicamente ativa do Programa Bolsa Família (BIEAs PBF) no município de Porto Alegre. Tal avaliação é norteada pela identificação de situações de restrições ou armadilhas (SACHS, 2005) da capacidade dos indivíduos escolherem diferentes estilos de vida, através dos papéis instrumentais da liberdade (SEN, 2010). Assim, são testadas hipóteses que envolvem as relações dos indivíduos com a escolarização, o mercado de trabalho e a renda. Os resultados da avaliação sugerem a existência de um nível de renda com restrições; incentivos para a interrupção do processo de escolarização, antes de um nível desejável; uma relação entre escolaridade e renda, pouco convergente; e um baixo acesso ao mercado de trabalho formal, prevalecendo relações de trabalho mais precárias. Finalmente, o presente trabalho propõe o posicionamento das questões relevantes atinentes aos BIEAs PBF em uma perspectiva mais ampla do desenvolvimento humano.

Palavras Chave: Avaliação. Bem-Estar. Beneficiários. Bolsa Família. Armadilha. Renda. Mercado de Trabalho. Escolarização.

## ABSTRACT

This paper proposes an welfare's evaluation of the working age beneficiaries in Bolsa Família Program (BFP BWAs) at the city of Porto Alegre. Such an assessment is guided by identifying situations restrictions or traps (SACHS, 2005) the ability of individuals to choose different lifestyles, through the instrumental roles of freedom (SEN, 2010). Thus, hypotheses are tested involving the relationship of individuals with the education, the labor market and income. The evaluation results suggest the existence of a level of income with restrictions; incentives to interrupt the enrollment process before a desirable level; a slightly convergent relationship between schooling and income; and low access to the formal labor market, prevailing precarious labor relations. Finally, this thesis proposes the placement of relevant issues related to BFP BWAs in a broader human development perspective.

Keywords: Evaluation. Welfare. Beneficiaries. Bolsa Família. Trap. Income. Labor market. Schooling.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
2.1 Bem-Estar e Avaliação.....	12
2.2 Papéis Instrumentais da Liberdade ou Liberdades Instrumentais .....	18
2.3 Capital Social.....	20
2.4 Situações de Armadilha .....	22
2.5 Programa Bolsa Família .....	29
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>37</b>
<b>4. LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....</b>	<b>40</b>
<b>5. ANÁLISE DAS FACILIDADES ECONÔMICAS.....</b>	<b>41</b>
4.1 Renda – Óptica da Declaração .....	41
4.2 Renda – Óptica da Despesa Declarada.....	46
4.3 Renda Estimada – Anos de Estudo.....	47
4.4 Renda e Orçamento Familiar.....	49
4.5 Conclusão sobre as Facilidades Econômicas.....	56
<b>6. ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES SOCIAIS .....</b>	<b>57</b>
5.1 Oportunidades Sociais – Trabalho e Estudo.....	57
5.1.1 Oportunidades Sociais – Trabalho e Estudo – Óptica do Rendimento Escolar .....	58
5.1.2 Oportunidades Sociais – Trabalho e Estudo – Óptica do Acesso a Níveis Escolares .....	60
5.2 Oportunidades Sociais – Trabalho e Informalidade .....	79
5.3 Conclusão sobre as Oportunidades Sociais.....	95
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>99</b>
<b>8. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>102</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) tem sido objeto de diferentes tipos de estudo. Constituindo-se como um programa de transferência de renda aos indivíduos considerados mais pobres, alguns eixos de discussões tentam avançar nos efeitos causados nos indivíduos por tal transferência: incentivo ao desenvolvimento versus “acomodação”, por exemplo. Outras discussões abordam os testes de meios do PBF, ou seja, a verificação se os pré-requisitos para recebimento dos recursos são efetivamente observados. Tais discussões, portanto, enfocam mais o PBF em si (sua concepção, mecanismos e impactos nos indivíduos), do que o público beneficiário e suas perspectivas de desenvolvimento, independentemente das ações exclusivas do PBF. Nesse sentido, parece oportuno ampliar a discussão do PBF para além de suas concepções (e eventuais distorções), tomando seus beneficiários como uma população e buscando compreender o desenvolvimento desses indivíduos.

O presente trabalho propõe uma avaliação do bem-estar social dos beneficiários em idade economicamente ativa do Programa Bolsa Família (BIEAs PBF) do município de Porto Alegre. Visando esta finalidade, o trabalho está organizado em três seções.

Na primeira seção, realiza-se uma breve revisão da literatura sobre bem-estar e respectivos critérios de avaliação, identificando-se elementos relevantes propostos pela teoria de Sen (2010), em especial a capacidade dos indivíduos escolherem diferentes estilos de vida, através dos papéis instrumentais da liberdade. Também são abordadas situações de restrições ou armadilhas ao desenvolvimento enfocadas por Sachs (2005) e um breve contexto do Programa Bolsa Família.

Visando operacionalizar os conceitos principais da primeira seção, na seção seguinte são apresentados aspectos de operacionalização dos mesmos. Assim, são apresentadas as bases de informações utilizadas, preponderando o CadÚnico e as pesquisas do IBGE.

Na terceira e quarta seções, a partir dos conceitos de Facilidades Econômicas e Oportunidades Sociais, são testadas hipóteses envolvendo as relações dos indivíduos com a escolarização, o mercado de trabalho e renda. Busca-se, primeiramente, identificar o nível de

renda dos BIEAs PBF de Porto Alegre e suas restrições. Posteriormente, a partir de 03 (três) hipóteses iniciais, aborda-se o processo de escolarização e sua relação com a renda obtida no mercado de trabalho, bem como o acesso ao mercado de trabalho (formal e informal).

Finalmente, o presente trabalho o trabalho conclui, apresentando um breve perfil dos BIEAs PBF de Porto Alegre que aponta para a necessidade de uma perspectiva mais ampla do desenvolvimento humano.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Bem-Estar e Avaliação

A palavra “Bem-Estar”, no sentido genérico, possui um significado amplo, podendo ser utilizado em diversos campos do conhecimento. Segundo Ryan e Deci (2001 apud SIQUEIRA e PADOVAM, 2008), no campo da psicologia, por exemplo, bem-estar pode ser abordado tanto através de uma perspectiva do estado subjetivo de felicidade (bem-estar hedônico) denominando-se “bem-estar subjetivo” (uma visão mais voltada ao prazer ou felicidade), quanto numa perspectiva do potencial humano (associada ao pleno funcionamento das potencialidades de uma pessoa, como a capacidade de pensar, raciocinar e utilizar o bom senso). Na esteira da felicidade como bem-estar, encontramos raízes filosóficas na ética aristotélica, onde o bem supremo a ser alcançado pelo homem seria a felicidade (NODARI, 1997). Buscando-se uma definição de dicionário, verifica-se bem-estar como “Estado de perfeita satisfação física ou moral; conforto. ” (FERRERIA, 1985, p.63). Tais definições, analisadas na perspectiva de políticas públicas, parecem um tanto quanto vagas, permanecendo algumas lacunas. Afinal, inúmeros fatores levam à “Felicidade”, “Satisfação” e “Conforto”, havendo considerável carga de subjetividade. Considerando desejável que o Estado contribua para proporcionar o bem-estar da sociedade, surgem algumas questões: como distinguir a parcela do Bem-Estar cuja responsabilidade é individual, daquela onde a responsabilidade é do Estado? Quais os fatores relevantes de promoção do bem-estar, a serem proporcionados através de políticas públicas? Assim essas questões remetem à reflexão do nível de intervenção estatal desejável, para proporcionar o bem-estar da sociedade.

Analisando-se o “Bem-Estar Social”, numa perspectiva historiográfica sobre a relação entre o Estado e a sociedade, verifica-se a complexidade envolvendo esse conceito. Partindo do questionamento de uma eventual descontinuidade essencial ou qualitativa do conceito de *welfare* (ou Estado de Bem-Estar Social), Fiori (1997) distingue três posições na literatura. A primeira, com menor densidade teórica, segundo o autor, privilegiaria a ideia de “Proteção Social”, tendendo a enfatizar as descontinuidades frente às evoluções, abrangendo o período entre a Poors Law<sup>1</sup> (Inglaterra), de 1536 a 1601, até o Plano Beveridge<sup>2</sup>, (FIORI, 1997,

---

<sup>1</sup> Entende-se, resumidamente, “*Poor Laws*” como um conjunto de leis que visavam a definição de um padrão mínimo de sobrevivência, instituídas na Inglaterra entre 1531 e 1601, (CASTEL, 1998, p. 177; MESTRUM,

p.132). Uma segunda posição, abordaria a ideia de “Políticas Sociais” sem diferenciar de *welfare*, vendo aspectos de continuidade e evolução dessas políticas, ao menos a partir da legislação securitária alemã<sup>3</sup> (FIORI, 1997, p.132). Já uma terceira visão separa o *welfare state* contemporâneo das políticas sociais anteriores à Segunda Guerra Mundial e Plano Beveridge (FIORI, 1997, p.132). Em relação a essa última visão, Esping-Andersen (1991, p. 101), sintetiza a complexidade que envolve o conceito de *welfare state*, ou Estado de Bem-Estar Social: “o *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social”.

A partir da discussão apresentada por Fiori (1997), evidencia-se não haver um consenso sobre o conceito de Bem-Estar Social ou, em outros termos, qual o exato papel que o Estado deve desempenhar, visando o bem-estar da sociedade. Não se trata, portanto, de uma definição natural, aproximando-se mais de uma conceituação baseada em uma análise histórica que permite, principalmente, facilitar a compreensão de fenômenos socioeconômicos da relação Estado e sociedade. Assim, para se alcançar o objetivo do presente trabalho, não se julgou necessário esgotar os exatos limites do conceito de Bem-Estar Social. Entretanto, deve-se ter em mente que tal conceito, envolve um conjunto de ações por parte do Estado (principalmente aspectos econômicos e de justiça social, como será visto adiante) que visam proporcionar condições para o bem-estar (cabendo sinônimos: satisfação, conforto, proteção, felicidade dentre outros) da sociedade. Importante ter presente a existência de certos limites, ou seja, o Estado proporciona determinadas condições ao bem-estar, entretanto não pode garanti-lo por completo, haja visto a existência de uma parcela que compete ao indivíduo. Essa questão é explorada adiante, em especial na distinção entre “renda” e utilização da renda.

---

2002, p. 34) apud (CODES, 2008). As necessidades de sobrevivência eram medidas por: “quantidades de pão, farinha de pão ou dinheiro equivalente, havendo, em algumas paróquias, a permissão para que se adicionassem outras necessidades às referidas medidas. Balizando-se nos resultados dos trabalhos elaborados por nutricionistas, esta abordagem definia como pobre a família cuja renda não fosse suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física” (TOWNSEND, 1993, p. 30) apud (CODES, 2008)

<sup>2</sup> O Plano Beveridge compreende um conjunto de medidas decorrentes do relatório do economista e funcionário público William Beveridge que partia de um diagnóstico de experiências anteriores, como a da Inglaterra (CARDOSO, 2010). Além de medidas de seguridade social, o relatório previa que o governo deveria assegurar serviços de saúde gratuita e com qualidade; evitar o desemprego em massa; além de: “preocupar-se com taxa de natalidade e mortalidade, amparo à infância, proteção à maternidade, reforma do sistema previdenciário, preocupação com doenças e incapacidade, além de despesas especiais como aluguel, nascimento, casamento, viuvez e morte.” (CARDOSO, 2010, p.44).

<sup>3</sup> O termo legislação securitária alemã se refere, resumidamente, aos seguros sociais compulsórios alemães do período de Bismarck (FIORI, 1997).

Avançando na compreensão de bem-estar, Sen (2010) propõe outro eixo de discussão, priorizando critérios de avaliação frente aos aspectos conceituais. O autor postula que para avaliação do bem-estar, nem a perspectiva utilitarista nem a teoria rawlsiana<sup>4</sup> seriam as abordagens mais adequadas. Entretanto, utilizando-se de elementos dessas linhas teóricas, propõe um sistema próprio da avaliação do bem-estar, justificando haver maior consistência na avaliação.

Sobre a perspectiva utilitarista Sen (2010) identifica como sendo a busca pela utilidade, tomada como sinônimo de prazer ou felicidade. Destaca, ter sido essa a ética dominante a mais de um século, constituída de três requisitos. O primeiro se refere ao consequencialismo: todas as ações devem ser julgadas por sua consequência, nada seria mais importante do que a consequência (*consequentialism*) (SEN, 2010, p. 84). Já o segundo, o “welfarismo”, restringe os juízos sobre os estados de coisas às utilidades nos respectivos estados (não atentando diretamente para coisas como fruição ou violação de direitos, por exemplo) (SEN, 2010, p. 85). Finalmente, o terceiro requisito, o ranking pela soma:

pelo qual se requer que as utilidades de diferentes pessoas sejam simplesmente somadas conjuntamente para se obter o mérito agregado, sem atentar para a distribuição desse total pelos indivíduos (ou seja, a soma das utilidades de ser maximizada sem levar em consideração o grau de desigualdade na distribuição das utilidades)” (SEN, 2010, p. 85).

A abordagem utilitarista, segundo Sen (2010), apresenta concepções falhas de justiça. Uma delas seria uma indiferença distributiva: importaria apenas a felicidade total sem ponderações sobre se essa distribuição de felicidade é desigual (SEN, 2010, p. 88). Outra falha seria um descaso com os direitos, liberdades e outras considerações desvinculadas da utilidade: não considerar as reivindicações de direitos e liberdades (ocorreria somente quando tais direitos influenciariam na utilidade) (SEN, 2010, p. 89). Finalmente a terceira, a adaptação e condicionamento mental: a visão do bem-estar apresenta inconsistência, por não considerar mecanismos de adaptação do ser humano frente a necessidade de sobrevivência (SEN, 2010, p. 89). Sobre essa última falha, o autor destaca:

---

<sup>4</sup>O termo se refere aos trabalhos de teoria contemporânea de justiça do filósofo John Rawls, em especial: Rawls, A theory of justice, 1971 (SEN, 2010, p.90).

Os destituídos tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível” (SEN, 2010, p.89).

Na teoria rawlsiana, verifica-se a prioridade da “liberdade formal”, tendo precedência inclusive sobre a promoção de objetivos sociais (incluindo a eliminação da privação e da miséria, constituindo-se como “restrições colaterais” cuja inviolabilidade deve ser absoluta (SEN, 2010, p. 90). O que é referido como “liberdade formal” trata-se de um conjunto de direitos, como liberdades individuais e propriedade. Tal conjunto, varia de definição entre os autores com uma visão libertarista, verificando-se desde definições mais amplas a outras mais moderadas (SEN, 2010, p. 90). Sinteticamente, o argumento central é a existência de certos direitos que, independentemente de suas consequências, não estariam no mesmo plano das coisas julgadas desejáveis como o bem-estar, utilidades, igualdade de resultados ou oportunidades (SEN, 2010, p. 91). Nessa óptica das liberdades formais, em particular Rawls (1997) propõe o sofisticado exercício do “véu da ignorância” como referência de justiça, papel do Estado, portanto. O raciocínio consiste, em síntese, na identificação de garantias sócio econômicas mínimas desejáveis por um indivíduo. Entretanto, o mesmo não saberia de antemão, sua origem étnica, o país onde residiria, seu grau de instrução, seu estado de saúde, o contexto social onde transitaria, dentre outros. A articulação desses fatores resultaria numa escolha de “max-min”, ou seja, de maximizar os mínimos de garantia para o indivíduo.

Sen (2010) não refuta o argumento central de Rawls (1997), entretanto pondera com críticas. Uma delas se refere a uma “salvaguarda” da aceitabilidade da liberdade formal, pela sociedade:

[...]a questão é se a importância da liberdade formal para a sociedade é refletida pelo peso que própria pessoa tenderia a atribuir a essa liberdade ao julgar sua própria vantagem global.

[...] não é com o valor que os cidadãos atribuem – e com razão- à liberdade formal e aos direitos em seus juízos políticos. Muito pelo contrário: a salvaguarda da liberdade formal tem de ser essencialmente relacionada à aceitabilidade política geral de sua importância. (SEN, 2010, p. 92)

Um desdobramento da crítica anterior seria a indiferença quanto às consequências das liberdades formais, ou seja, não considerar o efetivo impacto na vida das pessoas envolvidas.

Existiria a possibilidade de uma prioridade inflexível dos direitos libertários conduzir na prática à violação de liberdades substantivas como:

[...] escapar à mortalidade evitável, ser bem nutrido e sadio e saber ler, escrever e contar etc. A importância dessas liberdades substantivas não pode ser descartada com a justificativa da “prioridade da liberdade formal”.

Como é mostrado em meu livro *Poverty and famines*, por exemplo, até mesmo gigantescas fomes coletivas podem ocorrer sem que os direitos libertários de pessoa alguma (incluindo os direitos de propriedade) sejam violados. (SEN, 2010, p. 93)

Outro desdobramento desse enrijecimento, decorrente da prioridade das liberdades formais, seria o que Sen (2010) se refere a uma “base informacional” limitada. Isso ocorreria pela desconsideração de elementos da visão utilitarista, vistos anteriormente, e as liberdades substantivas (aprofundadas adiante no presente trabalho), reduzindo, por exemplo, a capacidade de comparabilidade dos diferentes estados de bem-estar.

Partindo da análise comparada das teorias utilitarista e rawlsiana, Sen (2010) propõe a abordagem das liberdades substantivas definidas basicamente como: as capacidades de escolher uma vida que se tem razão para valorizar. Em relação à teoria rawlsiana, aponta para a necessidade de considerar, adicionalmente, as características pessoais necessárias à conversão dos bens primários<sup>5</sup> na capacidade de promover seus objetivos. Assim define “funcionamentos” como “o conjunto de várias coisas que uma pessoa considera valioso fazer ou ter” (SEN, 2010, p.104). Capacidades seriam as combinações desses “funcionamentos” cuja a realização é factível para ela. Em outros termos “a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamento (ou menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos)” (SEN, 2010, p.104 e 105). A expansão da liberdade é tomada como “fim primordial” e “o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2010, p.55). No que tange os “meios” define os papéis instrumentais que contribuem, direta ou indiretamente, para a liberdade humana em geral (SEN, 2010, p.56 e 57). Assim a “liberdade para ter estilos de vidas diversos” (podendo ser vista como sinônimo de bem-estar) é afetada pelos papéis instrumentais da liberdade. Assim para se avaliar o bem-estar, seria necessário considerá-los. Logo é possível afirmar: se o indivíduo

---

<sup>5</sup> De forma extremamente sintética, os bens primários, ou bens sociais primários, seriam variáveis em sua distribuição e são direitos e prerrogativas de autoridade, além de renda e da riqueza (RAWLS, 2000, p.99)

dispõe, adequadamente, de papéis instrumentais da liberdade, expande-se a liberdade global, consequentemente a liberdade substancial, culminando com o aumento do bem-estar. O ponto crucial é verificar se as condições necessárias ao exercício da liberdade estão disponíveis, independentemente da escolha do indivíduo em utilizá-las. O argumento é que o bem-estar potencial aumenta à medida que se aumentam os papéis instrumentais da liberdade. Isso não significa que o bem-estar possa ser resumido a essas liberdades instrumentais, pois há uma esfera decisória que compete particularmente a cada indivíduo. Ocorre que “As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas” (SEN, 2010, p. 77). Logo, em síntese, é possível afirmar que os papéis instrumentais da liberdade, ou liberdades instrumentais, constituem o cerne dessa avaliação do bem-estar, naquilo que não depende exclusivamente das escolhas individuais.

Os referidos papéis instrumentais da liberdade ou liberdades instrumentais, referem-se a componentes distintos, inter-relacionados, como facilidades econômicas, liberdades políticas oportunidades sociais garantias de transparência e segurança protetora (SEN,2010, p.77). O autor destaca essas como as principais liberdades instrumentais não visando, contudo, esgotar o rol de liberdades instrumentais possíveis. No presente trabalho, as liberdades instrumentais elencadas por Sen (2010) serão, adiante, analisadas mais detalhadamente. Antes, porém, é importante destacar as considerações a respeito dos juízos de valores contidos em um sistema de avaliação de bem-estar.

Quando Sen (2010) compara teorias anteriormente mencionadas e constrói a sua própria, depreende-se que o autor não visa estabelecer um sistema único, consensual, homogêneo e rígido de se avaliar o bem-estar, tampouco uma discussão dogmática sobre certo ou errado. O autor deixa claro ser inexorável, em qualquer sistema de avaliação, a presença juízos avaliatórios tanto em relação aos indivíduos avaliados que buscam seus respectivos estados de bem-estar (devido a fatores como idade, gênero, talentos inatos etc.), quanto na construção do próprio sistema de avaliação. O importante seria deixar claro os pesos utilizados nas avaliações, não de uma forma irrestrita, mas sim buscando maior aderência ao juízo avaliatório do debate público:

Existe, portanto, um poderoso argumento metodológico em favor de enfatizar a necessidade de atribuir explicitamente pesos avaliatórios a diferentes componentes da qualidade de vida (ou do bem-estar) e então submeter os pesos escolhidos ao debate público e averiguação crítica. Em

qualquer escolha de critérios para finalidades avaliatórias, haveria não apenas juízos de valor, mas também, com grande frequência, alguns juízos sobre os quais não existiria total concordância. Isso é inescapável em um exercício de escolha social desse tipo. A verdadeira questão é se podemos usar alguns critérios que viessem a ter maior apoio público, para finalidades avaliatórias, do que os toscos indicadores frequentemente recomendados alegadamente tecnológicos, como as medidas de renda real. Isso é essencial para a base avaliatória das políticas públicas. (SEN, 210, p. 112)

É possível depreender dos argumentos expostos pelo autor, certa dicotomia entre uma metodologia com viés tecnocrata e outra com maior participação social na construção dos critérios de avaliação. Tais abordagens influenciam diretamente na concepção do sistema de avaliação de bem-estar a ser considerado.

## 2.2 Papéis Instrumentais da Liberdade ou Liberdades Instrumentais

Sen (2010) não visa estabelecer uma lista completa ao enfatizar 05 (cinco) tipos principais de liberdades instrumentais: Liberdades Políticas, Facilidades Econômicas, Oportunidades Sociais, Garantias de Transparência e Segurança Protetora. O quadro a seguir, aborda as definições conceituais de cada uma delas.

<b>Liberdade Instrumental</b>	<b>Conceito</b>
1. Liberdades Políticas	As liberdades políticas, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher diferentes partidos políticos etc. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (abarcando oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, bem como direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos
2. Facilidades Econômicas	As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Os intituleamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente

	<p>aumento de intituleamentos econômicos da população. Deve ser óbvio que na relação entre renda e riqueza nacional, de um lado, e, de outro, os intituleamentos econômicos dos indivíduos (ou famílias), as considerações distributivas são importantes em adição às agregativas. O modo como as rendas adicionais geradas são distribuídas claramente fará diferença.</p>
3. Oportunidades Sociais	<p>Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam na liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas. Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas.</p>
4. Garantias de Transparência	<p>As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é gravemente violada, a vida de muitas pessoas - tanto as envolvidas diretamente como terceiros - pode ser afetada negativamente. As garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, portanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.</p>
5. Segurança Protetora	<p>A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas ad hoc, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados.</p>

Quadro 1: Liberdades Instrumentais e Conceitos

Fonte: Sen (2010), p. 59 a 60

Ao longo de sua teoria, Sen (2010) posiciona as liberdades instrumentais como pré-condições ao desenvolvimento dos indivíduos para que sejam livres, mais especificamente, que detenham “liberdades substantiva”. Assim, aborda as inter-relações e complementariedade dos diferentes tipos de liberdades instrumentais, pondera a importância central do crescimento econômico, destacando mais os efeitos que irradia (maiores condições de disposição de serviços sociais, por exemplo), do que necessariamente toma-lo como único meio para o desenvolvimento dos indivíduos. Também alerta para as privações decorrentes da ausência dessas liberdades instrumentais, tais como fome e miséria abjetas.

### **2.3 Capital Social**

As liberdades instrumentais, anteriormente abordadas, permitem direcionar a compreensão do bem-estar para dois eixos principais. O primeiro, trata-se da relação entre o Estado e o indivíduo, ou sociedade, tomando-se o conjunto dos indivíduos. Em especial, no que tange a disponibilização direta de bens, serviços públicos (saneamento, educação, saúde, etc.) e disposições institucionais (transparência, segurança jurídica, etc.). Tratam-se portanto de aspectos relacionados a capacidade de soluções disponibilizadas pelo Estado, seu conjunto de políticas públicas, visando a promoção do bem-estar da sociedade. Esse conjunto de relações, no presente trabalho, será referido como Soluções de Estado.

Já um segundo eixo estaria relacionado às condições e disponibilidades econômicas nas relações privadas. Aqui, basicamente, entram as relações do indivíduo (ou sociedade, no conjunto dos indivíduos) com o Mercado. Abrangendo assim a dimensão econômica, as relações de troca, a oferta das unidades de produção, o acesso a determinados tipos de mercado, o consumo de bens e serviços, os requisitos exigidos para ingressar no mercado de trabalho (inclusive a própria oferta de trabalho e o valor dos salários), dentre outros. Basicamente, preponderam as relações de oferta e demanda, como em um mercado. Simplificando, tal eixo será aqui denominado de Soluções de Mercado.

Ocorre que o bem-estar dos indivíduos pode ser explicado por outros fatores, além das soluções de Estado e/ ou soluções de Mercado. Isso pode não parecer claro, em um primeiro

momento, ao se analisar as liberdades instrumentais. Assim, visando evidenciar melhor esses aspectos na teoria de Sen (2010), é importante abordar o conceito de Capital Social. No intuito de delimitar o conceito, os aspectos trazidos na presente pesquisa, referentes a Capital Social, decorrem dos trabalhos de Putnam (2006), Fukuyama (1996) e Araujo (2010).

Sinteticamente, entende-se por capital social as relações interpessoais estabelecidas através da confiança e cooperação, bem como os respectivos desdobramentos dessas. Tais fatores (confiança e cooperação), seriam viabilizados pela existência de relações de reciprocidade e de sistemas de participação cívica. Como resultados do capital social estariam a redução custos de transações, maiores retornos dos esforços coletivos através da sinergia, promoção dos aspectos cívicos (como o sentimento de pertencimento a um grupo, a auto percepção como uma célula de um tecido social capaz de ampliar proteções, a percepção como ser político e protagonista da realidade social). Em geral, cria-se um ambiente onde os custos (sejam econômicos, morais ou até penais) de uma eventual transgressão das regras acordadas por uma sociedade, tornam-se menos atrativos. Estimula-se, portanto, o cumprimento das regras e a cooperação, ao serem percebidos como opções mais vantajosas, pelos indivíduos. Também se viabiliza a redução das restrições e morosidade atribuídas a estruturas hierarquizadas e centralizadoras, ao se promover relações horizontais de poder.

O capital social, essa capacidade da sociedade em estabelecer relações de confiança e cooperação, pode ser dotado tanto de um caráter formal quanto informal. Uma associação civil voltada a resolver os problemas dos moradores de um bairro pode ser um exemplo do caráter formal. Por outro lado, a cultura, a historiografia, os aspectos religiosos podem ser fatores agregadores, capazes de unir os indivíduos em prol de um bem comum. Tais fatores podem contribuir para viabilizar empreitadas informais, como um mutirão para ajudar na construção da moradia de um vizinho, por exemplo.

O capital social não se restringe as relações interpessoais na esfera civil, também pode ser um instrumento para auxiliar governos e mercados em problemas sociais relevantes. Assim, a capacidade associativa de uma sociedade está diretamente ligada à promoção do desenvolvimento e da própria democracia. O contexto da cultura cívica, a política e as tradições republicanas são importantes para o funcionamento das instituições.

Finalmente, ainda que na teoria de Sen (2010) o Capital Social possa não estar explícito, representa um fator relevante e decisivo para a promoção do bem-estar. Aliás, essa é a principal conclusão da pesquisa de Putnam (2006) ao comparar as regiões norte e sul da Itália no processo de descentralização do governo a partir de 1970. A região norte daquele país, segundo o autor, teria se desenvolvido mais do que o Sul devido ao Capital Social, como uma consequência da confiança, regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Finalmente, o Capital social, parafraseando Araujo (2010), viabiliza a criação de determinados bens que sem a sua presença seriam impossíveis.

## **2.4 Situações de Armadilha**

Em relação às perspectivas de construção dessas liberdades instrumentais, Sen (2010) aborda questões relacionadas a situações de privação (como fome, falta de instrução, etc.), embora não seja esse o aspecto principal de sua obra. Tais privações são exploradas, de forma mais detalhada, por Sachs (2005). O autor equipara o processo de desenvolvimento à imagem de uma escada, onde o objetivo é que as pessoas destituídas (os pobres do mundo), “tenham chance de subir na escada do desenvolvimento” (SACHS, 2005, p.51). Uma das principais contribuições de Sachs (2005) é justamente identificar que esse processo de mobilidade social ascendente não ocorre de forma linear. Assim, existe a possibilidade dos indivíduos ficarem presos em alguns degraus, situações que o autor se refere como: armadilhas.

Uma situação de armadilha ocorreria quando os recursos de um indivíduo são tão absorvidos na luta pela sobrevivência cotidiana, a ponto de inviabilizar os investimentos mínimos necessários à subida no degrau seguinte do desenvolvimento. Assim, uma vez preso nessa condição, o indivíduo não conseguiria sair sozinho, necessitando de ajuda. Sem prejuízo do raciocínio em nível de indivíduo, Sachs (2005) enfoca a situação de armadilha da pobreza em nível de países:

O problema fundamental para os países mais pobres é que a própria pobreza pode ser uma armadilha. Quando a pobreza é muito extrema, os pobres não têm capacidade – por eles mesmos – de sair da enrascada. Eis o porquê: pensemos no tipo de pobreza causado pela falta de capital por pessoa. As aldeias rurais miseráveis não têm caminhos, estradas pavimentadas,

geradores de energia, canais de irrigação. O capital humano é muito baixo, com moradores famintos, doentes e analfabetos lutando para sobreviver. O capital natural está esgotado: as árvores foram cortadas e os nutrientes do solo exauridos. Nessas condições, há necessidade de mais capital – físico, humano, natural -, mas isso exige mais poupança. Quando as pessoas são pobres, mas não totalmente destituídas, talvez consigam economizar. Quando são totalmente, destituídas, precisam de toda a renda, ou mais, apenas para sobreviver. Não há margem de renda acima do exigido para sobrevivência que possa ser investida para o futuro (SACHS, 2005, p. 85)

A análise da teoria de Sen (2010), considerando a perspectiva das armadilhas proposta por Sachs (2005), permite direcionar a avaliação do bem-estar na identificação de restrições ao desenvolvimento. A identificação dessas restrições é relevante, pois fornece subsídios à discussão de entraves indesejáveis. Reforça esse argumento, os resultados apresentados no Relatório do Banco Mundial (*Global Monitoring Report 2014/2015: Ending Poverty and Sharing Prosperity*) (World Bank, 2014), onde se identificam as limitações do crescimento econômico na eliminação da pobreza.

Segundo o World Bank (2014), visando o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, identificou-se a necessidade de novas medidas:

A extrema pobreza<sup>6</sup> mundial diminuiu significativamente. Em 2011, 1 bilhão de pessoas – 14,5% da população mundial – poderia ser classificada como extremamente pobre, abaixo de 1,25 bilhão – ou 18,6% da população mundial – em 2008. O objetivo intermediário do World Bank Group de reduzir a pobreza<sup>7</sup> para um dígito em 2020 parece alcançável, mas não atingirá os 3% em 2030 sem uma aceleração dos nossos esforços. (WORLD BANK, 2014, p. XI a XII)

Uma das medidas principais, para que se alcancem as metas estipuladas pelo World Bank (2014) no ano de 2030, decorre de uma análise passível de associação com a combinação das teorias das liberdades instrumentais de Sen (2010) com a perspectiva de armadilha de Sachs (2005). No caso, na avaliação de 58 (cinquenta e oito) países, dos 86 (oitenta e seis) com dados disponíveis, identificou-se melhor compartilhamento da

---

<sup>6</sup> Basicamente, segundo o Banco Mundial situação de extrema pobreza engloba pessoas com renda inferior a US\$ 1,25 (um dólar e vinte cinco *cents*) por dia, resguardada a paridade do poder de compra em moeda nacional (WORLD BANK, 2014, Figure 7).

<sup>7</sup> Verifica-se que ao longo relatório, o termo “pobreza” também se refere à linha de pobreza seguinte à “extrema pobreza”, que seria a “pobreza moderada”. Basicamente, segundo o Banco Mundial pobreza moderada engloba pessoas com renda de entre US\$ 1,25 (um dólar e vinte cinco *cents*) e US\$ 4,00 (quatro dólares) por dia, resguardada a paridade do poder de compra em moeda nacional (WORLD BANK, 2014, Figure 7).

prosperidade (passível de interpretação como um aumento das liberdades instrumentais) para aqueles países onde os 40% (quarenta por cento) mais pobres tiveram crescimento de renda mais acelerado no restante da população, entre os anos de 2006 a 2011 (WORLD BANK, 2014, p. XI a XII). Com base nisso, o World Bank (2014) encontrou uma situação de entrave à redução da pobreza exigindo políticas públicas:

Ainda, acelerar a redução da pobreza e a criação de empregos exigirá mais do que crescimento econômico. O Relatório de Monitoramento Global dá especial atenção às políticas necessárias para garantir que os benefícios do crescimento, beneficiem os segmentos mais pobres da sociedade, em todos os estágios de desenvolvimento dos países. **O relatório foca em três elementos para um crescimento inclusivo e sustentável: maiores investimentos em capital humano, utilização criteriosa de redes de segurança e iniciativas para desenvolver esforços ambientalmente sustentáveis.** Esses três elementos são imperativos para as estratégias de desenvolvimento de todos os países, e também são fundamentais para os esforços globais para atingir os Objetivos gêmeos, as metas do milênio (MDG), e os objetivos de desenvolvimento sustentável que irão sucedê-los. (WORLD BANK, 2014, p. XI a XII, tradução nossa). (grifou-se)

Em outros termos, com base na análise do World Bank (2014) em destaque, é possível identificar uma situação descrita por Sachs (2005). Tanto a redução da pobreza quanto criação de empregos, em relação ao crescimento econômico podem estar em uma situação de armadilha. O crescimento econômico, por si só, não conseguiria reduzir a pobreza e ampliar empregos, seria necessário a ajuda de políticas públicas como aquelas em destaque: maiores investimentos em capital humano, utilização criteriosa de redes de segurança e iniciativas para desenvolver esforços ambientalmente sustentáveis.

Na esteira das medidas proposta pelo o *World Bank* (2014), em especial o investimento em capital humano, encontra-se outro eixo de discussão onde uma avaliação combinada da teoria de Sen (2010) e Sachs (2005) é relevante: a conciliação entre trabalho e estudo. Nesse sentido Sampaio e Cardoso (2011) evidenciam uma situação de armadilha:

O trabalho do estudante tanto prejudica seu desempenho em atividades ligadas ao aprendizado como também reduz seu grau de envolvimento com o ambiente acadêmico. É como se pelo fato de trabalhar, o jovem deixasse de gozar plenamente de sua condição de estudante e a experiência do trabalho estivesse deslocada. Os estudantes que trabalham jamais constituem a regra (mesmo que em termos numéricos sejam maioria), mas são a exceção. É o desviante no sentido de estar meio fora –trabalhador – e meio dentro da universidade – estudante. (SAMPAIO e CARDOSO, 2011, p.02)

É possível depreender do trabalho de Sampaio e Cardoso (2011) a existência de um conflito entre o estudo e o trabalho que transcende questões como restrições de renda ou, até mesmo, a existência de instituições de ensino. Trata-se das limitações impostas pela necessidade de trabalhar para sobreviver, reduzindo o tempo disponível para dedicação aos estudos. Assim, o acesso às oportunidades sociais destacadas por Sen (2010) poderiam ser limitadas pelo mesmo raciocínio contido na armadilha destacada por Sachs (2005), levando ao seguinte corolário lógico: não estuda porque necessita trabalhar; pela necessidade de trabalhar não estuda. Furtado de Abrantes (2012) aponta para um exemplo onde questões institucionais, estipuladas por políticas públicas, podem asseverar essa situação de armadilha:

Assim, é importante relatar que a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto Lei 5452/43 não tem assegurado ao estudante que trabalha direitos que visem compatibilizar o trabalho de formação escolar. O que podemos constatar da leitura da CLT é apenas a existência de um artigo que trata dos deveres do empregador para com o empregado menor, não é o caso dos estudantes da presente pesquisa. Pois, como prescreve o Artigo 427 da CLT (Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio 1943): “O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas”. (ABRANTES, 2012, p.07).

Outra possibilidade de armadilha se refere a limitação do mercado de trabalho, onde uma parcela da população teria acesso restrito aos postos com condições mais precárias. Segundo Krein e Proni (2010), fenômenos como contratação ilegais, ausência de carteira assinada, contratos atípicos, falsas cooperativas de trabalho, autônomos que não recolhem previdência, dentre outros, caracterizam um mercado de trabalho heterogêneo. Apesar da heterogeneidade é possível identificar a tendência a condições precárias como um traço comum em todas essas formas de manifestação, integrando o conceito de “Economia Informal” utilizado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) (KREIN e PRONI, 2010).

A análise de Krein e Proni (2010), contribui com diversos aspectos relacionados ao conceito de informalidade no âmbito da América Latina e Brasil. Os autores fazem uma ampla abordagem teórica, contrapondo visões distintas e contextualizando aos aspectos

históricos, tornando possível identificar uma espécie de escala de graduação envolvendo diferentes abordagens sobre o conceito de informalidade

Em um extremo dessa escala imaginária, identifica-se uma visão dicotômica entre setor formal e informal. Dessa forma, a informalidade teria uma carga pejorativa, aparecendo como resultado da incapacidade de absorção da economia formal, gerando vulnerabilidade ocupacional, proporcionando baixos rendimentos, situações precárias, privação a direitos dentre outros. Essa visão se aproximaria claramente de uma privação, característica de situações de armadilha, separando indivíduos entre: “com acesso” e “sem acesso” a postos de trabalho formais. Um exemplo dessa visão, pode ser caracterizado pelas visões da OIT (Organização Internacional do Trabalho), PREALC (*Programa Regional de Empleo para América Latina y el Caribe*) e CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), final da década de 1960, sintetizadas no trecho a seguir:

O que norteava tais estudos era o entendimento, bastante difundido na época pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), de que o crescimento econômico não vinha sendo suficiente, nos países economicamente atrasados ou subdesenvolvidos de um modo geral, para universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, que pudesse proporcionar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais das camadas populacionais que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social. (KREIN e PRONI, 2010, p.09).

Uma outra visão, talvez mais intermediária nessa suposta escala, tende a sublimar os aspectos negativos, encontrando pontos positivos. Assim, se por um lado a informalidade tenderia a ser mais precária que um trabalho formal (por não possuir as mesmas proteções ao trabalhador), por outro, proporcionaria renda aos indivíduos evitando situações de pobreza e extrema pobreza. Assim, uma ideia de armadilha poderia ser relativizada, caso se elimine a dicotomia entre setor formal ou informal, entendendo-se ser crucial o acesso a um trabalho decente<sup>8</sup>. A abordagem de Krein e Prouni (2010), caracteriza esse posicionamento:

---

<sup>8</sup> Segundo (OIT, [s.d.]): “O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação

Em 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, foi adotada uma abordagem mais ampla, reconhecendo-se a importância social e política daquelas atividades. A principal novidade foi a mudança conceitual: passou-se a utilizar o termo economia informal, procurando assim englobar toda a diversidade e dinamismo encontrados neste universo complexo e heterogêneo. Ao contrário de dois setores distintos, já havia sido constatado que, na maioria dos países, há distintos graus de formalização na estrutura econômica, variando a absoluta informalidade à total formalidade. Neste sentido, o objetivo das políticas públicas deveria passar a ser a promoção do trabalho decente ao longo do gradiente de situações encontradas no mundo do trabalho por meio de medidas orientadas para o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e o combate à discriminação (OIT, 2002). (KREIN e PRONI, 2010, p.12).

Já, no outro extremo da escala pode ser identificada numa visão que refutaria a própria utilização do termo “informalidade”, entendendo ser prejudicial à análise da dinâmica do mercado de trabalho, tratar separadamente um setor “informal” de um “formal”. Assim, seria uma característica intrínseca ao capitalismo, diferentes formas de combinação das atividades com as formas de produção. Assim, a hipótese de existir uma armadilha de acesso ao trabalho formal seria prejudicada, dada a inexistência dessa divisão no mercado do trabalho. Para ilustrar essa abordagem, verifica-se:

Também vale mencionar o esforço de Leslie Beloque (2007) para introduzir uma nova perspectiva de análise neste campo. Primeiro, convém esclarecer que ela refutou a utilização mais usual desta terminologia, que costuma examinar as atividades informais separadas da economia formalmente organizada, recusando também a lógica cartesiana, que para ela tende a gerar um conhecimento fragmentado e mecanicista. Não obstante, em sua análise, agrupou as diferentes práticas equivocadamente denominadas como “trabalho informal” em dois grupos: a) as que estão articuladas com a produção capitalista (ou seja, com empresas de pequeno, médio e grande porte); e b) as que estão integradas à esfera da circulação. Na sua opinião, as que correspondem ao primeiro grupo (trabalho assalariado ilegalmente contratado, trabalho temporário, cooperativas de trabalho fornecedoras de serviços, microempresas ilegais prestadoras de serviços, prestação individual de serviços) não deveriam ser classificadas como “trabalho informal”, uma vez que estão plenamente articuladas ao funcionamento do sistema e configuram “formas de trabalho tipicamente capitalista”. No caso do segundo grupo, também considerou imprópria a classificação de pequenos produtores de bens e serviços como “trabalho informal”. (KREIN e PRONI, 2010, p.20 a 21).

Em síntese, apesar ausência de um consenso sobre o termo informalidade, e dadas as diferentes abordagens, é possível identificar uma certa concordância que, em geral, a informalidade corresponde a condições desfavoráveis para o trabalhador:

[...] indefinição do local de trabalho, condições de trabalho prejudiciais à saúde e à segurança, baixos níveis de qualificação e produtividade do trabalho, rendimentos baixos e irregulares, extensas jornadas de trabalho, falta de acesso à informação e à tecnologia, além de dificuldades para obtenção de financiamento e para uma inserção legal no trabalho. (KREIN e PRONI, 2010, p. 33)

Em relação ao contexto brasileiro, Barbosa Filho e Moura (2012) ao analisarem a taxa de informalidade no período entre os anos 2002 a 2009 concluem pelo papel crucial da escolaridade na redução da informalidade:

No entanto, um resultado marcante é que o efeito composição apresentou uma magnitude alta quando a decomposição foi feita para a variável escolaridade, chegando a explicar 60% da queda da informalidade. Ou seja, o processo de escolarização que o país passou ao longo dos anos, com redução do percentual dos trabalhadores menos escolarizados (principalmente daqueles sem escolarização e com ensino fundamental completo) que apresentam alta taxa de informalidade (65% para os sem escolarização na média entre 2002 e 2009), foi um determinante crucial para a queda da informalidade

Face aos aspectos teóricos abordados, é possível identificar a existência de uma armadilha também em relação ao mercado de trabalho formal. Depreende-se do trabalho de Barbosa Filho e Moura (2012) que quanto maior o grau de escolaridade, maiores as chances do indivíduo acessar o mercado formal. Do contrário, quanto menor a escolaridade, maiores as chances desse indivíduo ser absorvido pela informalidade, sendo essa mais desvantajosa (KREIN e PRONI, 2010). Logo, indivíduos com baixa escolaridade, em decorrência do conflito entre sobreviver e estudar, teriam restrições no acesso aos postos de trabalho mais vantajosos (o mercado formal), ficando encerrados naqueles mais desvantajosos, limitando o desenvolvimento humano.

## 2.5 Programa Bolsa Família

Os beneficiários do Programa Bolsa Família constituem um universo abrangente para uma avaliação de bem-estar, pois se referem aos indivíduos posicionados nos degraus mais baixos da “escada do desenvolvimento”. Assim, considerando uma perspectiva de mobilidade social ascendente, amplia-se a diversidade de situações adversas ao desenvolvimento a serem analisadas.

O quadro a seguir sintetiza as principais informações do Programa Bolsa Família. Lançado pela Lei nº 10.836/2004 (BRASIL, 2004a), sendo que a última atualização referente aos valores dos benefícios ocorreu através do Decreto nº 8.232/2014 (BRASIL, 2014a). O programa se caracteriza pela transferência de renda com condicionalidades, focado em famílias pobres (renda *per capita* mensal entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00) e extremamente pobres (renda mensal de até R\$ 77,00) (BRASIL, 2014):

Tipo de Benefício	Valor do benefício	Condicionalidade do Benefício	
Básico	R\$ 77,00 (setenta e sete reais) <i>per capita</i>	Situação de extrema pobreza	A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento (BRASIL, 2004, Art. 3º)
Variável de 0 a 15 anos	R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por criança ou adolescente.	Famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos.	
Variável de 0 a 6 anos	R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por nutriz.	Famílias com nutriz, crianças de 0 a 6 anos.	
Variável à gestante	R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por gestante.	Famílias com gestante.	
Variável vinculado ao adolescente	R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) por adolescente.	Famílias que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.	
Superação Extrema Pobreza	Valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere os R\$ 77,00 (setenta e sete reais) <i>per capita</i> .	Família em extrema pobreza.	

Quadro 2: Benefícios do Programa Bolsa Família

Fonte: Brasil (2004a); Brasil (2014)

Verifica-se, a partir das informações do quadro acima, que o limite do benefício *per capita* do Programa Bolsa Família, dependendo das condicionalidades, varia de um mínimo de R\$ 77,00 (setenta e sete reais), podendo chegar a uma projeção máxima de R\$ 119 (cento e dezenove reais). Tal projeção, é baseada em um exercício simples de considerar a constituição de uma família que maximiza os benefícios recebíveis, *per capita*. Essa família seria constituída por dois adolescentes, em situação de extrema pobreza, com idade entre 16 e 17 anos, sendo que pelo menos um seja considerado o responsável pela família.

A gestão do Programa Bolsa Família ocorre, basicamente, da seguinte forma:

A gestão do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução.

A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal<sup>9</sup>, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício. (MDS.GOV.BR, [s.d.])

Cabe acrescentar que o agente operador do Programa Bolsa Família é o banco Caixa Econômica Federal, sendo de sua responsabilidade efetuar os pagamentos, conforme definição no Decreto nº 5.209/2004 (BRASIL, 2004b).

Sem prejuízo da importância do tema, o presente trabalho não visa explorar o funcionamento efetivo dos pagamentos dos benefícios e as respectivas condicionalidades. Entretanto, a concessão de benefícios contribui para abordagem de outro eixo de discussão correlata ao bem-estar: a construção da linha de corte que separa indivíduos em classes

---

<sup>9</sup> A abreviação comumente utilizada para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, CadÚnico é utilizada ao longo do presente trabalho.

(especialmente, pobres e extremamente pobres). Nesse sentido, a Comissão para Definição de Classe Média no Brasil aponta para um certo consenso em relação aos conceitos de pobreza e, especialmente, extrema pobreza, face ao intenso debate em relação ao tema (BRASIL, 2012, p.07). Já BRASIL (2014b) relativiza tal consenso, abordando a controvérsia envolvendo a questão:

Linhas de pobreza absoluta, relativa, subjetiva, índices multidimensionais de necessidades básicas não atendidas, combinação entre linhas de pobreza e indicadores de privações – as opções de abordagem para definição de pobreza são muitas. Embora seja possível estabelecer critérios para subsidiar a escolha de uma delas, essa será apenas a primeira em uma sucessão de decisões a tomar ao longo do processo de definição da linha. E, mesmo que as escolhas sejam embasadas em informações majoritariamente técnicas, ainda assim sempre embutirão uma dose considerável de juízos de valor. (BRASIL, 2014b, p. 68).

[...]

De acordo com o Compêndio sobre Melhores Práticas em Medição de Pobreza, elaborado por especialistas do mundo todo sob os auspícios da Comissão Estatística das Nações Unidas, “a estimação da linha absoluta de pobreza requer a tomada de decisões sobre vários aspectos, que podem levar a diferentes procedimentos operacionais que afetarão a comparabilidade dos resultados”. Considerando que dentro de uma única entidade cada pesquisador pode ter sua própria metodologia e sua linha, o que se tem no âmbito do país, mesmo falando apenas em termos de linhas absolutas, é uma pluralidade de medições de pobreza capaz de confundir o mais interessado dentre os não iniciados no tema. Contudo, na avaliação de especialistas, do ponto de vista científico essa pluralidade não precisa ser motivo de preocupação, desde que as medições sejam corretas e haja transparência quanto às metodologias adotadas. . (BRASIL, 2014b, p. 71)

Ainda segundo BRASIL (2014b), no Brasil, frente a dicotomia entre a ausência de consenso (face ao caráter multidimensional do conceito de pobreza) e a necessidade de simplicidade e operacionalização de políticas públicas, optou-se por uma abordagem unidimensional (sendo a renda a dimensão utilizada). Essa abordagem se utilizou da composição de alternativas já disponíveis, para definir uma linha de corte para a extrema pobreza e pobreza: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)<sup>10</sup> (um quarto de salário mínimo *per capita*, por mês, servindo de parâmetro para benefícios de prestação continuada);

<sup>10</sup> Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993

as linhas de consumo calórico regionalizadas<sup>11</sup> e a linha adotada pelo Banco Mundial, adotada pelas Organização das Nações Unidas (ONU) como parâmetro para se cumprir os Objetivos do Milênio (US\$ 1,25 *per capita* por dia) (BRASIL, 2014b, p 72 a 73).

Verifica-se, portanto, que o universo de beneficiários do Programa Bolsa família é resultado de uma linha de corte, baseada em decisões político administrativas, que priorizou a dimensão unidimensional da pobreza e extrema pobreza (no caso a renda), justificada pelas vantagens de operacionalização. Sendo assim, uma análise embasada em uma teoria ampla, como a de Sen (2010), permite resgatar uma visão multidimensional do perfil do bem-estar dos beneficiários do Programa Bolsa Família, abordando demais dimensões, além da renda. Em outros termos, se considerarmos haver uma distância entre o recebimento de renda e sua respectiva conversão em bem-estar, as demais dimensões envolvidas no desenvolvimento humano, poderiam auxiliar a explicar essa distância.

Avaliando-se pesquisas relativas ao Programa Bolsa Família, em que pesem as diferentes abordagens e técnicas, identificam-se aspectos relativos à discussão presente no trabalho de Sen (2010). O quadro a seguir sintetiza alguns trabalhos analisados:

<b>Autor</b>	<b>Objeto de Investigação</b>	<b>Metodologia Utilizada</b>	<b>Conclusões</b>
Cedeplar/UF MG (2007)	Avaliação de Impacto do Programa nas dimensões: Gasto Domiciliar, Educação, Trabalho e Empoderamento da Mulher	Grupo de Controle e Tratamento para famílias elegíveis ao PBF; aplicando-se Pareamento e Escore de Propensão na comparação	Impacto positivo nas dimensões investigadas para as famílias que recebem Bolsa Família em relação às elegíveis que não recebem
Ferro e Nicollela (2007)	Avaliação do Impacto de Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTRs) nas decisões dos domicílios, relativas à participação no mercado trabalho	Grupo de Controle e tratamento, aplicando-se modelo probit e Heckman	Os PCTRs são mais efetivos em reduzir o trabalho infantil entre meninas do que meninos; Redução nas horas de trabalho dos pais beneficiários, seja por ter de se dedicar mais aos

<sup>11</sup> Por linhas de consumo calórico regionalizadas entende-se o cálculo baseado no consumo calórico, efetuado por Sônia Rocha, em 2011, orbitando em R\$ 70 (setenta reais) por mês (BRASIL, 2014b, p. 73)

			filhos ou horas de lazer
Pedrozo (2007)	Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família na decisão de escolha ocupacional de crianças entre 10 e 15 anos.	Modelos econométricos simulando cenários.	A proporção de crianças frequentando escolas, como resposta aos programas de transferência de renda, tende a ser mais intensivo ao nível de focalização do que no nível de transferência de renda.
Tavares (2008)	Investigação de possíveis incentivos adversos à oferta de trabalhos de mães beneficiárias do Programa Bolsa Família	Grupo de Controle e tratamento, 1) mães inscritas no PBF que não recebem transferência em dinheiro do programa; 2) mães não beneficiárias que pertencem ao público alvo do programa; 3) mães não beneficiárias que residem em domicílios cuja renda <i>per capita</i> é menor ou igual a R\$ 260,00. Aplicando-se modelo probit e Heckman	Efeito positivo do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho, podendo se supor mais tempo disponível pelo aumento da frequência escolar dos filhos.
Barbosa et All (2008)	Investigação da contribuição do Programa Bolsa Família para a melhoria das condições de vida dos beneficiários de Monte Claro	Análises univariadas, através de estatísticas t para diferenças de médias e análises multivariadas, através de modelos de regressão	Programa Bolsa Família não tem provocado alívio imediato nas famílias pobres e extremamente pobres; o incremento da renda por si só não gera efeito positivo.
Rosa e Santos (2010)	Investigação de possível acomodação em relação ao trabalho por parte dos beneficiários do Programa Bolsa Família em relação, traços comuns entre as	Análise descritiva	Refuta a tese de suposta acomodação em face do percentual de cônjuges de beneficiários o Programa Bolsa Família que exercem atividade

	ocupações e diferenças no trabalho de homens e mulheres beneficiários		remunerada. Constata condições de trabalho extremamente insatisfatórias, para os beneficiários do Programa Bolsa Família
Wan Der Maas e Caetano (2010)	Avaliação da inserção ocupacional da população com idade entre 25 e 64 anos indivíduos com faixa de renda elegível ou beneficiária do Programa Bolsa Família nos Estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul	Regressão Logística Multinomial e Binomial	Sugere não haver desestímulo ou obstáculo à participação no mercado de trabalho. Pelo contrário, sugere haver maiores chances do indivíduo participar da PEA com diferenças da qualidade da ocupação entre beneficiários e elegíveis.
Foguel e Barros (2010)	Investiga os efeitos dos Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTRs) sobre a oferta de trabalho de mulheres e homens adultos, avaliando participação no mercado de trabalho e horas trabalhadas.	Modelos de Regressão Linear elaborando-se 05 modelos diferentes de estimativa	Impacto insignificante na participação da mulher no mercado de trabalho e evidências negativas sobre o número de horas trabalhadas; Pequenas evidências positivas em relação à participação do homem no mercado de trabalho e insignificância em relação ao número de horas trabalhadas
Brito (2011)	Investiga as possibilidades e limitações das bases de dados disponíveis para avaliação da inserção laboral de beneficiários do Programa Bolsa Família	Análise Descritiva	Identificação de diversas possibilidades, podendo se utilizar tanto a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), CadÚnico e Pesquisas de campo, havendo

			vantagens e desvantagens para cada uma das bases de informações.
Moreira (2013)	Investiga o Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família que são microempreendedores individuais, levantando aspectos relacionados ao empreendedorismo como inclusão produtiva	Análise Descritiva	Identificação de um público jovem; pouco escolarizado; chefe de família; concentrado no Nordeste, em centros urbanos; estava desempregado ou em atividade informal antes de se formalizar; exerce atividades de baixo valor agregado; pretende expandir os negócios

Quadro 3: Síntese Autores – Bolsa Família

Tal como Sen (2010) destaca, dentre os autores pesquisados, majoritariamente, verificam-se aspectos relacionados ao utilitarismo, em especial quanto à base informacional envolvida. O primeiro deles é o consequencialismo, onde a forma de se avaliar o Programa Bolsa família é orientada, prioritariamente, pelas consequências produzidas: impacto na oferta de trabalho e nas horas trabalhadas (tanto para homens, mulheres e crianças). Assim, como alertado por Sen (2010), tais trabalhos tendem a dar pouca ênfase a “princípios”, independentemente de seus resultados, daí a necessidade de se ponderar aspectos de justiça social (aspecto observado mais nas conclusões do que nas metodologias das pesquisas analisadas). Um exemplo que ilustra esse aspecto, seria uma interpretação reduzida do trabalho de Foguel e Barros (2010). Nesse caso, avaliar negativamente o impacto de programas de transferência de renda, tomando-se somente o fato de mulheres ou homens reduzirem o número de horas de trabalhadas, sem ponderar a utilização da economia de tempo para maior atenção às crianças em desenvolvimento ou a própria qualificação para melhorar as chances no mercado de trabalho ignoraria aspectos de justiça social e desenvolvimento humano.

Outro aspecto do utilitarismo apontado por Sen (2010), o *welfarismo*, poderia tomar o trabalho exercido pelos beneficiários do Programa Bols Família como positivo por si só, pelo

fato de estar sendo exercido, sublimando as ponderações quanto as condições de decência do trabalho (OIT[s.d.]). Novamente, pouco se avançaria sobre questões de justiça social de Rawls (1997), bem como as liberdades substantivas e instrumentais de Sen (2010). Importante destacar que Rosa e Santos (2010) ponderam questões relacionadas à qualidade do trabalho exercido.

Prepondera como aspecto central subjacente nos trabalhos analisados, uma investigação da eficiência na alocação de recursos. Utilizando-se de métodos estatísticos, combinados com uma visão econômica. As conclusões são embasadas na avaliação da participação no mercado de trabalho, oferta de horas trabalhadas, aumento de renda, utilização de serviços públicos, padrões de gasto, dentre outros que orbitam na relação Programa Bolsa Família e Beneficiário.

Em relação às bases de informações utilizadas nas pesquisas anteriormente referidas, o trabalho de Brito (2011) contribui para elaborar a seguinte classificação:

<b>Base de Informações Utilizadas</b>	<b>Autores</b>
Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) – questões sobre transferências condicionadas de renda	Ferro e Nicollela (2007)
Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) - Suplemento	Tavares (2008; Wan Der Maas e Caetano (2010); Pedrozo (2007)
Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) – Variável Outros Rendimentos	Foguel e Barros (2010)
Pesquisas de Campo	Barbosa et All (2008); Cedeplar/UFMG (2007)
CadÚnico	Rosa e Santos (2010)
CadÚnico e PNAD	Brito (2010)
CadÚnico e Outras Bases	Moreira (2013)

Quadro 4: Autores por Base de Informações Utilizadas- Programa Bolsa Família

### 3. METODOLOGIA

Considerando o referencial teórico abordado, visando a avaliação do bem-estar dos beneficiários do Programa Bolsa Família, realizou-se uma pesquisa metodológica intervencionista. Vergara (2014) define como metodológica a pesquisa cujo estudo está associado a procedimentos (formas ou modelos), como um caminho para se atingir um determinado fim. Para isso, utiliza-se de instrumentos de captação ou de manipulação da realidade.

No que tange o caráter intervencionista, Vergara (2014) aponta que o principal objetivo é a interposição, inferência na realidade estudada, visando modificá-la. Detém o compromisso não só de propor resoluções de problemas, mas também resolvê-los efetiva e participativamente. Nesse sentido, o buscou-se na conclusão do trabalho apontar possíveis caminhos às políticas públicas, para a superação de situações de armadilhas.

Os mencionados instrumentos de captação ou de manipulação da realidade, na presente pesquisa, abrangem tanto o caráter qualitativo quanto quantitativo. Segundo Maanen (1996), a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, tratando-se de reduzir a distância entre teoria e dados, entre contexto e ação. Pretende-se proporcionar maior familiaridade com o tema com vistas a torná-lo mais conhecido e ampliar o debate sobre a sua utilização. Esse tipo de pesquisa, no presente trabalho, envolveu o levantamento bibliográfico, o cruzamento de informações públicas e análises estatísticas.

A avaliação do bem-estar da presente pesquisa se utilizou de constructos. Kerlinger (2003) identifica uma definição constitutiva e outra operacional para um constructo. A definição constitutiva está relacionada a parte descritiva do constructo, Kerlinger (2003, p.46) “definições de dicionário”. Já quanto a definição operacional, explica:

As definições operacionais surgiram de um novo modo de pensar: em vez de pensar apenas constitutivamente, os cientistas pensam operacionalmente. Uma definição operacional é uma ponte entre os conceitos e observações. Este é um meio de pensar e operar, radicalmente diferente, um meio que revolucionou a pesquisa comportamental

especialmente a pesquisa em psicologia e educação. Uma “definição operacional” atribui significado a um constructo ou variável, especificando as atividades ou “operações” necessárias para medi-lo ou manipulá-lo. Uma definição operacional, alternativamente, especifica as atividades do pesquisador para medir ou manipular uma variável. (KERLINGER,2003, p.46)

A metodologia da presente pesquisa consistiu, basicamente, na comparação entre pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as informações dos beneficiários do Programa Bolsa Família (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família da Caixa Econômica Federal- CadÚnico), visando explicar o perfil de bem-estar desses indivíduos a partir de algumas hipóteses teóricas.

A pesquisa restringiu a análise ao município de Porto Alegre para as informações do Programa Bolsa Família em dezembro de 2014. Já quanto as informações do IBGE, quando não havia disponibilidade da informação para esse município, utilizou-se o nível de agregação territorial mais próxima disponível, como Região Metropolitana de Porto Alegre ou Região Sul, buscando-se séries históricas.

As informações relativas ao Programa Bolsa Família, englobando as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo já cruzadas com a Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família da Caixa Econômica Federal, foram obtidas junto ao órgão gestor da política de assistência social do município de Porto Alegre, Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Através da base de informações alcançada como resposta ao pedido protocolado sob o número 007.004668.14.6 (em 04-11-2014). Já as informações relativas as pesquisas do IBGE, foram obtidas através do acesso ao Banco de Dados Agregados -SIDRA no sítio <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>.

Primeiramente, selecionaram-se, dentre as liberdades instrumentais da teoria de Sen (2010), aquelas para as quais a base de informações dos beneficiários do Programa Bolsa Família continha informações relacionadas. Assim, foram utilizados constructos elaborados a partir de algumas liberdades instrumentais da teoria de Sen (2010):

<b>Constructo</b>	<b>Dimensão Conceitual</b>	<b>Dimensão (ões) Operacional (ais)</b>	<b>Fonte de dados Associada</b>
1) Facilidades econômicas	Oportunidades dos indivíduos para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca, envolvendo a renda disponível, seja através de atividade laboral ou transferência de rendas	Informações das respostas dos BIEA às questões do Bloco 08- Trabalho e Remuneração, do Formulário Principal de Cadastramento – CadÚnico F1. Tais informações foram comparadas com os resultados da Pesquisas Mensal de Empregos, Pesquisa de Orçamento Familiar e Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (ambas do IBGE)	Base de dados do Cadastro Único e Folha de pagamento do Programa Bolsa Família e Banco de dados SIDRA
2) Oportunidades Sociais	Acesso e utilização de serviços de educação (pública ou privada); acesso ao mercado de trabalho (formal ou informal.	Respostas dos BIEA às questões do Bloco 07- Escolaridade e Bloco 08 – Trabalho e Remuneração ambos do Formulário Principal de Cadastramento – CadÚnico F1	Base de dados do Cadastro Único e Folha de pagamento do Programa Bolsa Família.

Quadro 5: Constructos –Dimensão Operacional Informações Programa Bolsa Família

Fonte: Sen (2010), p. 59 a 60 (apenas para a descrição das liberdades instrumentais)

A partir das análises anteriores, testaram-se três hipóteses de armadilha da pobreza (SACHS, 2005):

- 1) O beneficiário do Programa Bolsa Família não acessa níveis educacionais mais elevados porque tem que trabalhar para sobreviver. Em uma analogia à teoria de

(SAMPAIO, CARDOSO,2011), haveria um conflito entre sobrevivência e tempo para estudar.

- 2) O beneficiário do Programa Bolsa Família possui baixo acesso aos trabalhos com melhor rendimento devido ao baixo nível educacional, um desdobramento lógico da teoria de (SAMPAIO, CARDOSO,2011).
- 3) O beneficiário do Programa Bolsa Família tende a ser direcionado para o mercado de trabalho informal devido às baixas condições de acessar o trabalho formal (KREIN e PRONI, 2010).

#### **4. LIMITAÇÕES DA PESQUISA**

O presente trabalho apresenta limitações explicativas quanto aos fatores que influenciam no desenvolvimento humano, bem como nas relações de causa e efeito das hipóteses apresentadas na metodologia vista anteriormente. Assim, é importante consignar que fatores importantes ao desenvolvimento humano, em especial o Capital Social (abordado no referencial teórico), não estão contidos no escopo das análises. A partir das bases informacionais, em conjunto com abordagem metodológica adotada na pesquisa, não foi possível desenvolver satisfatoriamente a dimensão operacional do referido conceito.

Quanto as hipóteses apresentadas na metodologia, a relação “tem que trabalhar para sobreviver” (apresentada na primeira hipótese) não é comprovada. Em outros termos, não é demonstrado quanto do tempo do indivíduo é absorvido com atividades ligadas à sobrevivência. Portanto, a relação deve ser entendida como uma premissa face à condição de pobreza dos BIEAS do PBF. O mesmo ocorre em relação às “baixas condições de acessar o trabalho formal”, onde se assume a premissa de que as exigências para se acessar o trabalho formal são maiores do que o informal, tal como sugere a OIT (KREIN e PRONI, 2010).

Finalmente, as liberdades instrumentais não são esgotadas podendo haver situações onde o bem-estar verificado seja explicado por mais de uma dessas liberdades, não ficando explícito na metodologia. Como exemplo é possível citar aspectos como infraestrutura e mobilidade urbana, influenciando na educação pela maior ou menor dificuldade de acesso à escola.

## 5. ANÁLISE DAS FACILIDADES ECONÔMICAS

Em relação a liberdade instrumental Facilidades Econômicas, identificou-se a renda dos indivíduos como o principal aspecto envolvido, independentemente de sua origem: atividade laboral, transferências de renda ou rendimento oriundo de capital. Entretanto, como alerta Rocha (2002), os rendimentos em pesquisas domiciliares (em especial as de objetivo múltiplos como a PNAD) sofrem distorções como: desvios amostrais, desvios de caráter não-amostal, problemas de não respostas e subestimação intencional por parte do informante. Assim, quanto maior o rendimento, maior a subestimação por parte do declarante, variando também quanto à natureza do rendimento: menor subestimação para trabalhos formais ou oficializados (pensões e aposentadorias) e maior subestimação para trabalhos informais e rendimento de capitais (ROCHA, 2002).

Em relação ao CadÚnico, o questionário sobre a renda detém uma funcionalidade diretamente ligada à seleção para receber um benefício do Programa Bolsa Família. Portanto, não sendo uma questão natural ou desprestigiada, pressupõe-se um incentivo adicional para se subdeclarar a renda, tal como alerta Brito (2010). Já na PNAD, os rendimentos declarados como zero, por exemplo, contribuem para uma superestimação dos índices de pobreza e de extrema pobreza (MDS/SAGI, 2014). Tais considerações visam consignar a importância de se avaliar com criticidade a informação relativa a rendimentos informados.

O que se pretende na presente seção é identificar, com algum nível de acuracidade, a renda aproximada dos beneficiários do Programa Bolsa Família em idade economicamente ativa (sem considerar os benefícios do PBF), a partir das informações do Cadastro Único efetuando-se comparações com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Posteriormente, a partir dessa renda estimada, em consonância com a teoria de Sen (2010), busca-se identificar o grau de liberdade substantiva (liberdade para ter estilos de vidas diversos) proporcionado por tal renda, a partir das informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares.

### 4.1 Renda – Óptica da Declaração

A Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 2004 traz a posição sobre o percentual de famílias com recebimento de dinheiro de programas sociais do governo, por classe de rendimento:

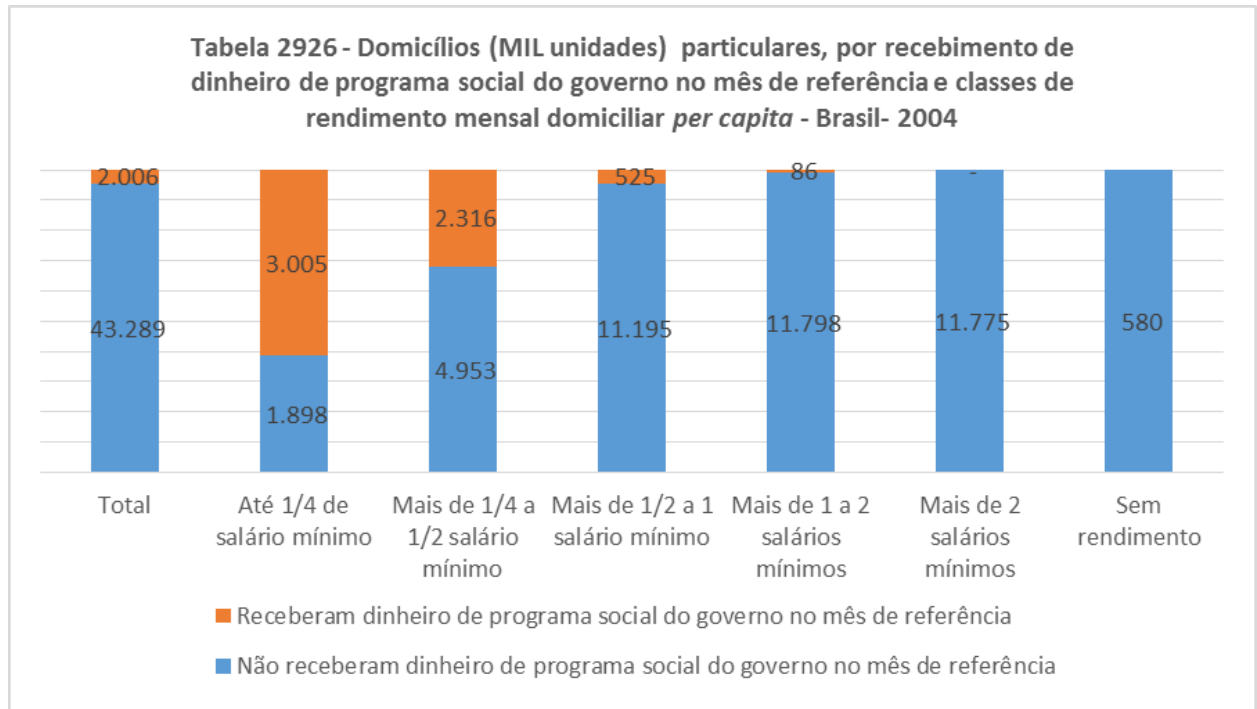


Gráfico 1: Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*- Brasil

Fonte: IBGE (2015a) PNAD -2004, Banco de Dados SIDRA

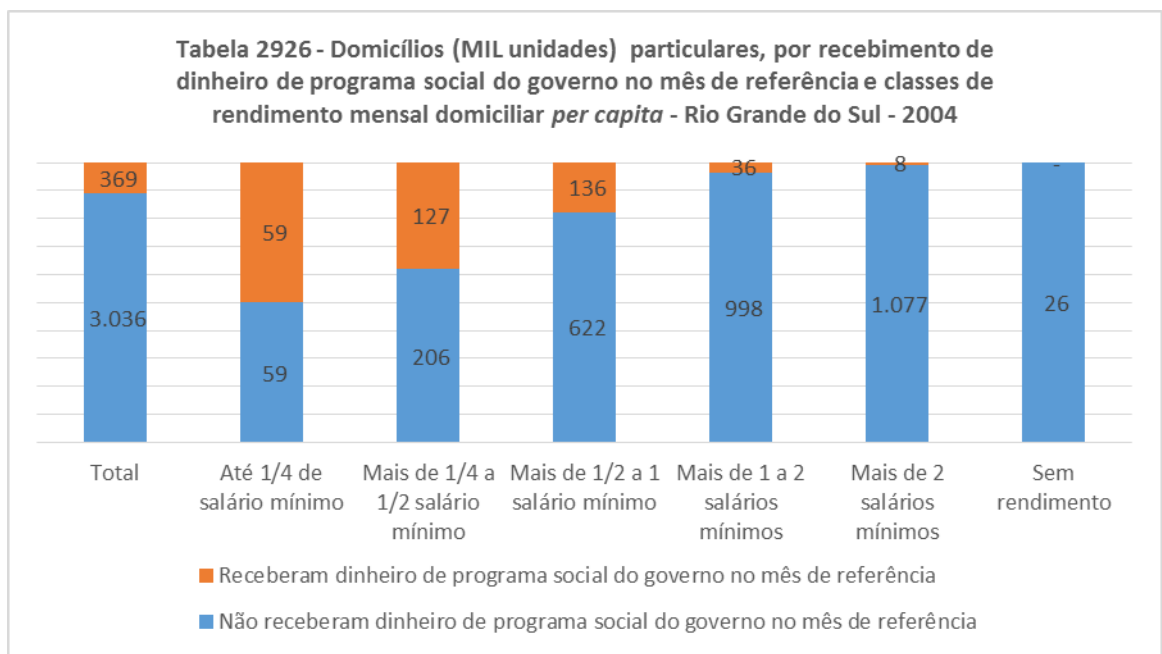


Gráfico 2: Tabela 2926 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*-Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE (2015a) PNAD -2004, Banco de Dados SIDRA

Os gráficos 1 e 2 acima demonstram que na medida que se eleva a classe de rendimento *per capita*, menor é a participação de dinheiro de programas sociais, na renda total. Os domicílios com maior participação de dinheiro de programas sociais na renda foram aqueles com menor renda *per capita*: “Até ¼ de salário mínimo” (aproximadamente 50% de participação para o Brasil e 49% para o Rio Grande do Sul) e “Mais de ¼ a ½ de salário mínimo” (aproximadamente 37% de participação para o Brasil e 38% para o Rio Grande do Sul). Assim, espera-se que os beneficiários do Programa Bolsa Família possuam renda *per capita* com elevada participação da renda de programas sociais, uma vez que para ingressar nesse programa a renda *per capita* é inferior a um quarto de salário mínimo.

Já a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 2006, avançou no detalhamento do rendimento médio mensal, identificando não só o valor da renda, mas também o tipo de benefício social recebido:

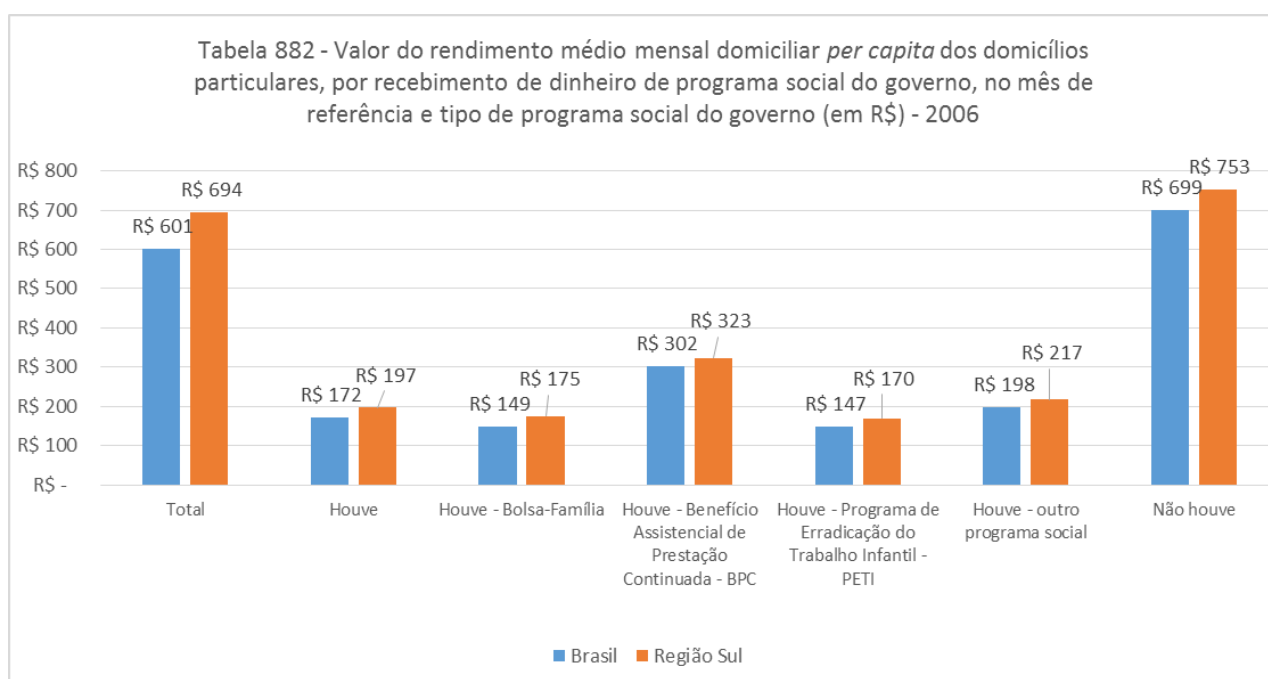


Gráfico 3: Tabela 882 - Valor do rendimento médio mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência e tipo de programa social do governo

Fonte: : IBGE (2015b) PNAD -2006, Banco de Dados SIDRA

Verifica-se que nos domicílios que receberam algum tipo de benefício, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* foi de R\$ 172,00 (cento e setenta e dois reais) considerando o Brasil e R\$ 197,00 (cento e noventa e sete reais) considerando a Região Sul do país. Especificamente para os domicílios que receberam benefícios do Programa Bolsa Família, esses valores foram, respectivamente, R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais) e R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais). Consta-se que dentre os domicílios que receberam dinheiro de programas sociais, aqueles beneficiados pelo Programa Bolsa Família estão entre os que apresentaram rendimento médio mensal *per capita* menor, juntamente com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Diante dos dados apresentados na PNAD (2004 e 2006) esperava-se encontrar para os beneficiários em idade economicamente ativa do Programa Bolsa Família (BIEAs PBF) de Porto Alegre valores aproximados, relativamente às rendas dos beneficiários do Programa Família. Entretanto, analisando-se as informações do CadÚnico (especificamente o Bloco 8 – Trabalho e Remuneração) verifica-se:

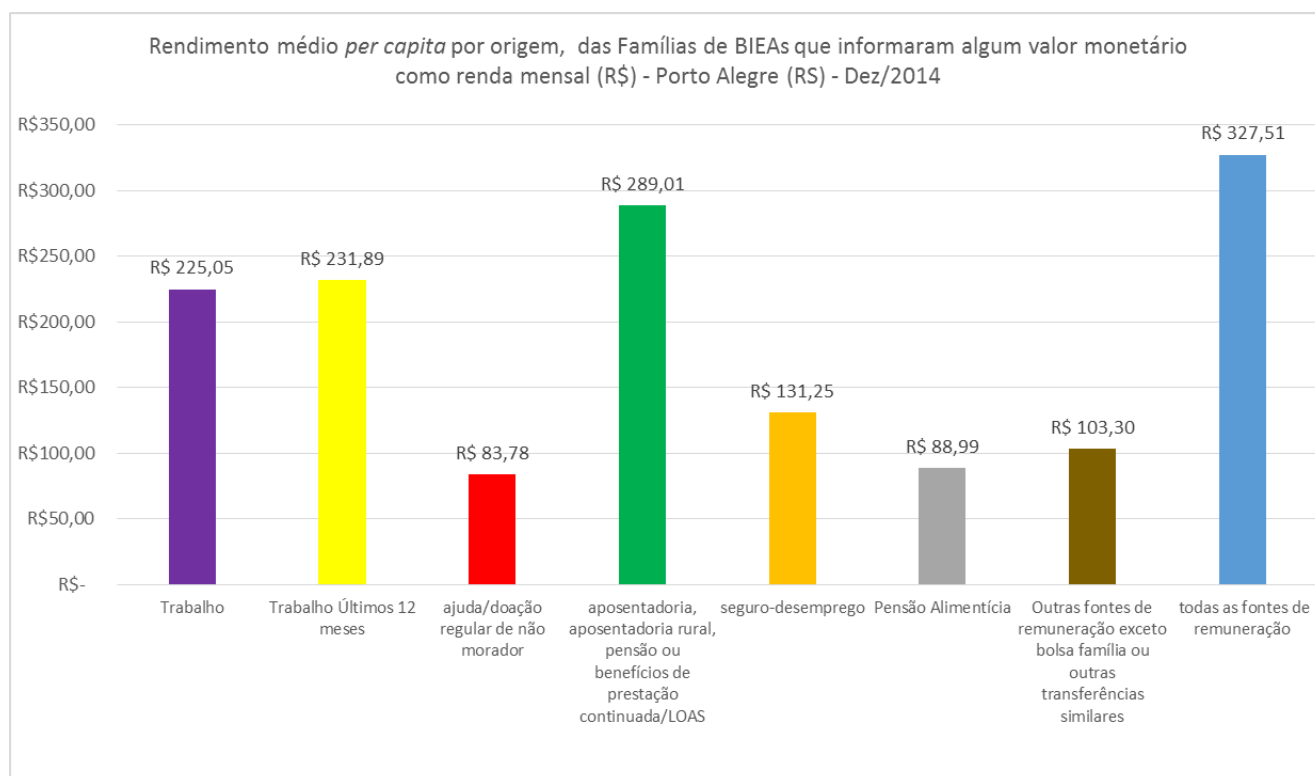


Gráfico 4: Rendimento médio *per capita* por origem, das Famílias de BIEAs que informaram algum valor monetário como renda mensal (R\$) - Porto Alegre (RS)

Fonte: CadÚnico, para famílias de BIEAs que informaram algum valor monetário como renda mensal nos campos 8.05, 8.08 e 8.09 – do Bloco 08 Trabalho e Remuneração – dividido pelo número de integrantes da família, Dezembro 2014.

As informações do CadÚnico revelam rendimentos *per capita* (sem considerar os benefícios do Programa Bolsa Família) significativamente maiores para os beneficiários em idade economicamente ativa do Programa Bolsa Família, para o município de Porto Alegre, se comparados com as informações da PNAD. Considerando todas as rendas familiares, independentemente das origens, chega-se à renda *per capita* de R\$ 327,51 (trezentos e vinte e sete reais com cinquenta e um centavos). Uma renda quase duas vezes superior, se comparada ao valor de R\$175,00 apresentado para Região Sul na PNAD de 2006. Ainda que hajam diferenças tanto em relação à dimensão geográfica (Região Sul e Porto Alegre) quanto ao período (2006 e 2014), os dados sugerem que o CadÚnico apresenta rendimentos superiores à PNAD. Importante observar que os rendimentos informados não incluem os benefícios recebidos pelo Programa Bolsa Família.

Entretanto, é importante observar que das 31.404 (trinta e um mil, quatrocentos e quatro) famílias identificadas, apenas 2.361 (duas mil trezentos e sessenta e uma), ou seja 7,52% (sete ponto cinquenta e dois por cento) das famílias informaram receber algum rendimento monetário, sendo possível a existência de subdeclaração nas informações sobre a renda. Nesse sentido, Brito (2011) adverte sobre a existência de subdeclaração de informações no CadÚnico (em especial as variáveis de trabalho e renda) devido a fatores como questões mal formuladas no questionário de coletas de informações, ausência de verificação das rendas e incentivos à omissão de informações, visando a adequação aos critérios do programa.

## 4.2 Renda – Óptica da Despesa Declarada

Considerando a possibilidade da existência de omissões de informações relativas a trabalho e renda, observou-se as informações das despesas declaradas pelas famílias, na perspectiva de identificar parâmetros adicionais para estimar a renda *percapita* familiar dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Assim, verifica-se a partir das informações da destinação de renda o gráfico a seguir:

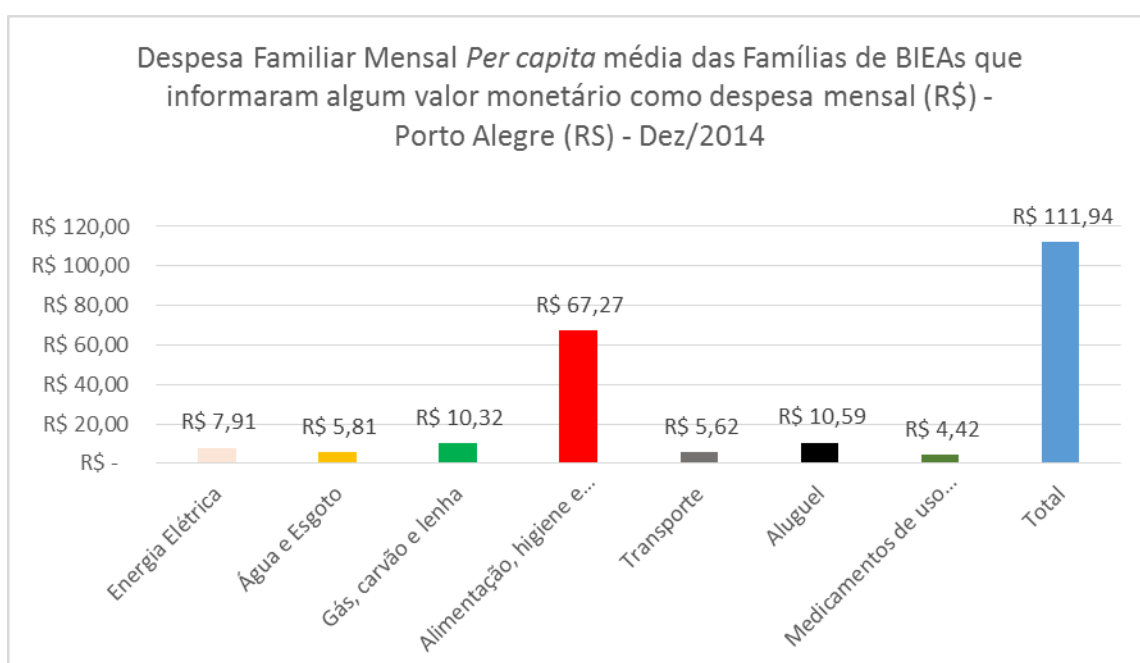


Gráfico 5: Despesa Familiar Mensal *Per Capita* média, das Famílias de BIEAs que informaram algum valor monetário como despesa mensal (R\$) - Porto Alegre (RS)

Fonte: CadÚnico, para famílias de BIEAs que informaram algum valor monetário como despesa mensal nos campos 3.10 – do Bloco 03 Família- Dezembro 2014.

Importante observar que as categorias de despesas apresentadas no bloco de perguntas que deu origem ao gráfico acima são limitadas. Não se esgotam todas as possibilidades de despesas que uma família pode ter, nem há uma categoria mais ampla como, por exemplo, outras despesas. Assim, despesas com lazer, vestuário, educação e poupança não seriam captadas, limitando a capacidade de se estimar a renda pela óptica da despesa das famílias. Por outro, lado das 31.404 (trinta e um mil, quatrocentos e quatro) famílias

identificadas, 30.477 (trinta mil, quatrocentos e setenta e sete), ou, 97,05% (ou noventa e sete ponto zero cinco por cento), apresentaram despesas com pelo menos uma das categorias pré-definidas. Assim, uma referência mínima de despesa, pode ser utilizada como um parâmetro mínimo de destinação da renda e, conseqüentemente, de estimação da própria renda. Tal estimador apresentaria, como vantagem em relação à renda declarada, o fato de abranger um número maior de indivíduos.

### 4.3 Renda Estimada – Anos de Estudo

Levando-se em conta a possibilidade de subdeclaração e eventuais incentivos para omitir rendas (BRITO, 2011), outra forma de se estimar a renda *per capita* média dos beneficiários do Programa Bolsa família seria a utilização de um critério indireto. A utilização de outras informações, exceto a renda informada, para estimar um rendimento médio *per capita* aproximado, poderia evitar o efeito de um incentivo à subdeclaração diretamente ligado ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, a relação entre anos de estudo e renda poderia constituir um estimador. Assim, parte-se da premissa que os efeitos de uma eventual omissão de renda, seriam corrigidos pela informação de anos de estudo e a renda correlacionada. Em outros termos, a premissa assumiria que o declarante informa corretamente seus anos de estudo, mas pode omitir informações sobre a renda. Considerando esses aspectos, verifica-se o seguinte parâmetro:

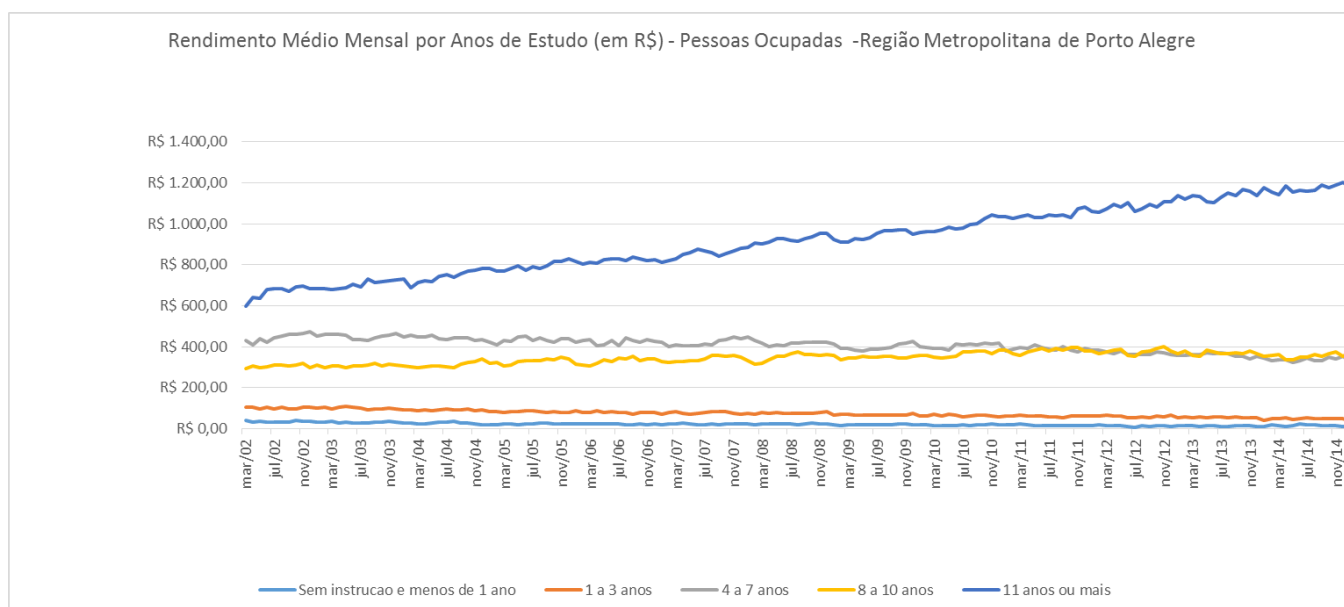


Gráfico 6: Rendimento Médio Mensal por Anos de Estudo, Pessoas Ocupadas, Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)

Fonte: IBGE (2015c), Pesquisa Mensal de Emprego (PME);

O gráfico 6 acima, demonstra que a medida que se aumentam os anos de estudo, nos intervalos da pesquisa, maiores os rendimentos da Pessoas Ocupadas<sup>12</sup>. Assim, para se estimar a renda dos beneficiários do Programa Bolsa Família, elaborou-se uma análise com as seguintes premissas: 1) assumiu-se que todos os BIEAs PBF de Porto Alegre estivessem ocupados; 2) verificou-se a concentração dos beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme as faixas de intervalo de anos estudo da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE) (aplicando-se os mesmos critérios dessa pesquisa nas informações do CadÚnico); 3) apurou-se a o rendimento médio total dos BIEAs PBF de Porto Alegre, ponderando-se pelo rendimento médio de cada faixa de intervalo de anos de estudo da Pesquisa Mensal de Emprego . O quadro a seguir, sintetiza as informações dessa simulação:

Anos de Estudo	Quantidade de Indivíduos	% de Indivíduos	Rendimento Médio (R\$) da PME	Rendimento Total (R\$)	Rendimento Médio (R\$) BIEA PBF
Sem instrução ou menos de 01 ano de estudo	2.463	5,30%	13,00	32.019,0	13,00
De 01 a 03 anos de estudo	14.325	30,84%	49,00	701.925,0	49,00
De 04 a 07 anos de estudo	21.424	46,12%	356,00	7.626.944,0	356,00
De 08 a 10 anos de estudo	3.004	6,47%	355,00	1.066.420,0	355,00
11 ou mais anos de estudo	1.605	3,46%	1.203,00	1.930.815,0	1.203,00
Total*	42.821	100,00%			

<sup>12</sup> Pessoas Ocupadas - foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve, etc. (IBGE, 2015c)

				11.358.123,0	265,25
--	--	--	--	--------------	--------

Obs.: \*3.630 indivíduos não apresentaram informações sobre perfil educacional suficiente para o enquadramento no critério de faixas da PME

Quadro7: Despesa monetária e não monetária média mensal familiar - valor e distribuição - por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa

Fonte: CadÚnico e IBGE (2015c)-Pesquisa Mensal de Emprego (PME);

Finalmente, considerando as diferentes formas de apuração da renda dos BIEAs PBF de Porto Alegre vistas até aqui, é possível identificar uma faixa aproximada de rendimento médio *per capita*. Tanto a PNAD 2006 (para a Região Sul), quanto a PME (para Região Metropolitana de Porto Alegre), embora apresentem diferenças das bases geográficas abrangidas em relação ao CadÚnico de Porto Alegre, podem auxiliar como uma referência aproximada no intuito de captar eventuais omissões ou subdeclarações. Nesse sentido, ainda que existam eventuais incentivos potenciais à omissão ou subdeclaração, os valores de renda média *per capita* familiar declaradas no CadÚnico (para o município de Porto Alegre) alcançaram os valores mais altos dentre os estimadores (R\$ 327,51). Inclusive tal renda supera os valores estipulados como limite para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família (até R\$ 154,00). Tal situação sugere que as rendas declaradas no CadÚnico ou não são consideradas, ou não são decisivas na verificação dos critérios de concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família.

#### 4.4 Renda e Orçamento Familiar

Tratando-se de avaliação de bem-estar, sem prejuízo da importância da aferição precisa da renda dos BIEAs PBF, considera-se que a identificação de um parâmetro de avaliação do que a renda pode proporcionar aos indivíduos seja mais relevante. Principalmente, em termos de possibilidade de escolha de diferentes estilos de vida por parte

dos indivíduos, como propõe Sen (2010). Nesse sentido, a Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008, traz informações relevantes para o estabelecimento dessas referências:

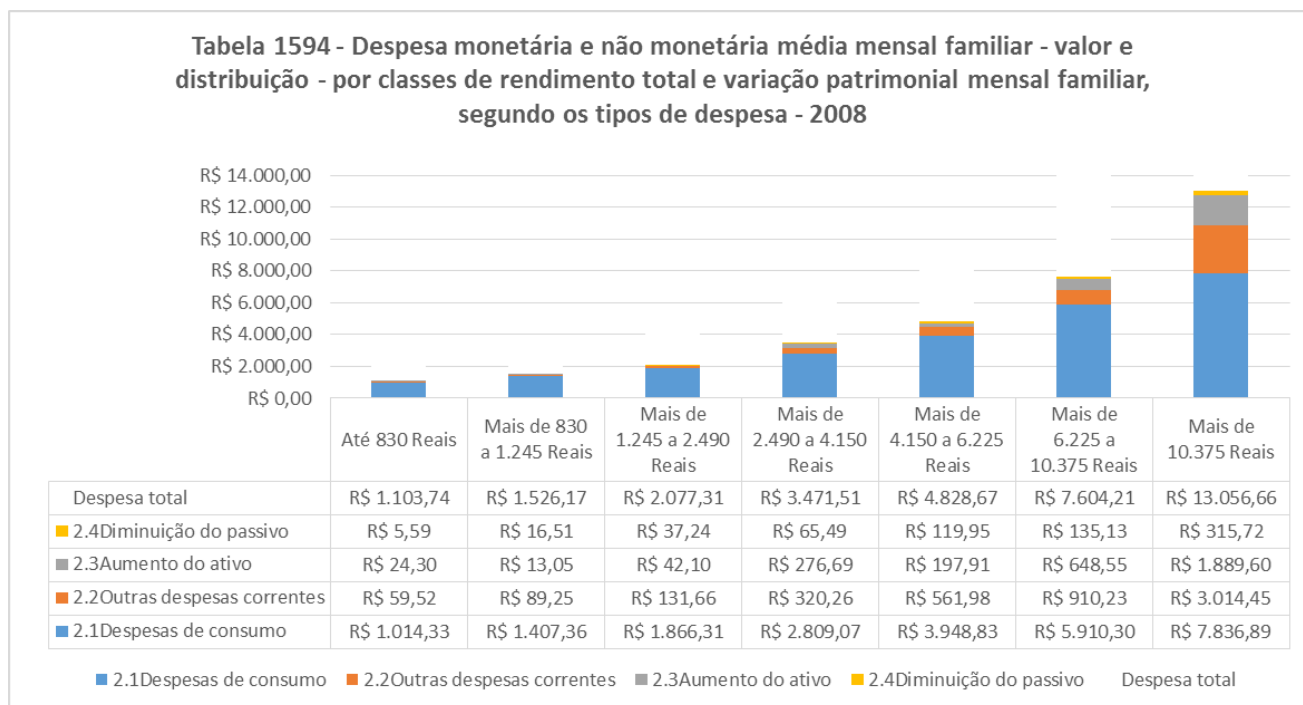


Gráfico 7: Despesa monetária e não monetária média mensal familiar - valor e distribuição - por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa

Fonte: IBGE (2015d), Pesquisa de Orçamento Familiar 2008, Banco de Dados SIDRA.

A partir do gráfico 07 acima verifica-se que quanto mais baixa a classe de rendimento médio familiar, maior o comprometimento da renda com despesas de consumo e menores os níveis de investimento e redução de passivo, proporcionalmente ao nível de renda. Inclusive, a classe de rendimentos “Até 830 reais” demonstrou, possuir despesas de consumo (R\$ 1.014,33) maior que a renda máxima da própria classe. Nessa classe de rendimentos ainda, o aumento do ativo (R\$ 24,30) e a redução do passivo (R\$ 5,59), somados, perfazem cerca de 3,6% da renda máxima auferida (R\$ 830,00). Verifica-se, portanto, tratarem-se de famílias que dependem de endividamento para manterem seus estilos de vida, sugerindo dificuldades para quitar despesas mensais (mais adiante, no presente trabalho, abordam-se aspectos da POF diretamente relacionados às dificuldades das famílias em fecharem as contas mensais).

Já a classe de rendimento “Mais de 10.375 reais”, na média, não consome toda a renda que aufer e consegue destinar um maior percentual para aumento de ativo e redução de passivo, comparativamente às demais classes de rendimentos. Assim as despesas de consumo (R\$ 7.836,99), representaram cerca de 76% da renda mínima da classe de rendimentos mais elevada (R\$10.375,01). Em termos de aumento de ativo e redução de passivo, somados, alcançam cerca de 21% dessa mesma renda mínima.

Considerando aquelas famílias dos BIEAs PBF de Porto Alegre, em dezembro de 2014 que apresentaram algum valor monetário, verifica-se um rendimento médio de R\$ 506,87 (quinhentos reais com oitenta e sete centavos), considerando uma média de 1,547 indivíduos por família (computando-se apenas aquelas famílias que informaram ter algum rendimento monetário mensal no CadÚnico). Tal rendimento posicionaria esses beneficiários na classe de rendimento mais baixa da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), “ Até 830 reais”. Ocorre que os valores das despesas das famílias da POF são referidos a preços do ano de 2008, enquanto que o rendimento médio de R\$ 506,87 faz referência ao período compreendido entre os anos 2012 e 2014 (intervalo de data onde se considera o CadÚnico atualizado para dezembro de 2014)<sup>13</sup>. Além disso, as informações dos BIEAs PBF de Porto Alegre se referem a receitas e despesas monetárias, enquanto a POF engloba informações monetárias e não monetárias<sup>14</sup>, portanto há diferenças nas bases comparativas.

Assim, para se fazer uma aproximação simplificada assumiu-se, *ceteris paribus*, que os valores das despesas demonstrados na POF, sofreram correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)<sup>15</sup>:

<sup>13</sup> A definição de cadastro atualizado para o CadÚnico decorre das orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para mais informações consultar em [http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/faq\\_bnf\\_atualizacao\\_cadastral\\_2015\\_05junho2015\\_validada\\_decau\\_deben.pdf.pagespeed.ce.MPzcx3dnuF.pdf](http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/faq_bnf_atualizacao_cadastral_2015_05junho2015_validada_decau_deben.pdf.pagespeed.ce.MPzcx3dnuF.pdf)

<sup>14</sup> Despesas não monetárias são aquelas efetuadas sem pagamento monetário (doação, retirada, troca, produção própria etc. Contabilmente, são iguais aos Rendimentos não monetários exceto pelo valor de aluguel estimado. Para a imputação do valor do rendimento não monetário do aluguel de imóveis, deduziu-se, do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo, despesas de manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio. (IBGE,2010)

<sup>15</sup> O IPCA mede a inflação a partir de uma cesta de produtos representativos para as famílias com rendimentos situados entre 01(um) e 40 (quarenta) salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos e residentes nas áreas urbanas das regiões. Maiores informações em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/defaultinpc.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm)

Classe de Rendimento – Até 830 Reais	Valores POF - 2008 (R\$)	Var. % IPCA 2009 a 2014	Valores POF Atualizados 2014 (R\$)
2.1Despesas de consumo	1.014,33	40,34%	1.423,52
2.2Outras despesas correntes	59,52	40,34%	83,53
2.3Aumento do ativo	24,30	40,34%	34,10
2.4Diminuição do passivo	5,59	40,34%	7,85
Total de Despesas	1.103,74	40,34%	1.549,00

Quadro 8: Despesas Classe de Rendimento – Mais de 1.245 e menos de 2.490 reais- Atualizadas pelo IPCA.

Assim, com base no quadro acima, verifica-se que a renda média familiar auferida pelos BIEA PBF de Porto Alegre (R\$ 506,87), é inferior às despesas médias de consumo já corrigidas (R\$ 1.432,52) da respectiva classe de rendimento na POF, “Até 830 Reais”. Além disso, a soma de investimentos (R\$ 24,30) e a reduções de passivo (R\$ 5,59) alcançaria cerca de 5,90% dessa mesma renda média (R\$ 506,87).

Em relação às despesas das famílias, é possível uma análise mais detalhada a partir da POF, para a Classe de Rendimentos “Até 830 Reais”, conforme o conjunto de gráficos a seguir:

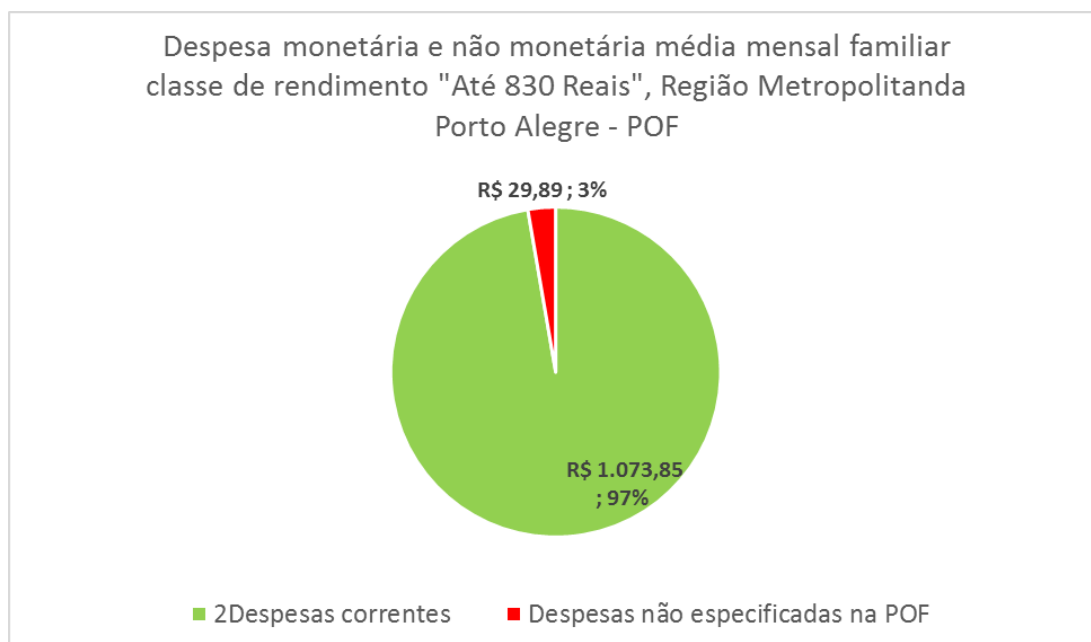


Gráfico 8: Despesa monetária e não monetária média mensal familiar – classe de rendimento “Até 830 Reais”, Região Metropolitana Porto Alegre -POF

Fonte: IBGE (2015d), Pesquisa de Orçamento Familiar 2008, Banco de Dados SIDRA.

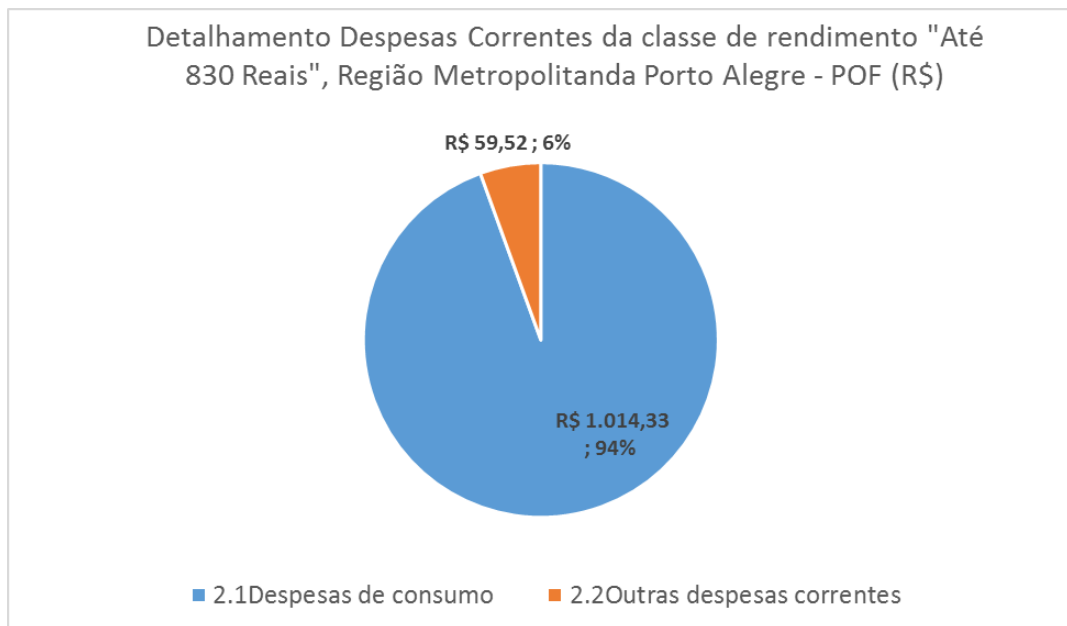


Gráfico 9: Despesas Correntes – classe de rendimento “Até 830 Reais”, Região Metropolitana Porto Alegre -POF

Fonte: IBGE (2015d), Pesquisa de Orçamento Familiar 2008, Banco de Dados SIDRA.

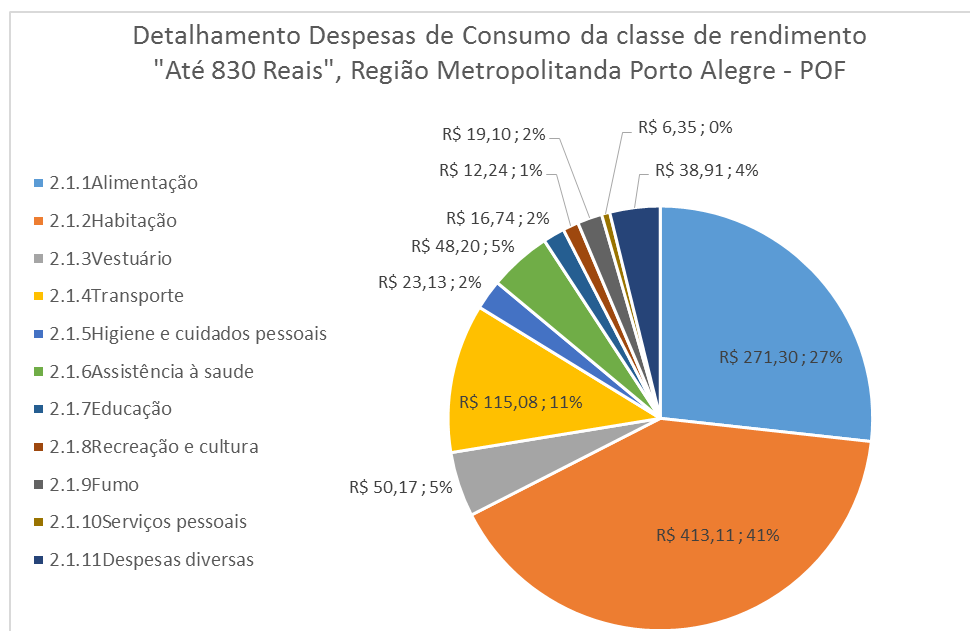


Gráfico 10: Despesas de Consumo – classe de rendimento “Até 830 Reais”, Região Metropolitana Porto Alegre -POF

Fonte: IBGE (2015d), Pesquisa de Orçamento Familiar 2008, Banco de Dados SIDRA.

Verifica-se a partir dos gráficos 08 a 10, acima, que a maioria das despesas da classe de rendimento “Até 830 Reais” da Região Metropolitana de Porto Alegre, envolve despesas correntes (R\$ 1.073,85; cerca de 97% das despesas totais). Dessas despesas correntes, a maioria destina-se às despesas de consumo (R\$ 1.014,33; cerca de 94% das despesas correntes). Dentre as despesas correntes os grupos mais representativos são despesas com habitação (R\$ 413,11, ou 41% das despesas de consumo), alimentação (R\$ 271,30; 27% das despesas de consumo), transporte (R\$ 115,08; ou 11% das despesas de consumo) e vestuário (R\$ 50,17; ou 5% das despesas de consumo). Esses quatro grupos mais representativos somam R\$ 849,66 (oitocentos e quarenta e nove reais com sessenta e seis centavos), perfazendo 102% (cento e dois por cento) da renda mais alta da classe de rendimentos (R\$ 830,00).

Levando-se em conta os BIEAs PBF de Porto Alegre e, atualizando-se os valores das despesas pela variação do IPCA (2009 a 2014, visto anteriormente), os mesmos quatro grupos de despesas mais representativos (habitação, alimentação, transporte e vestuário) alcançariam 143,66% da renda mais alta da classe de rendimentos (R\$ 830,00), sugerindo possível endividamento e dificuldades para fechar as contas mensais. O quadro a seguir detalha esse aspecto:

A POF 2008 através da Tabela 1805 identifica o grau de dificuldade, por classe de rendimento, para fechar as contas do mês:

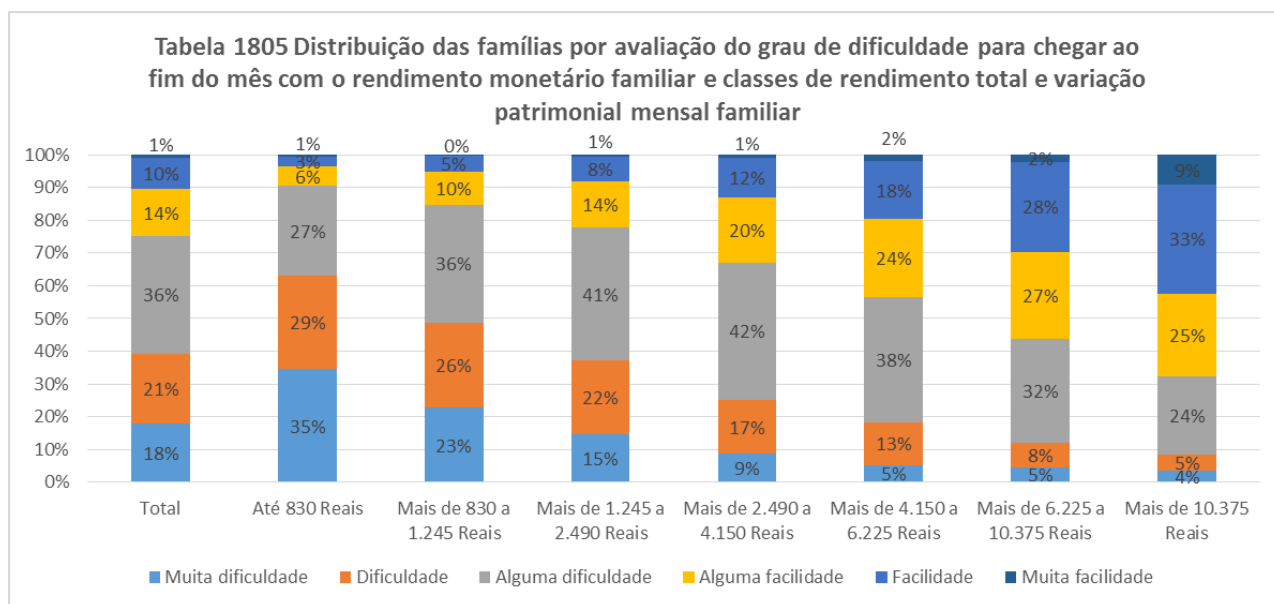


Gráfico 11: Tabela 1805 - Distribuição das famílias por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar e classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar- Brasil

Fonte: IBGE (2015d), Pesquisa de Orçamento Familiar 2008, Banco de Dados SIDRA.

Com base no gráfico 11 acima, verifica-se que a classe de rendimentos “Até 830 Reais” apresentava em 2008 (último ano e disponibilização da POF), majoritariamente, maiores graus de dificuldade para chegar ao final do mês com a renda familiar, na comparação com as demais categorias. Cerca de 35% (trinta e cinco) alegaram ter “muita dificuldade”, 29% (vinte e nove por cento) “dificuldade” e 27% (vinte e sete por cento) “alguma dificuldade”. Somando-se o percentual das famílias que alegaram algum grau de dificuldade, alcança aproximadamente 90% (noventa por cento) das famílias da categoria, superando a soma dos percentuais desses mesmos graus de dificuldades para todas as categorias, que atingiu 85% (oitenta e cinco por cento).

Os dados da POF 2008 para a Tabela 1805 só estão disponíveis para o recorte territorial Brasil. Além disso, as respostas dessa parte da pesquisa são auto declaratórias, dando margens a subjetividades. Mesmo considerando esses fatores, a avaliação conjunta com as demais informações anteriormente observadas, sugere a preponderância de algum grau de dificuldade para as famílias de BIEA do PBF – Porto Alegre chegarem ao final do mês. A renda dessas famílias (R\$ 506,87) se situa na classe de rendimentos que apresentou 90% (noventa por cento) das famílias com algum grau de dificuldade em 2008. Ainda que não se

saiba, efetivamente, as despesas dos BIEA do PBF – Porto Alegre, a POF 2008, oferece parâmetros que demonstram que o rendimento médio de R\$ 506,87 (quinhentos e seis reais com oitenta e sete centavos) é limitado em termos de orçamento familiar e condições de vida.

#### 4.5 Conclusão sobre as Facilidades Econômicas

Nesta seção, abordou-se o papel instrumental das Facilidades Econômicas para os BIEA do PBF do município de Porto Alegre. Identificou-se a renda como o principal aspecto das Facilidades Econômicas. Através da análise comparativa entre as PNADs que abordaram o Programa Bolsa Família e programas de transferência de renda correlatos (2004 e 2006), as PMEs e as informações do CadÚnico, verificaram-se certos limites e a necessidade de uma análise crítica para se apurar a renda. Ainda que hajam limitações intrínsecas aos métodos das pesquisas, às bases comparativas, aos diferentes anos de referência, bem como as tendências à subdeclaração de renda, foi possível estimar diferentes parâmetros de renda para os BIEAs PBF de Porto Alegre. Considerando a renda autodeclarada pelas famílias no CadÚnico, estima-se uma renda *per capita* familiar de R\$ 327,51 (trezentos e vinte e sete reais com cinquenta e um centavos).

Verificou-se também que independentemente da precisão da renda estimada, considerar as liberdades substantivas de Sen (2010) (capacidade para se ter estilos de vidas diferentes) na avaliação da renda, pode proporcionar informações mais relevante. Nesse sentido, a comparação das informações do CadÚnico com a POF para os BIEAs PBF de Porto Alegre sugere que essas famílias possuem grande parte de suas rendas destinadas ao consumo (habitação, alimentação, transporte e vestuário); pouca capacidade de investimento e de redução do passivo; indicando necessidade de endividamento e dificuldades para quitar as contas mensais. Assim, é possível concluir que caso as Facilidades Econômicas não sejam complementadas por outros papéis instrumentais da liberdade (como as Oportunidades Sociais por exemplo), em termos de liberdades substantivas para escolher estilos de vidas diferentes (Sen, 2010), o percentual de comprometimento da renda com despesas de consumo e as dificuldades para se chegar ao final do mês indicam restrições, na comparação com as demais categorias da POF.

## 6. ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES SOCIAIS

Nesta seção serão abordados os aspectos atinentes à liberdade instrumental referida como Oportunidades Sociais por Sen (2010). Conforme visto anteriormente, o cerne dessa liberdade instrumental se refere ao acesso e utilização de serviços públicos como educação, saneamento, iluminação, dentre outros. Considerando a perspectiva de Sachs (2005) em relação às armadilhas da pobreza, busca-se avaliar as seguintes hipóteses:

- 1) O beneficiário do Programa Bolsa Família não acessa níveis educacionais mais elevados porque tem que trabalhar para sobreviver. Em uma analogia à teoria de (SAMPAIO, CARDOSO, 2011), haveria um conflito entre sobrevivência e tempo para estudar.
- 2) O beneficiário do Programa Bolsa Família possui baixo acesso aos trabalhos com melhor rendimento devido ao baixo nível educacional, um desdobramento lógico da teoria de (SAMPAIO, CARDOSO, 2011).
- 3) O beneficiário do Programa Bolsa Família tende a ser direcionado para o mercado de trabalho informal devido às baixas condições de acessar o trabalho formal (KREIN e PRONI, 2010).

Importante consignar que no presente trabalho as Oportunidades Sociais foram restringidas ao acesso a serviços de educação face o objetivo de identificar armadilhas específicas na relação trabalho e estudo.

### 5.1 Oportunidades Sociais – Trabalho e Estudo

No que tange a relação do trabalho e estudo por parte dos BIEA do PBF de Porto Alegre, a hipótese de existência de um conflito entre trabalhar para sobreviver e estudar,

poderia ser identificada, *a priori*, através de duas formas: 1) o rendimento escolar e 2) os níveis escolares acessados.

Na primeira, a utilização do tempo disponível com outras atividades (como o trabalho fora de casa ou até mesmo o trabalho doméstico), restringiria o tempo destinado aos estudos, afetando negativamente o rendimento escolar.

Já na segunda, a necessidade de exercer outras atividades ligadas à sobrevivência culminaria com a interrupção do processo de escolarização. Assim, os indivíduos frequentariam a escola até um determinado nível. A partir desse nível passariam a dedicar-se integralmente a outras atividades, interrompendo a escolarização.

Para se avaliar a relação trabalho e estudo, sob as duas ópticas mencionadas, foram avaliadas as informações do CadÚnico elaborando-se o quadro abaixo:

	Frequenta Escola		Não Frequenta Escola		Sem informação de Frequência		Total	
	Qtde. Indivíduos	Percent. s/ total de Indivíduos	Qtde. Indivíduos	Percent. s/ total de Indivíduos	Qtde. Indivíduos	Percent. s/ total de Indivíduos	Qtde. Indivíduos	Percent. s/ total de Indivíduos
<b>Trabalha</b>	200	0,43%	1.180	2,54%			1.380	2,97%
<b>Não trabalha</b>	29.817	64,19%	6.889	14,83%			36.706	79,02%
<b>Sem Informação de Trabalho</b>	6.986	15,04%	1.285	2,77%	94	0,20%	8.365	18,01%
<b>Total</b>	37.003	79,66%	9.354	20,14%	94	0,20%	46.451	100,00%

Quadro 9: BIEAs PBF de Porto Alegre – Relação Trabalho e Estudo - 2014

Fonte: CadÚnico. Em relação a trabalho consideraram-se os campos 8.01 (trabalhou na semana passada) e/ou 8.03 (trabalhou, mas estava afastado por motivo de doença, falta, férias ou por outro)

### 5.1.1 Oportunidades Sociais – Trabalho e Estudo – Óptica do Rendimento Escolar

A partir do quadro acima, verifica-se que a quantidade de indivíduos que informou trabalhar e estudar é pouco expressiva alcançando menos de 1% do total dos BIEAs PBF de Porto Alegre, ou 200 (duzentos) indivíduos. Considerando aqueles que informaram trabalhar (independentemente de estarem estudando ou não), chega-se a 2,97% dos BIEAs PBF de Porto Alegre, ou 1.380 (mil trezentos e oitenta) indivíduos. Assim, uma análise do conflito entre estudo e trabalho sob a óptica do rendimento escolar, conforme mencionado, abrange uma parcela pequena dos BIEAs PBF de Porto Alegre, sendo pouco representativa.

Em que pese a baixa representatividade dos BIEAs PBF de Porto Alegre que trabalham e estudam, verificou-se que dos 200 (duzentos) indivíduos, 193 (cento e noventa e três) estavam em escolas públicas. Desses, 179 (cento e setenta e nove) detinham no CadÚnico, a informação do código da escola no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>16</sup>. Assim buscou-se identificar o rendimento escolar na ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) /Prova Brasil<sup>17</sup> - INEP 2013, através do cruzamento do código da escola INEP com o CadÚnico. Destaca-se que os microdados do INEP – Prova Brasil não identificam as informações pessoais dos alunos, inviabilizando a identificação direta dos BIEAs PBF de Porto Alegre que prestaram a prova. No entanto, uma vez que o código da escola no INEP está presente nas duas bases de informações, seria possível avaliar a média das notas dos alunos das escolas frequentadas pelos BIEA PBF de Porto Alegre, como uma estimativa.

A referida prova foi aplicada em 2013 para as 5ª e 9ª séries/ano do Ensino Fundamental e para o 3º ano do Ensino Médio. Logo, seria necessário que as informações sobre os BIEAs PBF de Porto Alegre, com atualização em 2013, indicassem compatibilidade entre as séries frequentadas, nos cursos cujas provas são aplicadas. Assim, dos 179 (cento e setenta e nove) indivíduos, restaram 57 (cinquenta e sete) cuja as atualizações cadastrais correspondiam ao ano de 2013. Desses, apenas 5 (cinco) indivíduos estavam frequentando o curso e a série compatíveis com aqueles da aplicação da Prova Brasil de 2013.

---

<sup>16</sup> O INEP é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) cuja a missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro. Para maiores informações, consultar <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep> (INEP, 2015)

<sup>17</sup> A ANRESC ou Prova Brasil é uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal. O objetivo é avaliar a

Diante da baixa representatividade dos BIEAS PBF de Porto Alegre que informaram trabalhar e estudar (0,43% ou 200 indivíduos), sendo que desses apenas 5 (cinco) seriam avaliáveis, conclui-se pela baixa relevância da utilização de estimativas geradas a partir do cruzamento entre as informações do CadÚnico e a ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) /Prova Brasil - INEP 2013.

### 5.1.2 Oportunidades Sociais – Trabalho e Estudo – Óptica do Acesso a Níveis Escolares

Em relação aos níveis escolares acessados, o CadÚnico traz a informação dos cursos mais elevados frequentados pelos BIEAs PBF de Porto Alegre, bem como o último ano/série concluída no respectivo curso. Entretanto nem todos os indivíduos prestaram informações sobre o nível de escolaridade, havendo situações sem respostas:

Situação de Escolaridade	Total de BIEAS PBF de Porto Alegre		Informou o Curso que frequenta ou frequentou		Informou o curso que frequenta ou se concluiu quando frequentou	
	Qtde. de Indivíduos	% s/ Total	Qtde. de Indivíduos	% s/ Total	Qtde. de Indivíduos	% s/ Total
Frequenta Escola	37.003	79,66%	36.953	79,55%	36.953	79,55%
Não frequenta mas já frequentou	9.354	20,14%	8.060	17,35%	7.750	16,68%
Sem resposta	94	0,20%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>46.451</b>	<b>100,00%</b>	<b>45.013</b>	<b>96,90%</b>	<b>44.703</b>	<b>96,24%</b>

Quadro 10: BIEAs PBF de Porto Alegre – Escolaridade - 2014

Fonte: CadÚnico. Em relação a trabalho consideraram-se os campos 8.01 (trabalhou na semana passada) e/ou 8.03 (trabalhou, mas estava afastado por motivo de doença, falta, férias ou por outro)

Analisando-se os indivíduos que informaram o curso que frequenta ou que frequentou, verificam-se os seguintes níveis de escolaridade:

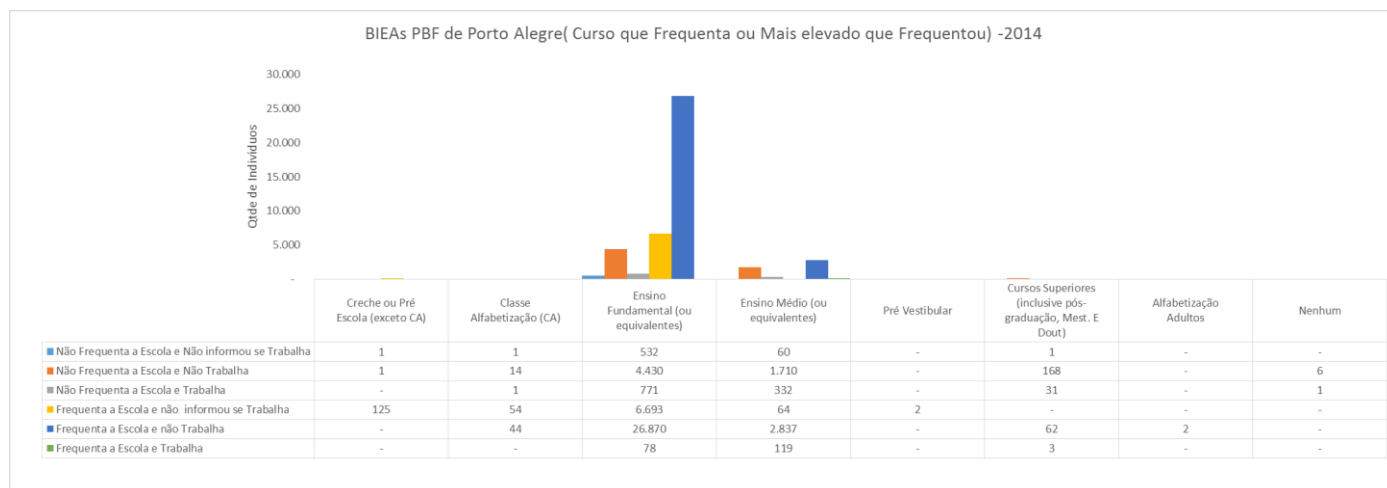


Gráfico 12: BIEAs PBF de Porto Alegre (Curso que Frequenta e Mais elevado que Frequentou)

Fonte: CadÚnico (2014).

O gráfico 12 acima demonstra dois pontos de concentração de indivíduos: o Ensino Fundamental (ou equivalente)<sup>18</sup> e o Ensino Médio (ou equivalente)<sup>19</sup>. No Ensino Fundamental (ou equivalente) verifica-se a maior concentração: cerca de 87% (39.374 dos 45.013 indivíduos que possuem informações de escolaridade), frequentam ou frequentaram, no máximo, esse nível de ensino. Já no Ensino Médio (ou equivalente) essa concentração foi de 11% (5.122 dos 45.013 indivíduos que possuem informações de escolaridade).

Dentre aqueles 39.374 indivíduos, situados no Ensino Fundamental (ou equivalente), a maioria (26.870 indivíduos ou 68,24%) frequentam a escola e não trabalham. Tratam-se de jovens concentrados basicamente nas faixas etárias de “10 a 15 anos” de idade (18.196 indivíduos) e “16 a 20 anos” de idade (8.619 indivíduos) portanto, em grande parte, ainda em fase de escolarização:

<sup>18</sup> Visando simplificar a análise, considerou-se como equivalente ao ensino fundamental todas as respostas das questões 7.07 e 7.09 do CadÚnico que fazem referência a Ensino Fundamental (seja EJA, ensino especial, séries iniciais ou finais).

<sup>19</sup> Visando simplificar a análise, considerou-se como equivalente ao ensino Médio todas as respostas das questões 7.07 e 7.09 do CadÚnico que fazem referência a Ensino Médio (seja EJA, ensino especial, séries iniciais ou finais).

BIEAs PBF de Porto Alegre que frequentam ou frequentaram Ensino Fundamental (ou equivalentes) -2014

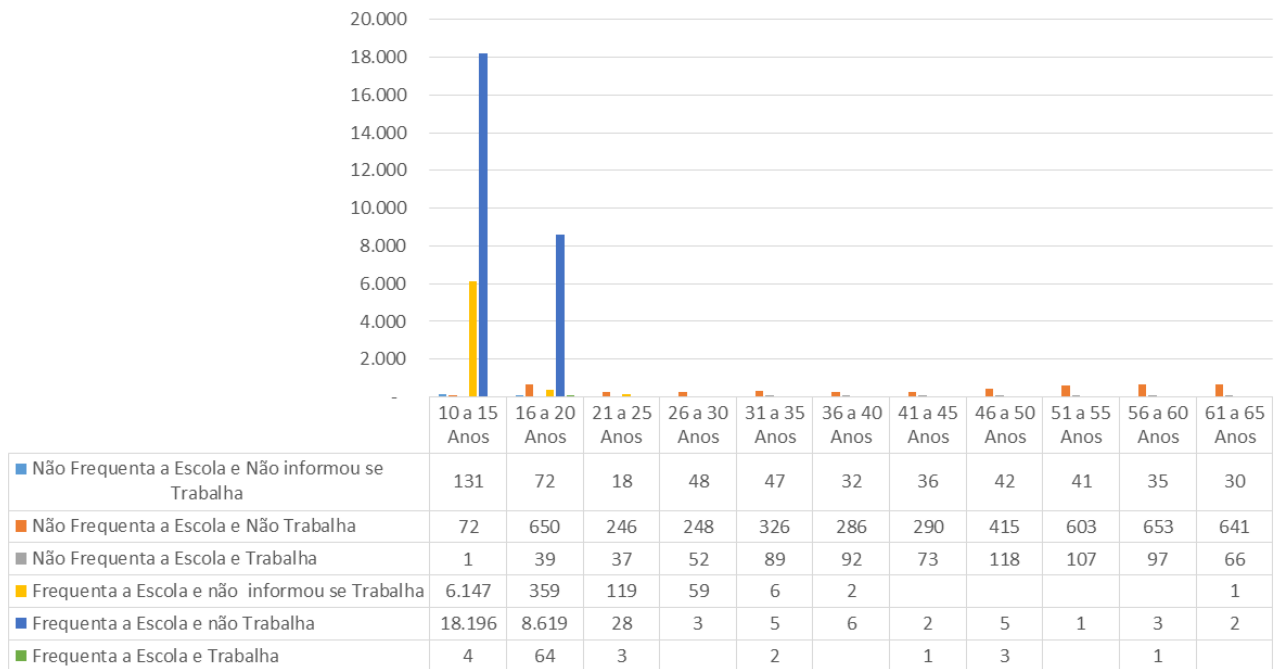


Gráfico 13: BIEAs PBF de Porto Alegre que Frequentam ou Frequentaram o Ensino Fundamental (ou equivalentes)

Fonte: CadÚnico (2014).

Em relação aos indivíduos situados no Ensino Médio (ou equivalente), a maioria (2.837 indivíduos ou 55,39%) frequentam a escola e não trabalham. Também são jovens concentrados basicamente na faixa de “16 a 20 anos” de idade (2.677 indivíduos):

BIEAs PBF de Porto Alegre que frequentam ou frequentaram o Ensino Médio (ou equivalentes) -2014

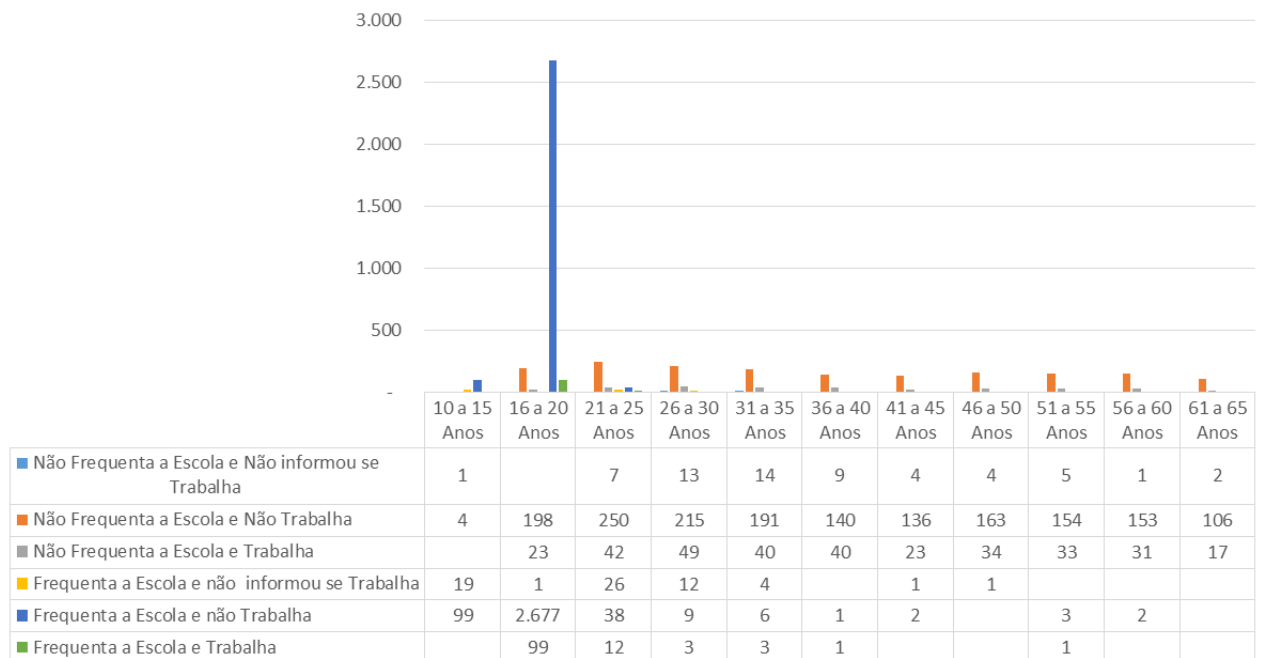


Gráfico 14: BIEAs PBF de Porto Alegre que Frequentam ou Frequentaram o Ensino Fundamental (ou equivalentes)

Fonte: CadÚnico (2014).

Os gráficos 13 e 14 permitem identificar um perfil de BIEAS PBF de Porto Alegre, jovem (entre 10 a 20 anos de idade), que não trabalha e frequenta a escola (em maior parte o Ensino Fundamental ou equivalentes). A frequência escolar como condicionante para receber os benefícios do PBF pode representar um incentivo. Entretanto, a frequência escolar não se confunde com a conclusão do processo de escolarização. Tal ponderação é importante para identificar outra forma possível de manifestação da hipótese de um conflito entre trabalho e estudo, como será visto adiante.

Ainda em relação à frequência escolar (independentemente do avanço em séries/anos dos respectivos cursos), as informações do CadÚnico sugerem a existência de duas fases em relação ao processo de escolarização. Na primeira, os diversos incentivos para frequentar a escola (incluindo os benefícios do PBF) são maiores que aqueles de não frequentar, até uma determinada idade. Constata-se tal comportamento, uma vez que a proporção dos indivíduos que frequenta a escola é superior à daqueles que não frequenta, entre os 10 (dez) e os 20 (vinte) anos de idade, aproximadamente. Em torno de 21 (vinte e um) anos de idade, as informações do CadÚnico sugerem uma alternância: os incentivos de não frequentar a escola passam a ser percebidos como superiores aos de frequentar, inaugurando-se uma nova fase, onde a proporção de indivíduos que frequenta a escola é superada pela proporção de indivíduos que não frequenta. O gráfico a seguir ilustra esse aspecto:

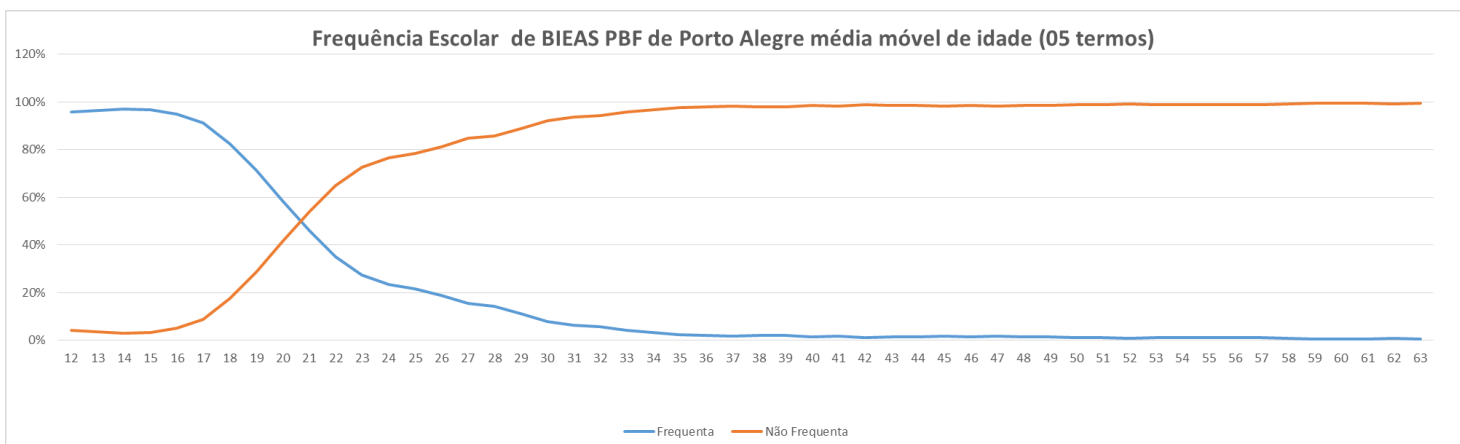


Gráfico 15: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos)

Fonte: CadÚnico (2014).

Os incentivos que levam o indivíduo a não frequentar a escola podem ter diversas origens, tais como: a necessidade de se dedicar integralmente às atividades domésticas, ao trabalho (trabalho formal ou informal), o envolvimento com atividades subterrâneas<sup>20</sup>, bem como fatores intrínsecos ao indivíduo (a ausência de percepção de valor no processo de escolarização, por exemplo). Não se pretende, no presente trabalho, esgotar todos os fatores possíveis de incentivo a não frequentar a escola, tampouco testar suas ocorrências. Note-se que, independentemente de conhecer tais fatores, visando o desenvolvimento do indivíduo, é razoável (mesmo com certo grau de subjetividade) considerar desejável o atingimento de um nível escolar<sup>21</sup> mínimo, antes que se interrompa o processo de escolarização. Um dos objetivos desse mínimo escolar, é aumentar suas chances no mercado de trabalho (formal ou informal), reduzindo assim as chances de dependência do benefício do PBF: desenvolver o indivíduo para libertá-lo de uma condição vulnerável, conforme proposto por Sen (2010).

A idade a partir da qual a proporção de indivíduos que não frequenta a escola passa a superar a dos que frequentam (no caso, 21 anos de idade) constitui uma referência

<sup>20</sup> Entende-se por atividades subterrâneas aquelas ilegais, orbitando no mundo da criminalidade tais como tráfico de drogas, prostituição, jogo etc. (KREIN e PRONI, 2010)

<sup>21</sup> Visando simplificar, no presente trabalho, os níveis de escolaridades foram definidos a partir do CadÚnico da seguinte forma: **(1)** “Não Acessou o Ensino Fundamental”: englobou as respostas “Creche”, “Pré-escola (exceto CA)”, “Classe de Alfabetização –CA” e “Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)” à pergunta 7.09 do Bloco 07 (formulário principal do CadÚnico), independentemente de conclusão de cada curso. **(2)** “Acessou o Ensino Fundamental e não concluiu”: englobou todos os cursos oferecidos como respostas à pergunta 7.09 do Bloco 07 (formulário principal do CadÚnico) que faziam referência ao termo “ensino fundamental” sem a respectiva conclusão (resposta à pergunta 7.11 igual a “Não”) e aqueles cursos que se referiam aos termos “ensino fundamental elementar, séries iniciais, primário, 1ª a 4ª séries” com a respectiva conclusão (resposta à pergunta 7.11 igual a “Sim”), abrangendo EJA, Ensino Especial, etc. **(3)** “Concluiu o Ensino Fundamental”: englobou todos os cursos oferecidos como respostas à pergunta 7.09 do Bloco 07 (formulário principal do CadÚnico) que faziam referência ao termo “ensino fundamental” com a respectiva conclusão (resposta à pergunta 7.11 igual a “Sim”) exceto aqueles cursos que se referiam aos termos “ensino fundamental elementar, séries iniciais, primário, 1ª a 4ª séries, abrangendo EJA, Ensino Especial, etc. **(4)** “Acessou o Ensino Médio e não concluiu”: englobou todos os cursos oferecidos como respostas à pergunta 7.09 do Bloco 07 (formulário principal do CadÚnico) que faziam referência ao termo “ensino médio” sem a respectiva conclusão (resposta à pergunta 7.11 igual a “Não”), abrangendo EJA, Ensino Especial, etc. **(5)** “Concluiu o Ensino Médio”: todos os cursos oferecidos como respostas à pergunta 7.09 do Bloco 07 (formulário principal do CadÚnico) que faziam referência ao termo “ensino médio” com a respectiva conclusão (resposta à pergunta 7.11 igual a “Sim”) ou faziam referência a curso superior (item 13) independentemente de conclusão ou não (resposta à pergunta 7.11 “sim” ou “não”, abrangendo EJA, Ensino Especial, etc.

para verificar o atingimento de um nível mínimo de escolarização desejável. Definindo-se o ensino médio concluído, como sendo esse mínimo, é possível identificar uma situação de armadilha: os BIEAs PBF de Porto Alegre não conseguiriam concluir uma escolarização mínima desejável, antes de deixar de frequentar a escola, pelo fato dos incentivos para deixar a escola serem superiores aos de frequentá-la.

As informações do CadÚnico demonstram que apenas 19% dos BIEAs PBF de Porto Alegre com 21 (vinte e um) anos de idade ou mais possuem o ensino médio concluído, sugerindo uma situação de armadilha, nos termos anteriormente considerados:

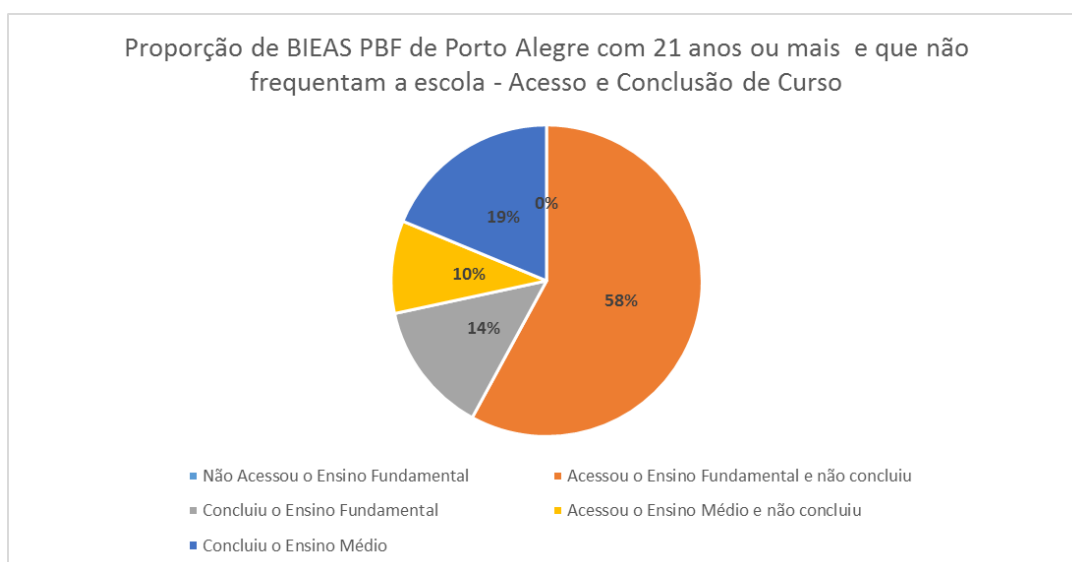


Gráfico 16: Proporção de BIEAs PBF de Porto Alegre com 21 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso

Fonte: CadÚnico (2014).

Detalhando as informações do gráfico anterior, pelas idades dos BIEAS PBF de Porto Alegre por idade, verifica-se:

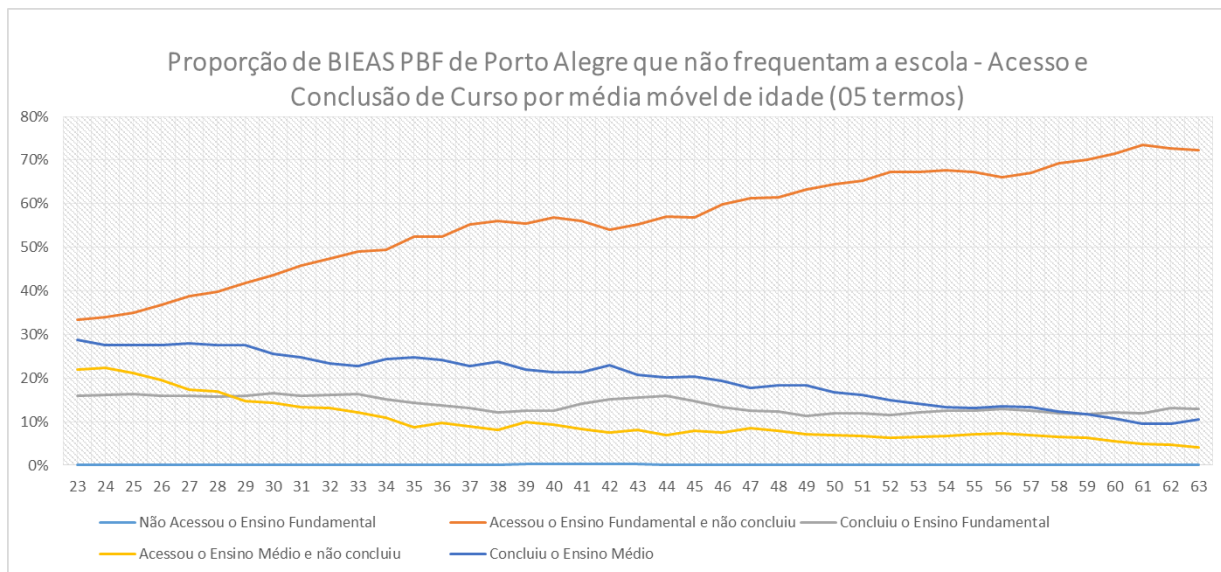


Gráfico 17: Proporção de BIEAs PBF de Porto Alegre com 21 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso por Média Móvel de Idade (05 termos)

Fonte: CadÚnico (2014).

Diante do gráfico 17 constata-se que o nível de escolaridade concluído, ao deixar de frequentar a escola, cresce das gerações mais velhas para as mais novas, entre os BIEAS PBF de Porto Alegre, predominando a proporção de indivíduos que não concluem o ensino fundamental, em quase todas as idades. A proporção de indivíduos com média de idade de 63 (sessenta e três) anos que não frequenta mais a escola e acessou o ensino fundamental sem concluí-lo, alcançou 72%. Essa mesma proporção, para os indivíduos com média de idade de 23 (vinte e três) é de 33%, sendo acompanhado por uma elevação da proporção dos indivíduos que “Acessou o Ensino Médio e não concluiu” (de 4% para os indivíduos com média de idade de 63 anos, contra 22% dentre os indivíduos com média de idade de 23 anos) e que “Concluiu o Ensino Médio (de 10% para os indivíduos com média de idade de 63 anos contra 29% dentre os indivíduos com média de idade de 23 anos). A proporção de indivíduos que “Concluiu o Ensino Fundamental” permaneceu relativamente estável entre as gerações: 13 % para os indivíduos com média de idade de 63 (sessenta e três) anos e 16% para os indivíduos com média de idade de 23 (vinte e três) anos, que não frequentam mais a escola.

No intuito de identificar eventuais influências das características de gênero entre os BIEAs PBF de Porto Alegre, foram elaborados os gráficos a seguir:

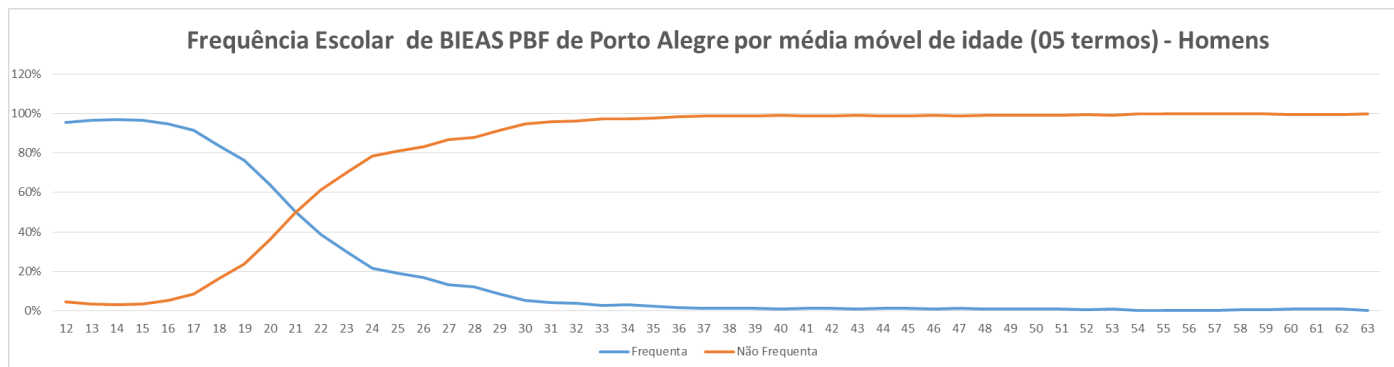


Gráfico 18: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos) -Homens

Fonte: CadÚnico (2014).

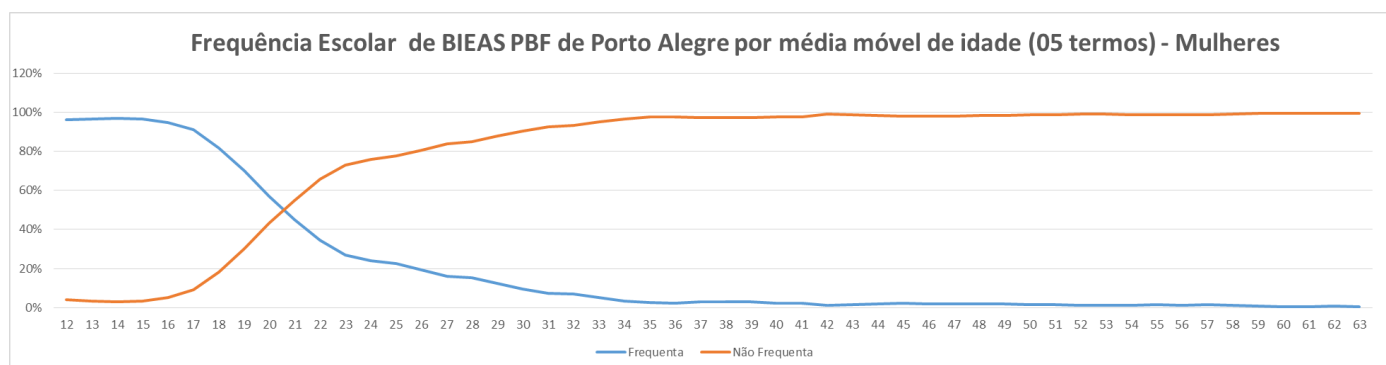


Gráfico 19-A: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos) -Mulheres

Fonte: CadÚnico (2014).

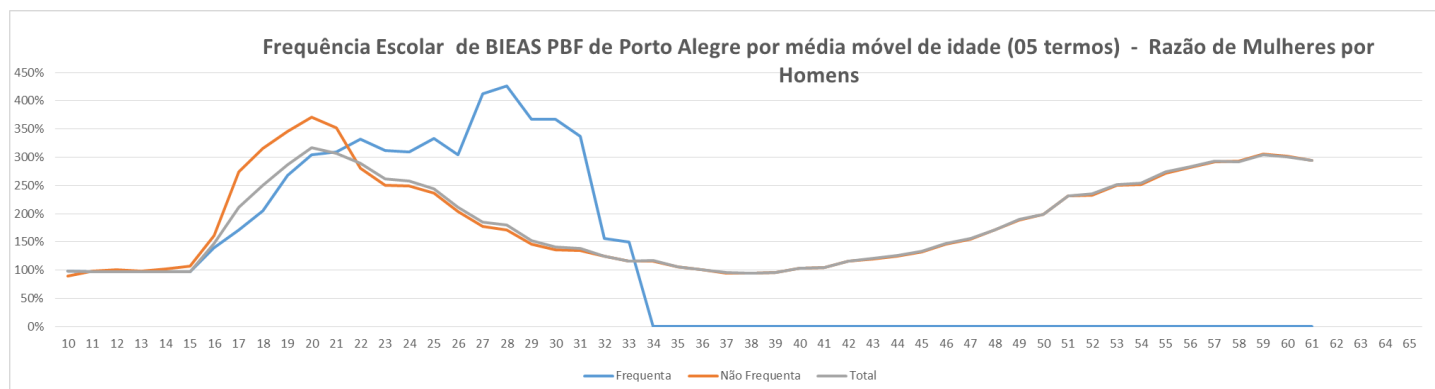


Gráfico 19-B: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos) –Razão Mulheres por Homens

Fonte: CadÚnico (2014).

Com base nos gráficos 18, 19-A e 19-B acima, as informações do CadÚnico sugerem que os incentivos de não frequentar a escola passam a ser percebidos como superiores aos de frequentar, a partir dos 22 (vinte e dois) anos de idade para os homens (nesse ponto, 33% frequenta e 67% não frequenta). Já em relação às mulheres, esse comportamento ocorre mais cedo, 20 (vinte) anos de idade (nesse ponto, 49% frequenta e 51% não frequenta). Verifica-se, também, no gráfico 19-B (razão entre mulheres e homens), que no intervalo da média de idade de 14 a 22 anos, a curva “Não frequenta” supera a curva “Total”, indicando haver uma proporção maior de mulheres do que homens sem frequentar a escola. Já no intervalo de média de idade 22 a 33 anos, no mesmo gráfico, a curva “Frequenta” supera a curva “Total”, indicando uma proporção maior de mulheres frequentando a escola no intervalo. Possivelmente o envolvimento com a maternidade, cuidados com os filhos e atividades domésticas, geralmente mais ao encargo das mulheres, expliquem esse comportamento.

Tomando-se as idades 22 (vinte e dois) anos e 20 (vinte) anos, respectivamente para homens e mulheres, como referência para verificar o grau de escolarização máximo concluído após deixar de frequentar a escola, constata-se:

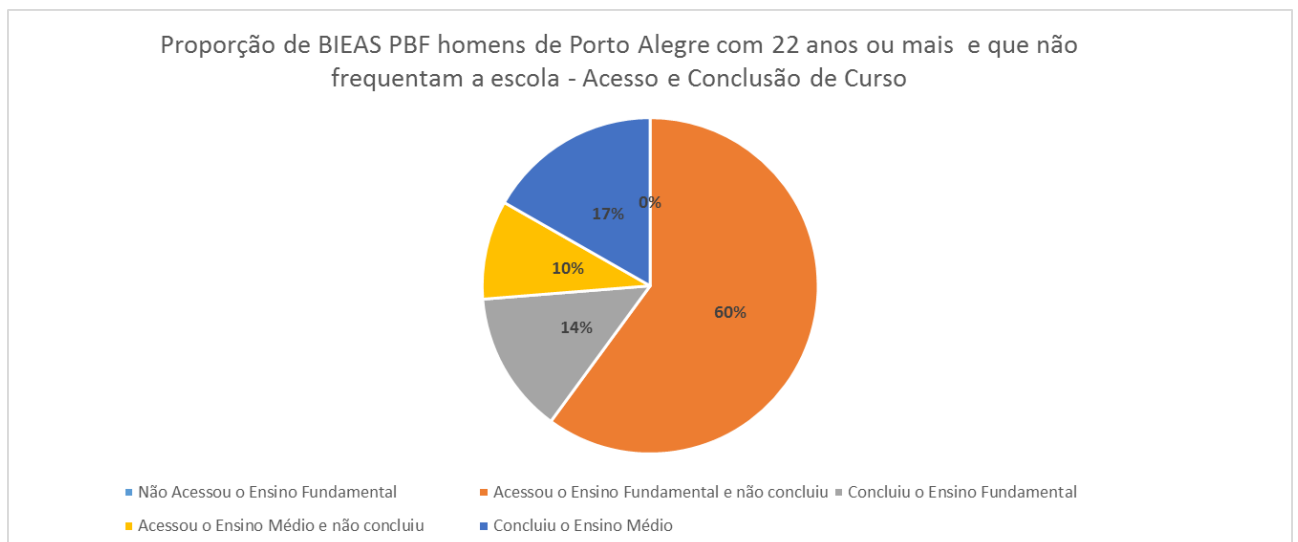


Gráfico 20: Proporção de BIEAs PBF Homens de Porto Alegre com 22 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso

Fonte: CadÚnico (2014).

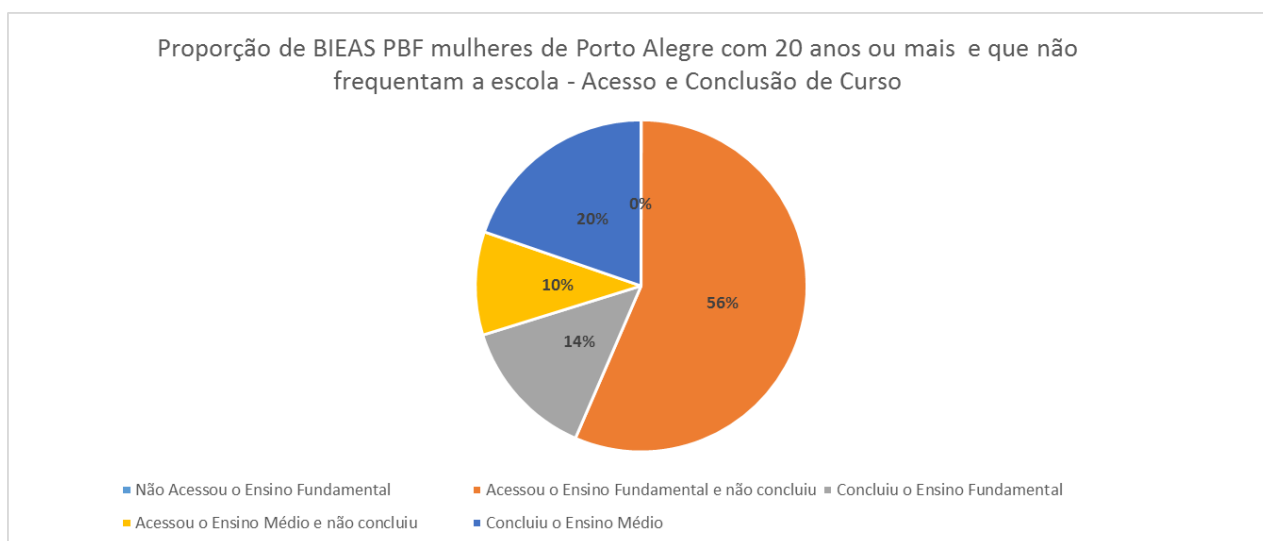


Gráfico 21: Proporção de BIEAs PBF Mulheres de Porto Alegre com 20 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso

Fonte: CadÚnico (2014).

Conforme os gráficos 20 e 21 acima, os incentivos para que a maioria dos BIEAs PBF de Porto Alegre interrompam a escolarização, manifesta-se aos 22 (vinte e dois) anos de idade para os homens, e aos 20 (vinte) anos de idade para as mulheres. Embora tais incentivos se manifestem mais cedo para as mulheres, a proporção de mulheres que interrompe a escolarização com o ensino médio completo (20%) supera a dos homens (17%).

Detalhando o nível de escolaridade concluído ao deixar de frequentar a escola entre homens e mulheres ao longo das idades (a partir das respectivas idades de referência, onde os incentivos para não frequentar a escola superam os de frequentar), constata-se:

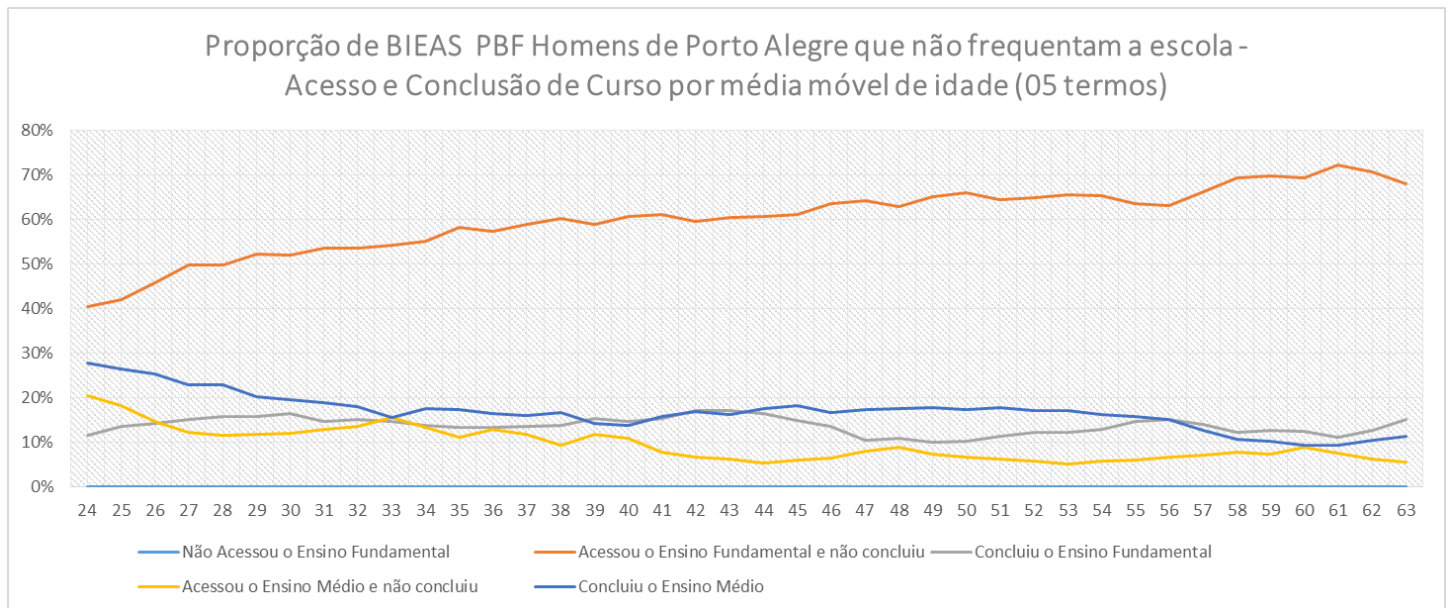


Gráfico 22: Proporção de BIEAs PBF Homens de Porto Alegre com 22 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso por Média Móvel de Idade (05 termos)

Fonte: CadÚnico (2014).

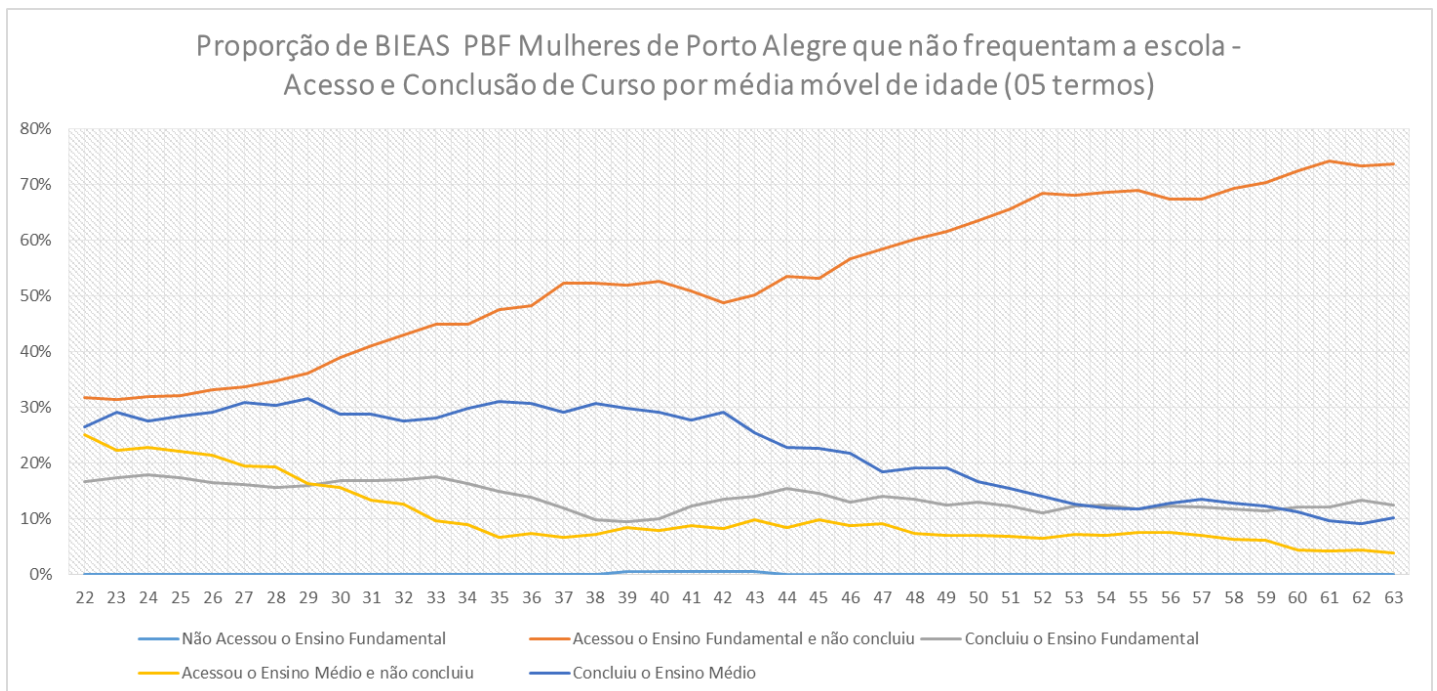


Gráfico 23: Proporção de BIEAs PBF Mulheres de Porto Alegre com 20 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso por Idade

Fonte: CadÚnico (2014).

Os gráficos 22 e 23 acima confirmam o crescimento do nível de escolaridade concluído ao deixar de frequentar a escola, das gerações mais velhas para as mais novas, tanto entre os homens quanto as mulheres BIEAs PBF de Porto Alegre. Também há um predomínio da proporção de indivíduos que não concluem o ensino fundamental, em quase todas as idades. No entanto, entre as mulheres, para algumas médias de idade (22 a 29), a proporção de BIEAs PBF que concluíram o ensino médio antes de deixar a escola, se aproxima mais daquelas que acessaram o ensino fundamental e não concluíram, na comparação com os homens.

Analisando-se eventuais influências quanto a cor/raça autodeclarada pelos BIEAs PBF de Porto Alegre, constata-se:

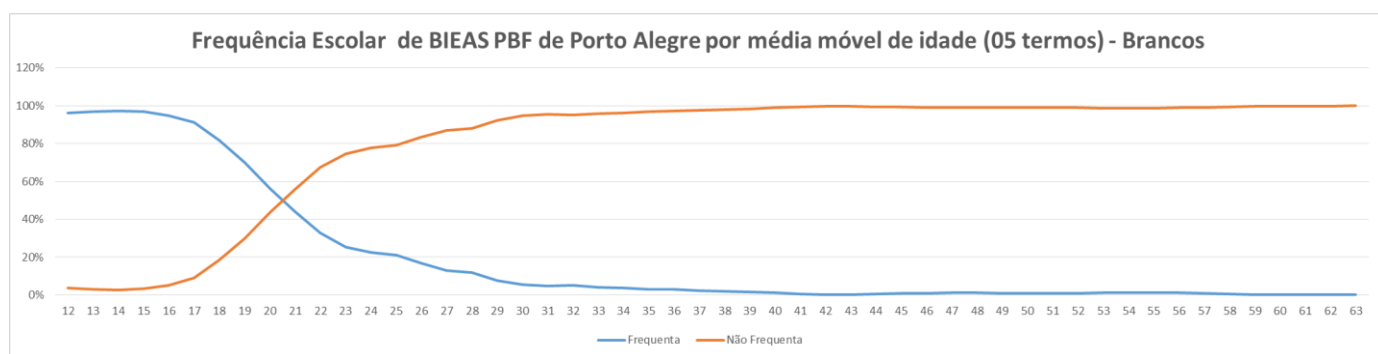


Gráfico 24: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos) -Branco

Fonte: CadÚnico (2014).

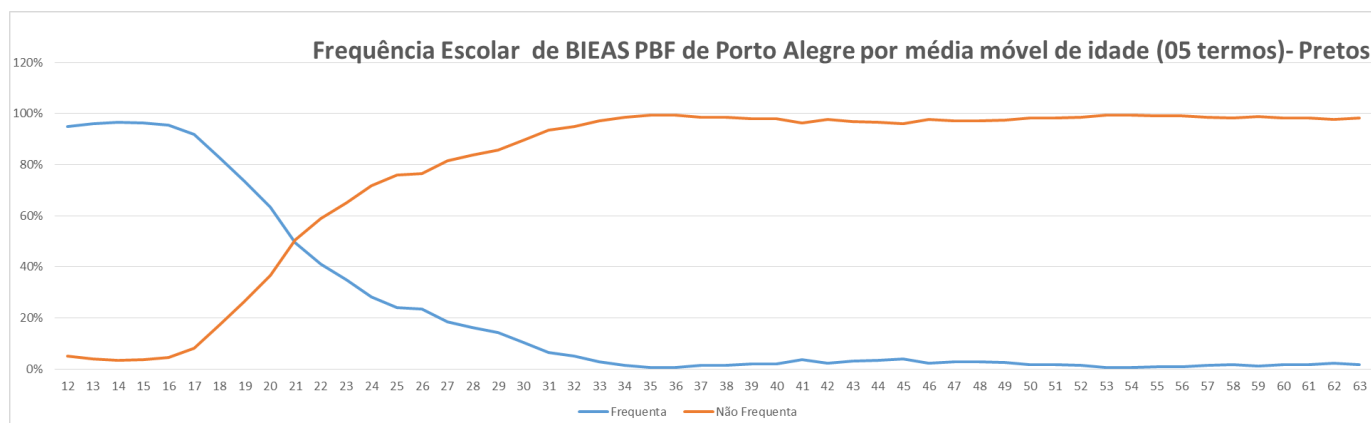


Gráfico 25: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos) -Pretos

Fonte: CadÚnico (2014).

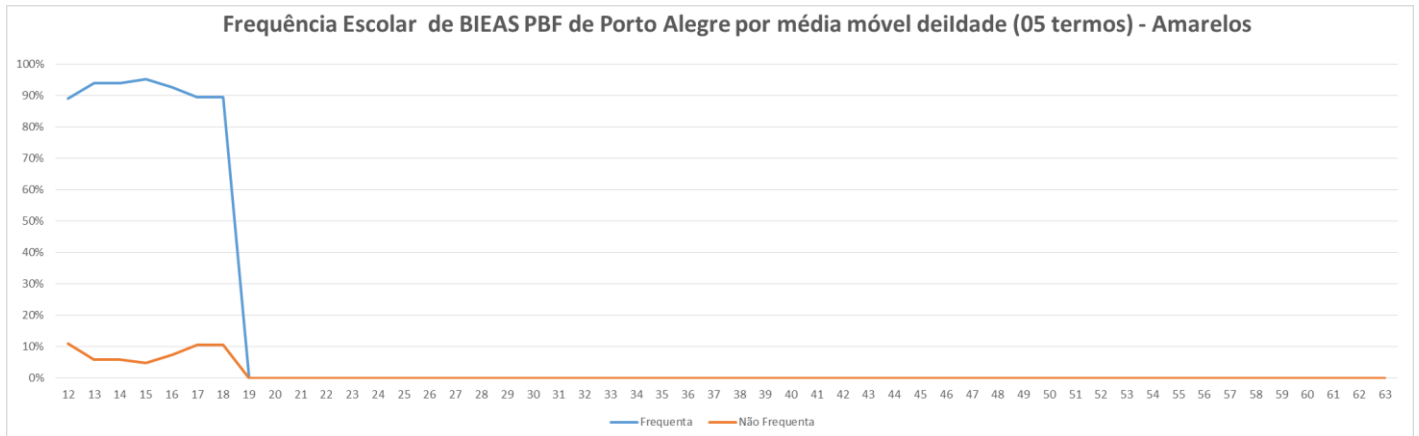


Gráfico 26: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos) -Amarelos

Fonte: CadÚnico (2014).

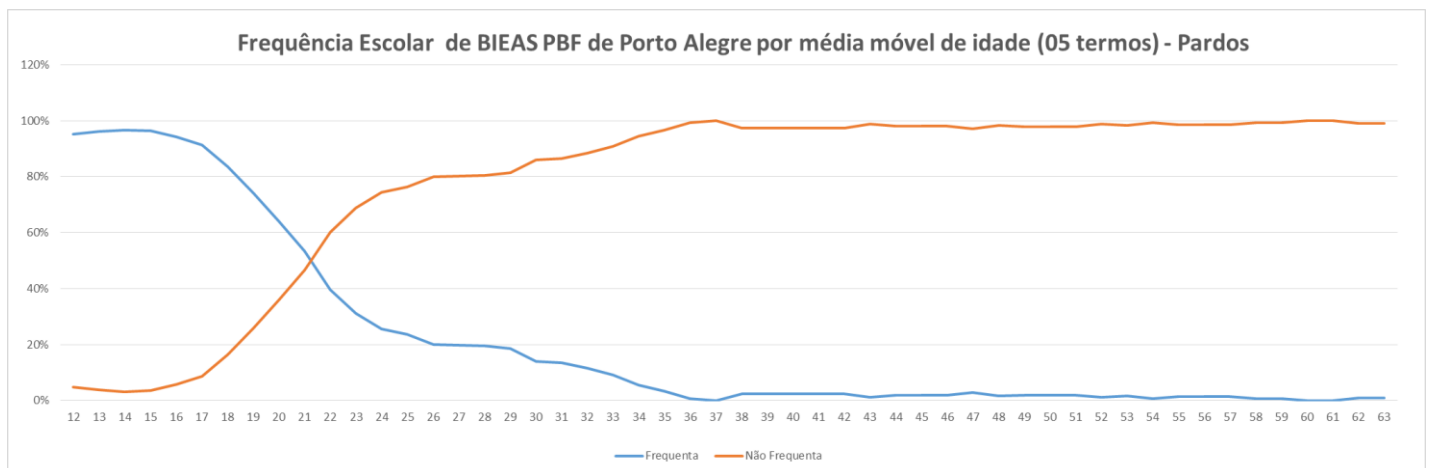


Gráfico 27: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos) -Pardos

Fonte: CadÚnico (2014).

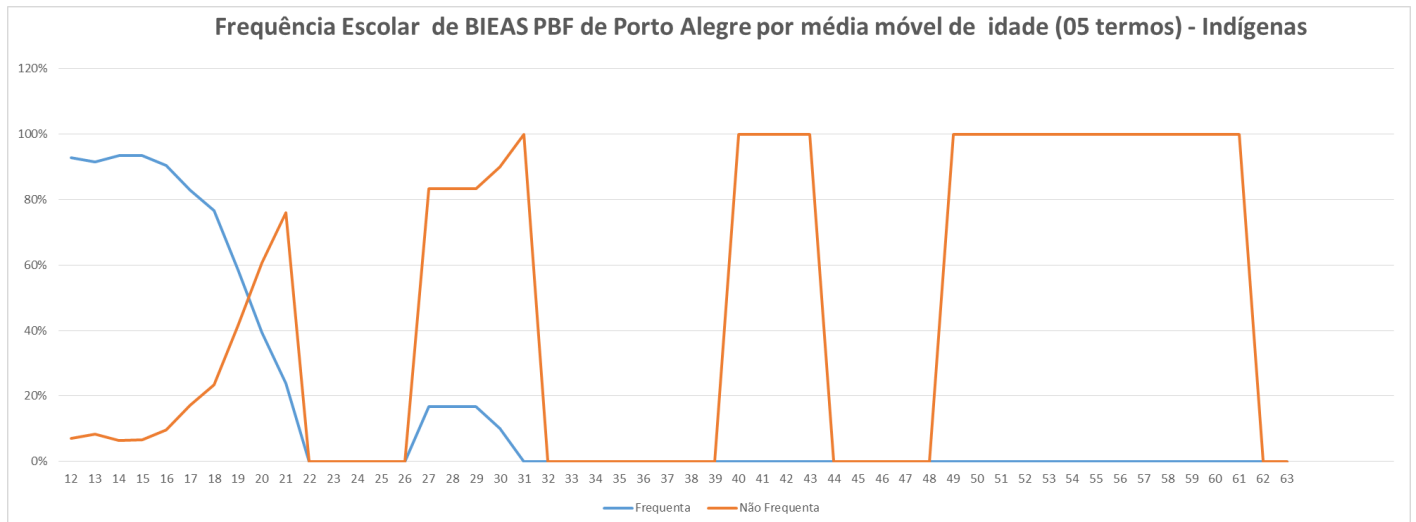


Gráfico 28: Frequência Escolar BIEAs PBF de Porto Alegre por média móvel de idade (05 termos) -Indígenas

Fonte: CadÚnico (2014).

As idades específicas, das médias móveis representadas nos gráficos 24 a 28, onde a proporção de indivíduos que não frequentam a escola supera a daqueles que frequentam, conforme a cor/raça autodeclarada foram: 21(vinte e um) anos para brancos, 20 (vinte) anos para pretos, 22 (vinte e dois) anos de idade para pardos, 27 (vinte e sete) anos para amarelos e 21(vinte e um) anos para indígenas.

Novamente, tomando-se as idades 27 (vinte e sete), 22 (vinte e dois), 21 (vinte e um) e 20 (vinte) anos de idade, respectivamente para cada cor autodeclarada, como referência para verificar o grau de escolarização máximo concluído após deixar de frequentar a escola, constata-se:

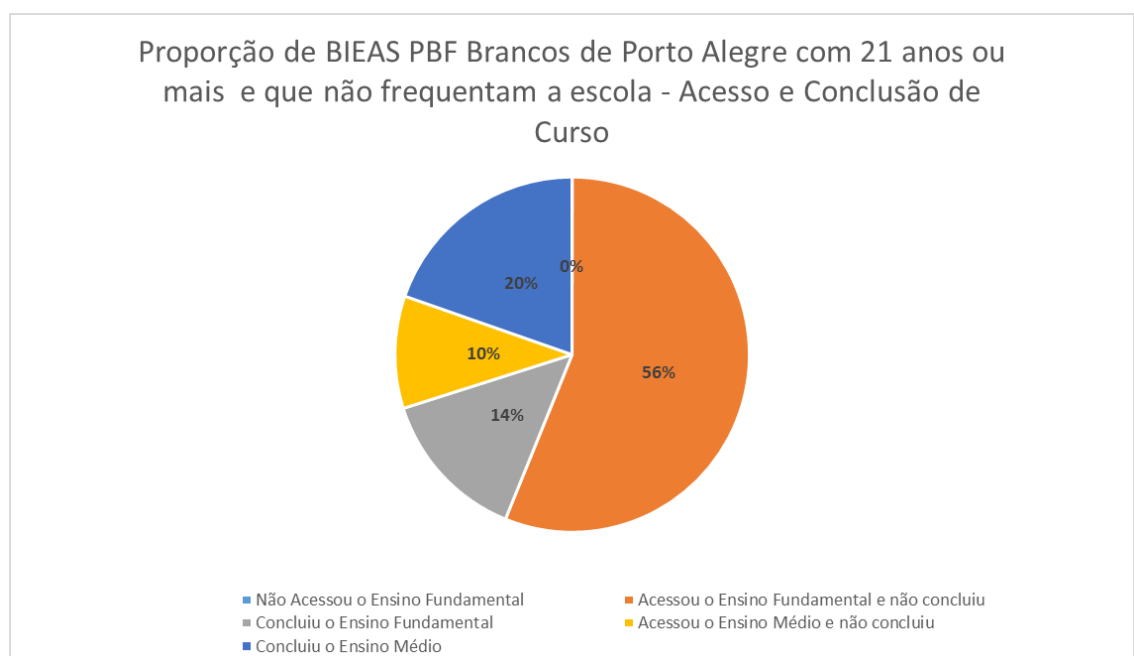


Gráfico 29: Proporção de BIEAs PBF Brancos de Porto Alegre com 21 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso

Fonte: CadÚnico (2014).

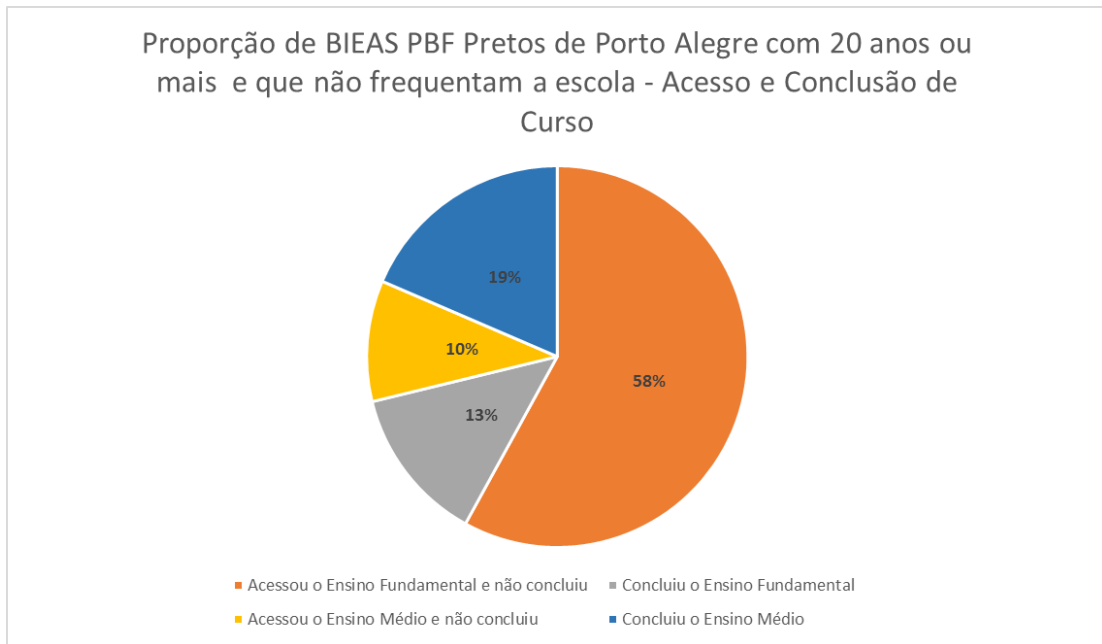


Gráfico 30: Proporção de BIEAs PBF Pretos de Porto Alegre com 20 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso

Fonte: CadÚnico (2014).

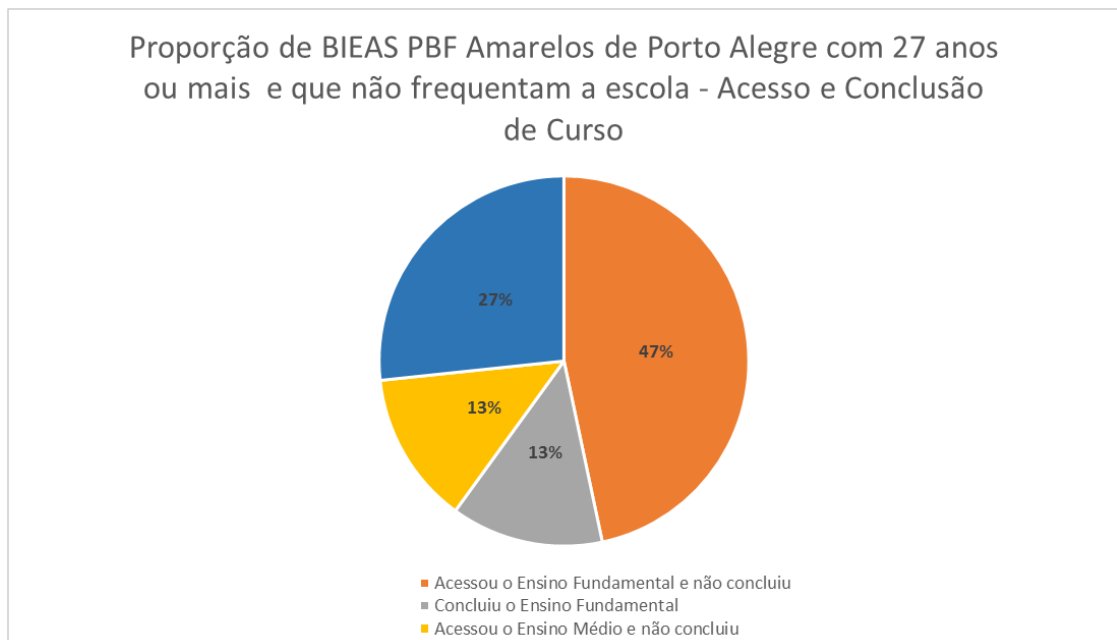


Gráfico 31: Proporção de BIEAs PBF Amarelos de Porto Alegre com 27 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso

Fonte: CadÚnico (2014).

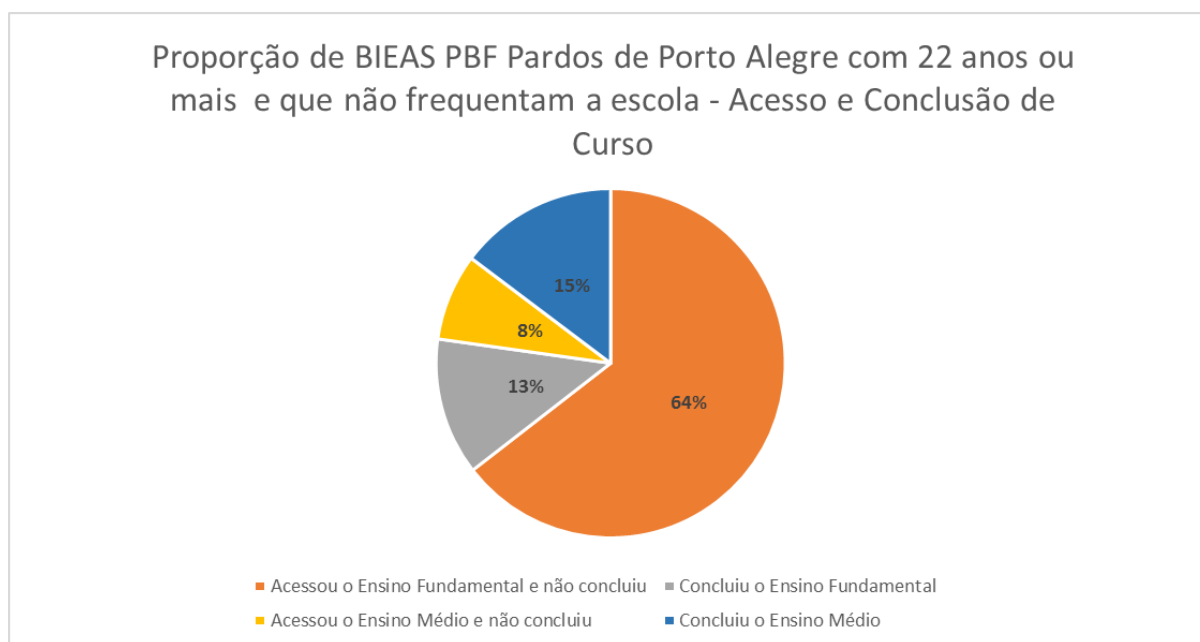


Gráfico 32: Proporção de BIEAs PBF Pardo de Porto Alegre com 22 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso

Fonte: CadÚnico (2014).

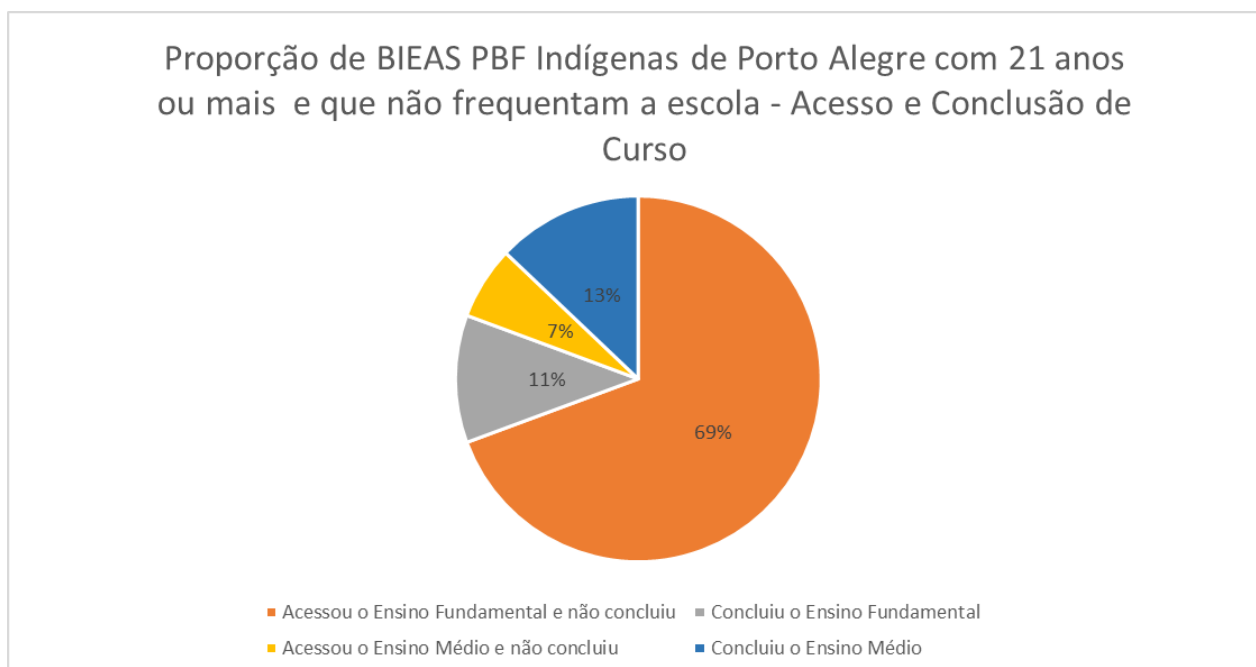


Gráfico 33: Proporção de BIEAs PBF Indígenas de Porto Alegre com 21 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso

Fonte: CadÚnico (2014).

Detalhando-se os gráficos anteriores por idade, verifica-se:

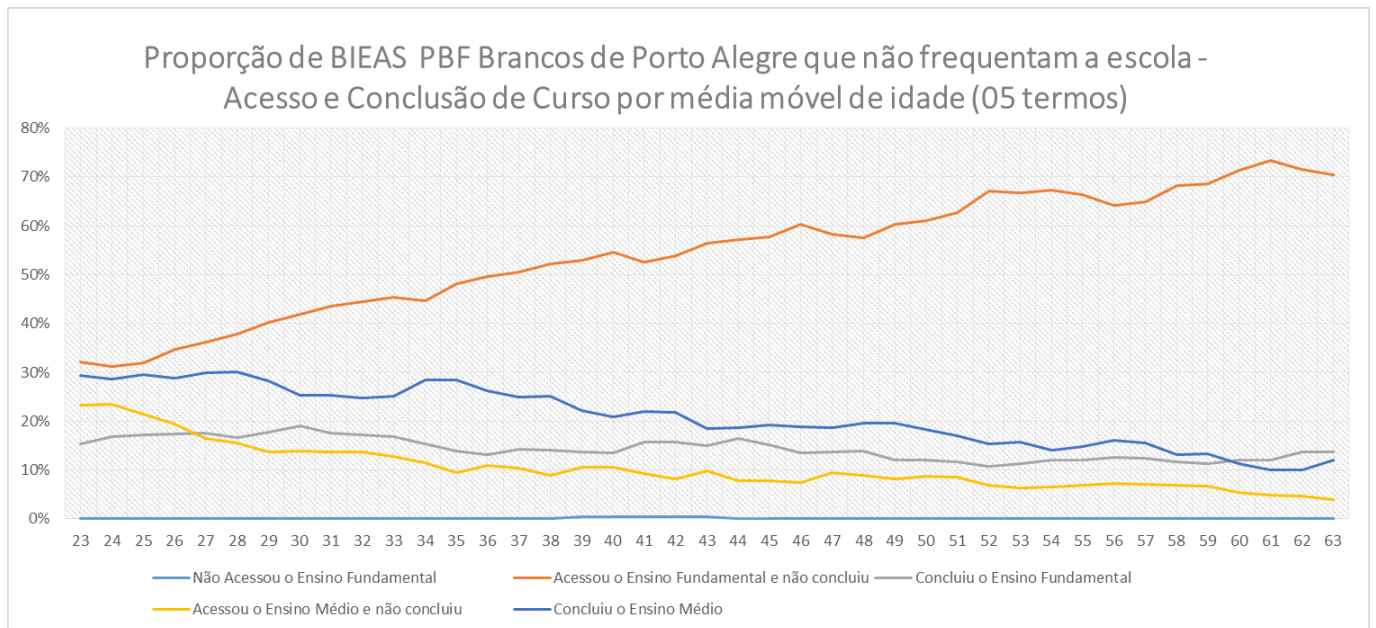


Gráfico 34: Proporção de BIEAs PBF Brancos de Porto Alegre com 21 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso por média móvel de idade (05 termos)

Fonte: CadÚnico (2014).

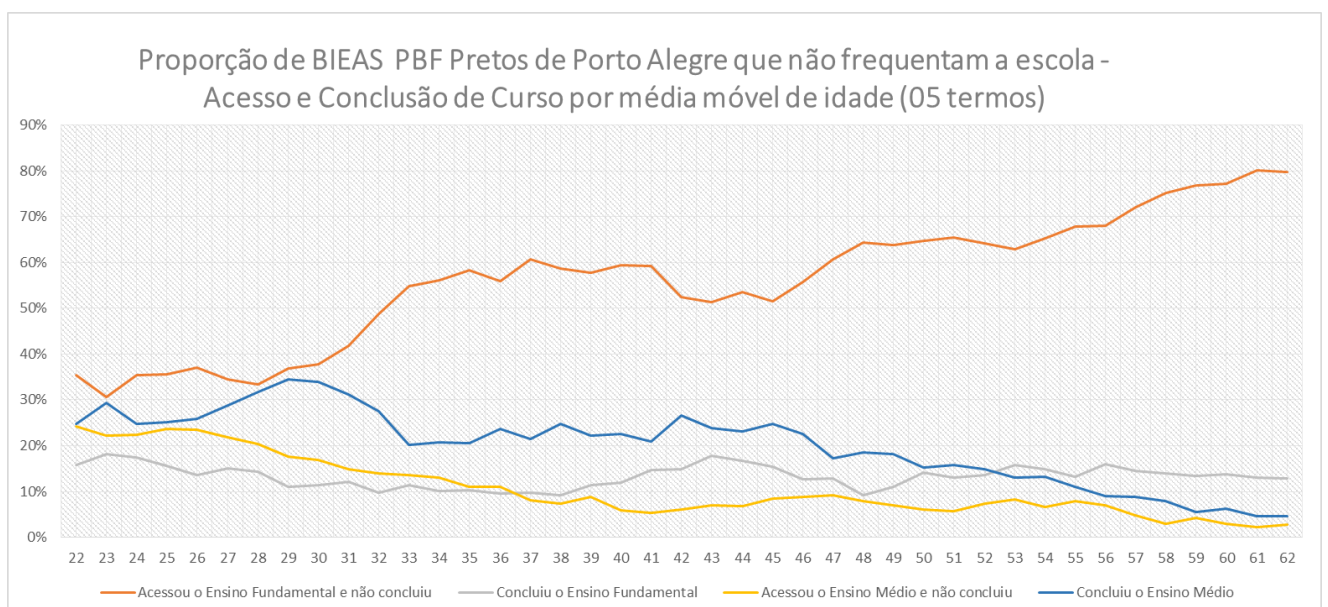


Gráfico 35: Proporção de BIEAs PBF Brancos de Porto Alegre com 20 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso por média móvel de idade (05 termos)

Fonte: CadÚnico (2014).

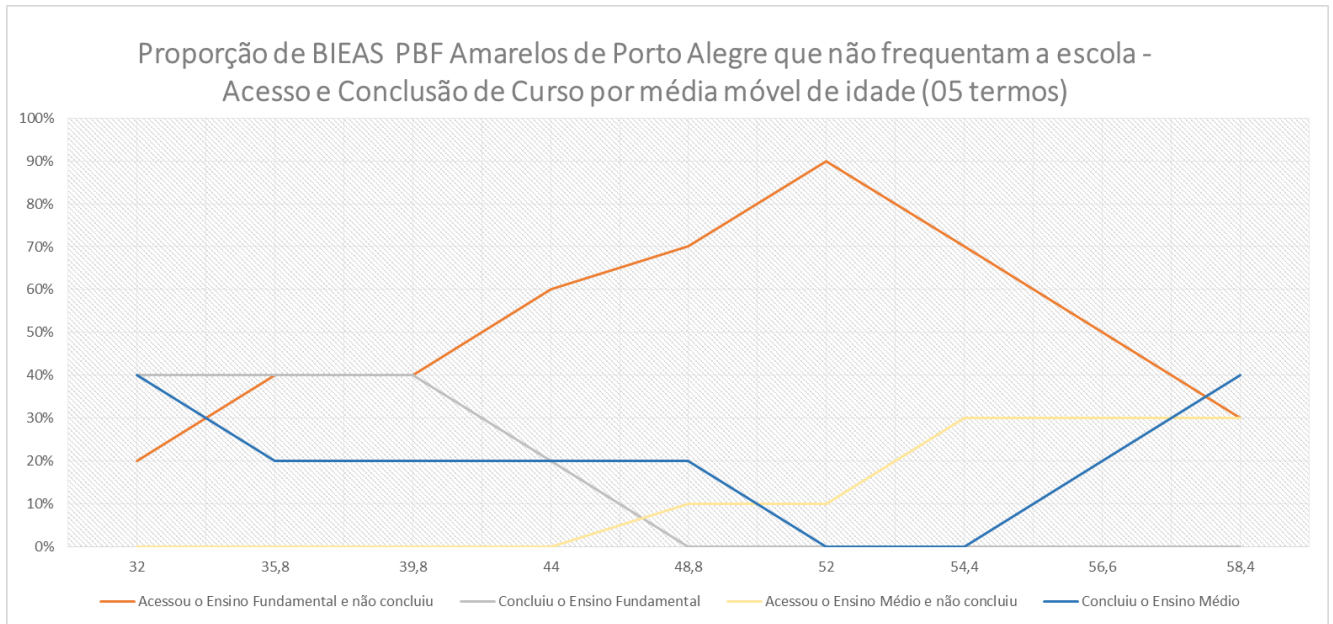


Gráfico 36: Proporção de BIEAs PBF Amarelos de Porto Alegre com 27 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso por Idade

Fonte: CadÚnico (2014).

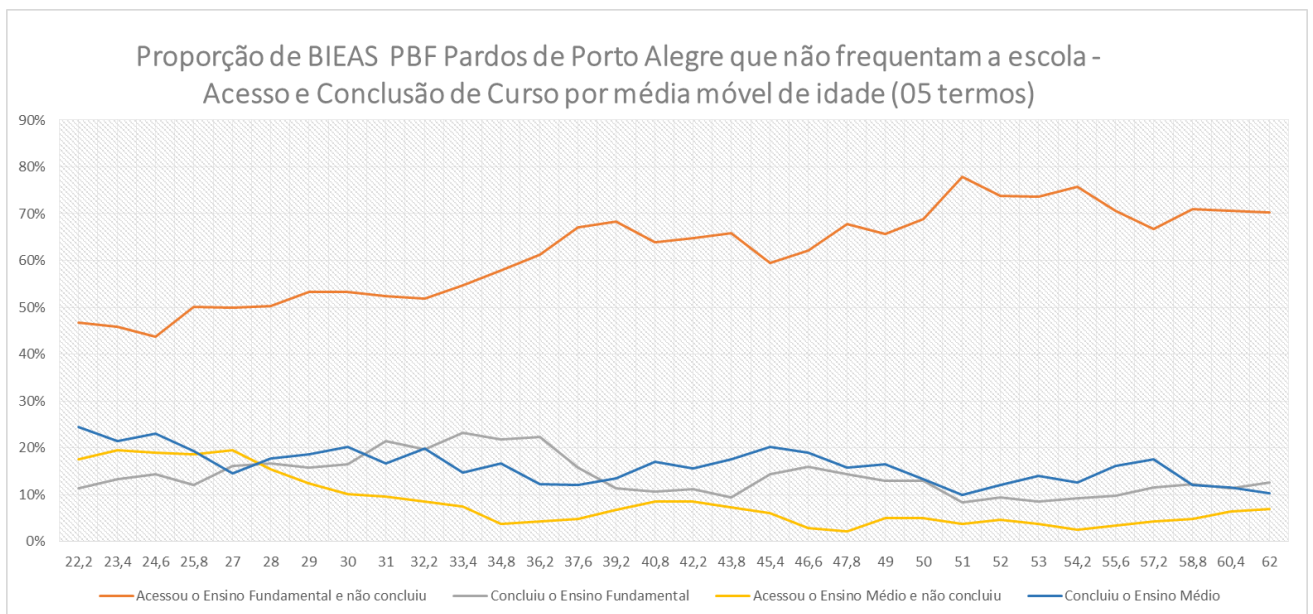


Gráfico 37: Proporção de BIEAs PBF Pardos de Porto Alegre com 21 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso por Idade

Fonte: CadÚnico (2014).

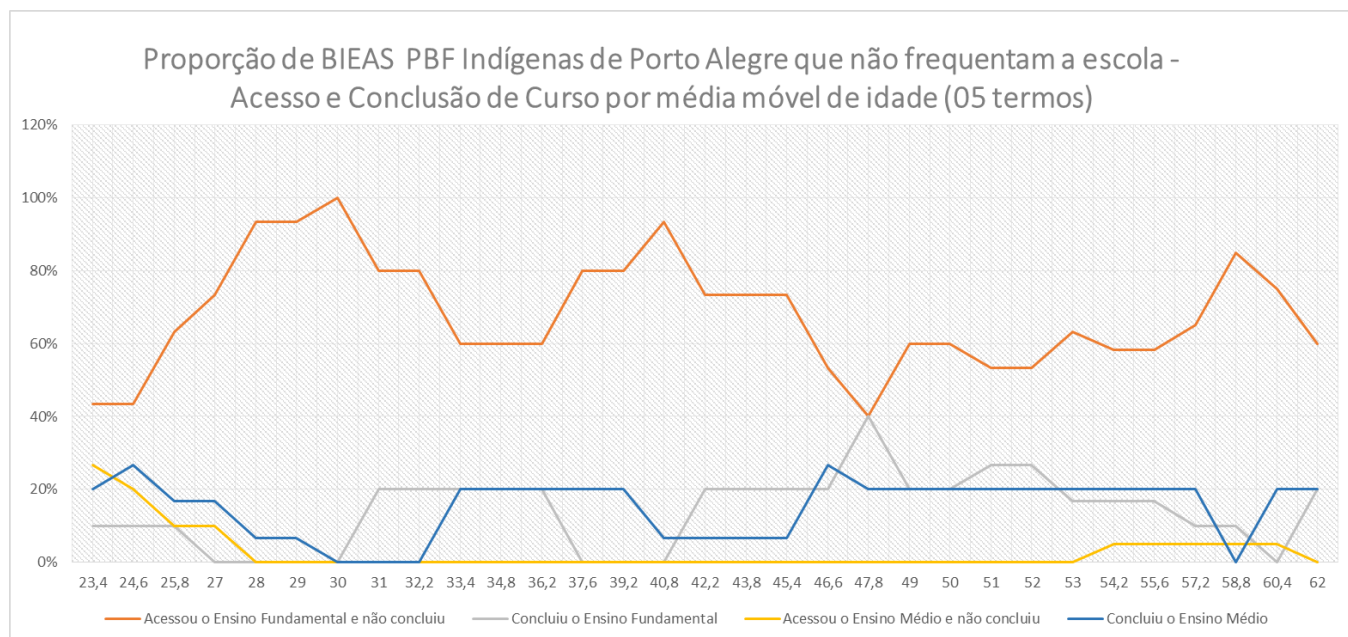


Gráfico 38: Proporção de BIEAs PBF Indígenas de Porto Alegre com 21 anos ou mais e que não frequentam a escola – Acesso e Conclusão de Curso por Idade

Fonte: CadÚnico (2014).

Os gráficos 29 a 38 confirmam um predomínio da proporção de indivíduos que não concluem o ensino fundamental, ao longo das gerações, para quase todas as cores/raças, a partir do ponto onde a proporção de BIEAs PBF de Porto Alegre que deixa de frequentar a escola supera a que frequenta. Dentre os indivíduos que se auto declararam amarelos, as proporções médias de indivíduos nos níveis escolares “Concluiu o Ensino Fundamental” e “Concluiu o Ensino médio” superaram a proporção daqueles do nível “Acessou o ensino fundamental e não concluiu”, nas gerações mais novas. Não se observa o mesmo para as demais cores/raças.

O movimento de aumento da escolaridade ao deixar de frequentar a escola, das gerações mais velhas para as gerações mais novas é mais evidente entre os brancos e pretos

do que as demais cores autodeclaradas. Entre os pardos, a análise gráfica sugere que tal movimento possa ocorrer, porém de forma mais suave em relação aos brancos e pretos. Já dentre os amarelos e indígenas não se evidencia com clareza tal movimento a partir da análise gráfica.

## 5.2 Oportunidades Sociais – Trabalho e Informalidade

Na seção anterior, a existência de uma armadilha entre trabalho e estudo dependia de um nível mínimo de escolaridade desejável (no caso ensino médio concluído) a ser atingido pelos BIEAs PBF de Porto Alegre, quando da interrupção do processo de escolarização. Pois bem, na presente seção será avaliado se, no caso dos BIEAs PBF, tal nível mínimo de escolaridade: 1) implica em diferenças de acesso ao tipo de mercado de trabalho (formal ou informal); 2) se os postos de trabalhos acessados nos respectivos mercados de trabalho (formal ou informal) acarretam níveis diferentes de renda, para cada nível de escolaridade.

O quadro a seguir demonstra as informações dos BIEAs PBF de Porto Alegre disponíveis, para os fins de avaliação pretendidos na presente seção:

		Frequenta a escola		Não Frequenta a escola		Não informou se frequenta a escola ou não		Total
		Informou o Curso Frequenta	Não Informou o Curso que Frequenta	Informou o Curso Frequentado e se concluiu ou não	Não Informou o Curso que frequentou e/ou Não informou se concluiu ou não	Informou o Curso	Não Informou o Curso	
		Qtde. Indivíduos		Qtde. Indivíduos		Qtde. Indivíduos		Qtde. Indivíduos
Trabalha	Informou o nome do Trabalho e a Renda	199		1.083	82			1.364
	Informou somente a Renda							-
	Informou somente o nome do Trabalho	1		14	1			16
	Não Informou nem trabalho e nem a renda							-
Não Trabalha	Informou o nome do Trabalho e a Renda							-
	Informou somente a Renda	20		159	13			192
	Informou somente o nome do Trabalho							-
	Não Informou nem trabalho e nem a renda	29.797		5.901	816			36.514
Não Informou se Trabalha	Informou o nome do Trabalho e a Renda							-
	Informou somente a Renda							-
	Informou somente o nome do Trabalho							-
	Não Informou nem trabalho e nem a renda	6.936	50	593	692		94	8.365
Total		36.953	50	7.750	1.604		94	46.451

Quadro 11: BIEAs PBF de Porto Alegre – Relação Trabalho, Renda e Estudo - 2014

Fonte: CadÚnico. Em relação a trabalho consideraram-se os campos 8.01 (trabalhou na semana passada) e/ou 8.03 (trabalhou, mas estava afastado por motivo de doença, falta, férias ou por outro)

A partir do quadro acima, verifica-se que o universo de BIEAS PBFs de Porto Alegre que “Não Frequenta a escola”, possui as informações escolares completas (informou o último curso que frequentou e se concluiu ou não) e possui as informações relativas a trabalho completas (informou que trabalha juntamente com a renda e o nome do respectivo trabalho) atingiu 1.083 (mil e oitenta e três indivíduos). Essa constitui, portanto, a base de análise da presente seção, uma vez que o intuito é avaliar o acesso ao mercado de trabalho com o nível de escolaridade adquirido, após deixar de frequentar a escola.

Visando identificar o tipo de vínculo com o mercado de trabalho, os trabalhos exercidos e informados no CadÚnico pelos BIEAs PBF de Porto Alegre foram classificados em “formal” ou “informal”. O critério utilizado para operacionalizar tal classificação se refere à regularidade jurídica do vínculo com a atividade exercida, nos termos da OIT (Organização Internacional do Trabalho) (KREIN e PRONI, 2010). As atividades onde na denominação continha a expressão “sem carteira de trabalho assinada” foram classificados como informais. Aquelas cuja a denominação se referem a “trabalhador por conta própria (bico, autônomo)”, também foram classificadas como informais, seguindo a lógica utilizada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) (KREIN e PRONI, 2010). As demais atividades foram classificadas como formais, uma vez que as respectivas denominações expressam aspectos claros de regularidade jurídica do vínculo com a atividade exercida (a expressão “com carteira de trabalho assinada” por exemplo) ou sugerem essa regularidade (“Militar ou servidor público” por exemplo).

Os gráficos a seguir elucidam a questão:

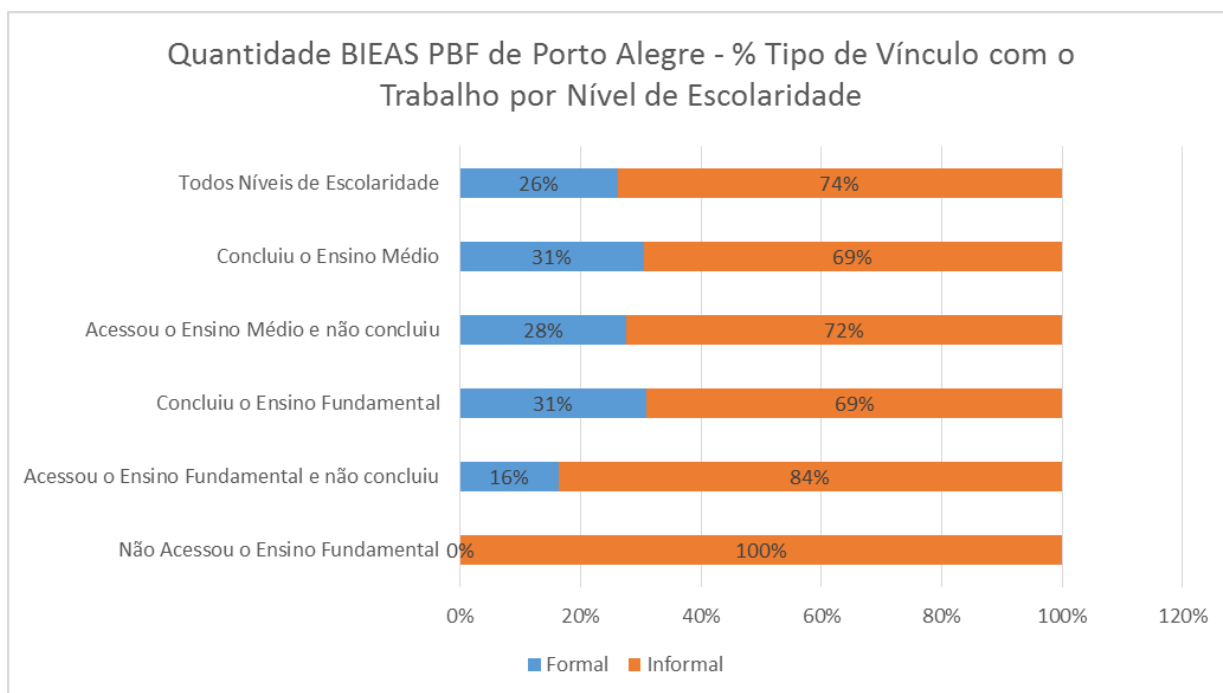


Gráfico 39: Proporção de BIEAs PBF de Porto Alegre nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

No gráfico 39, a maioria dos BIEAs PBF de Porto Alegre que deixaram de frequentar a escola acessam o mercado de trabalho informal (74%). Em relação aos níveis de escolaridade, à medida que se avança nos níveis de escolaridade é possível perceber que do nível “Não acessou o Ensino Fundamental” até o “Concluiu o Ensino Fundamental” identifica-se um crescimento da quantidade de indivíduos que acessam o mercado formal. No entanto do nível “Concluiu o Ensino Fundamental” até o “Concluiu o Ensino Médio” não é possível identificar esse mesmo crescimento. Assim, a partir da conclusão do ensino fundamental, o gráfico sugere que o aumento do nível de escolaridade não implica necessariamente em aumento do acesso ao mercado formal para os BIEAs PBF de Porto Alegre.

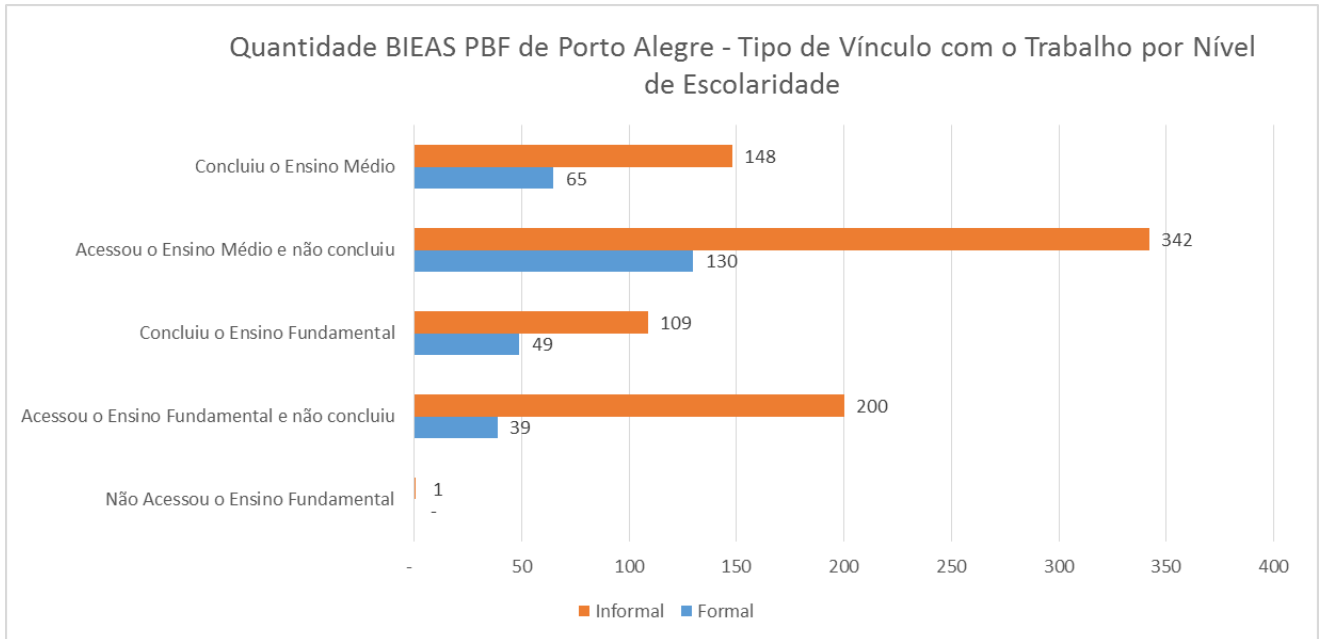


Gráfico 40: Quantidade de BIEAs PBF de Porto Alegre nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

Já no gráfico 40, o nível de escolaridade mais representativo dos BIEAs PBF de Porto Alegre, “Acessou o Ensino Médio e não concluiu”, apresentou 342 (trezentos e quarenta e dois) indivíduos no mercado de trabalho informal e 130 (cento e trinta) no mercado de trabalho formal.

Em relação aos rendimentos obtidos através do tipo de vínculo com o mercado de trabalho (formal ou informal) verifica-se:

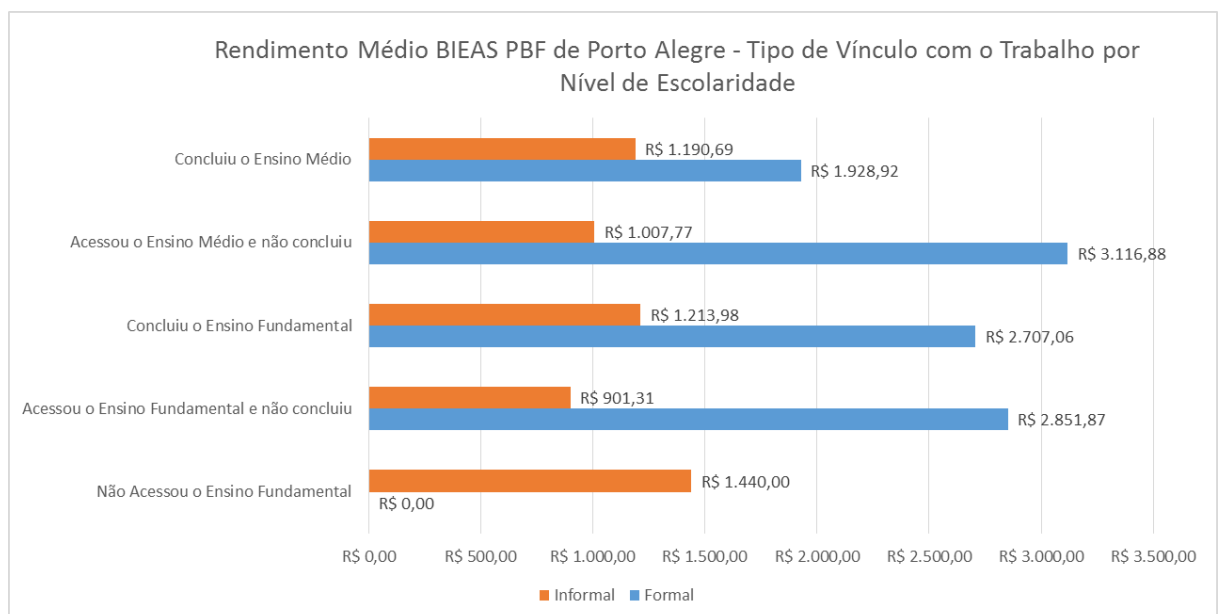


Gráfico 41: Rendimento Médio dos BIEAs PBF de Porto Alegre por nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

O gráfico 41 acima demonstra que os rendimentos obtidos pelos BIEAs PBF de Porto Alegre no mercado formal sempre superam aqueles obtidos no mercado informal, para um mesmo nível de escolaridade alcançado quando da interrupção do processo de escolarização. Por outro lado, em cada um dos mercados de trabalho (formal ou informal) não se identifica que o aumento do nível de escolaridade seja necessariamente acompanhado pelo aumento do rendimento obtido.

Visando identificar eventuais diferenças de comportamento quanto ao gênero, em relação aos 1.083 (mil e oitenta e três) BIEAs PBF de Porto Alegre, que constituem a base analisável para os fins propostos na presente seção, verifica-se o gráfico a seguir:

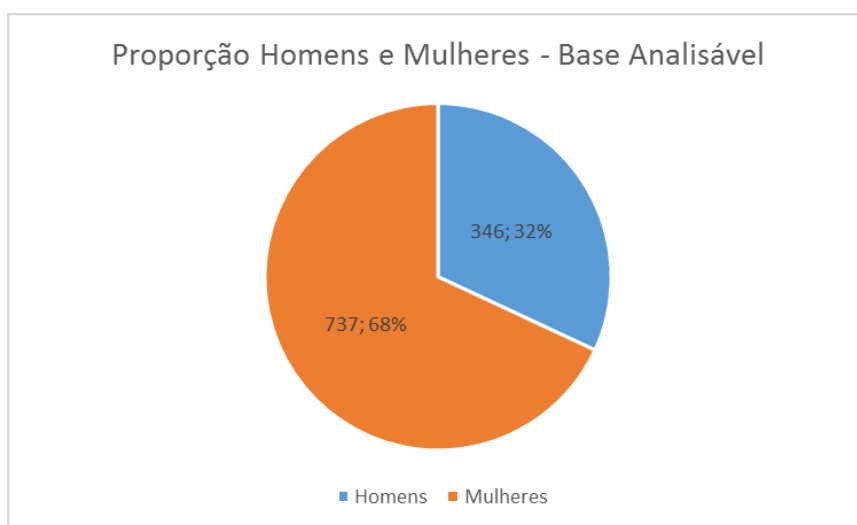


Gráfico 42: Proporção de BIEAs PBF de Porto Alegre por Gênero – Base Analisável

Fonte: CadÚnico (2014).

O gráfico 42 demonstra que a maioria da base analisável são mulheres (737 ou 68%). Considerando os níveis de escolaridades e acesso a mercado de trabalho (formal ou informal) por gênero, verificam-se os gráficos a seguir:

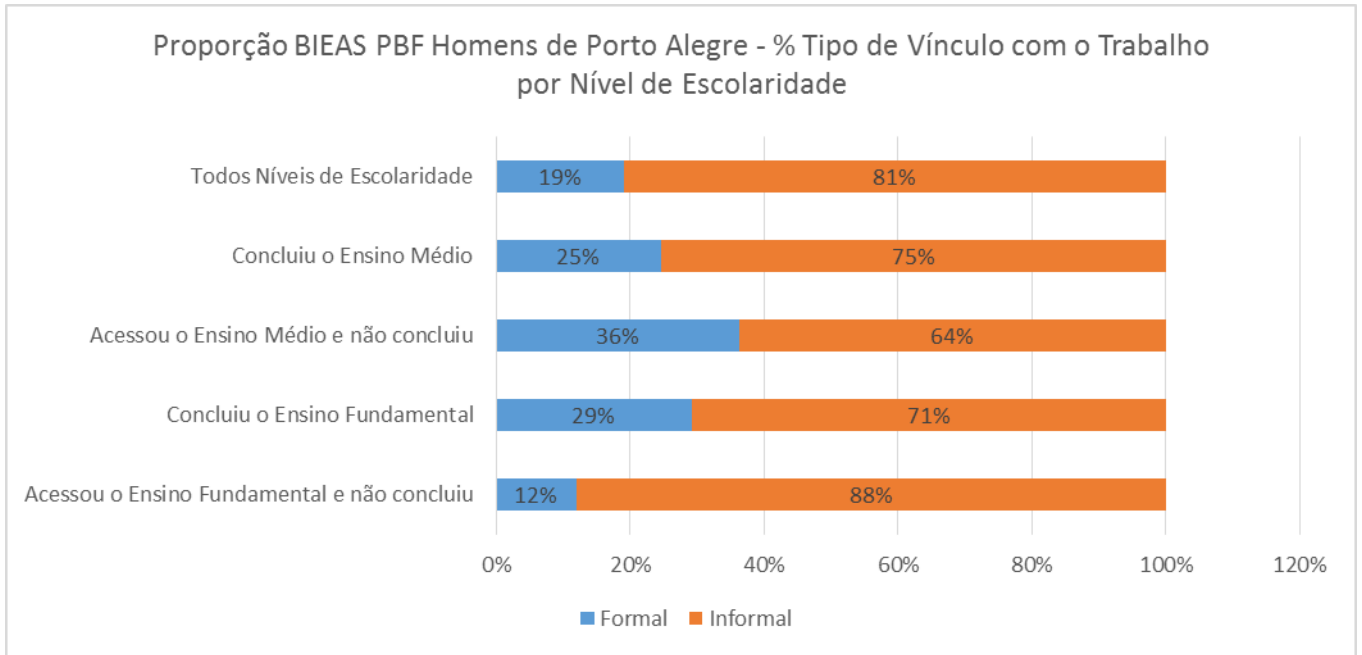


Gráfico 43: Proporção de BIEAs PBF Homens de Porto Alegre -Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade

Fonte: CadÚnico (2014).

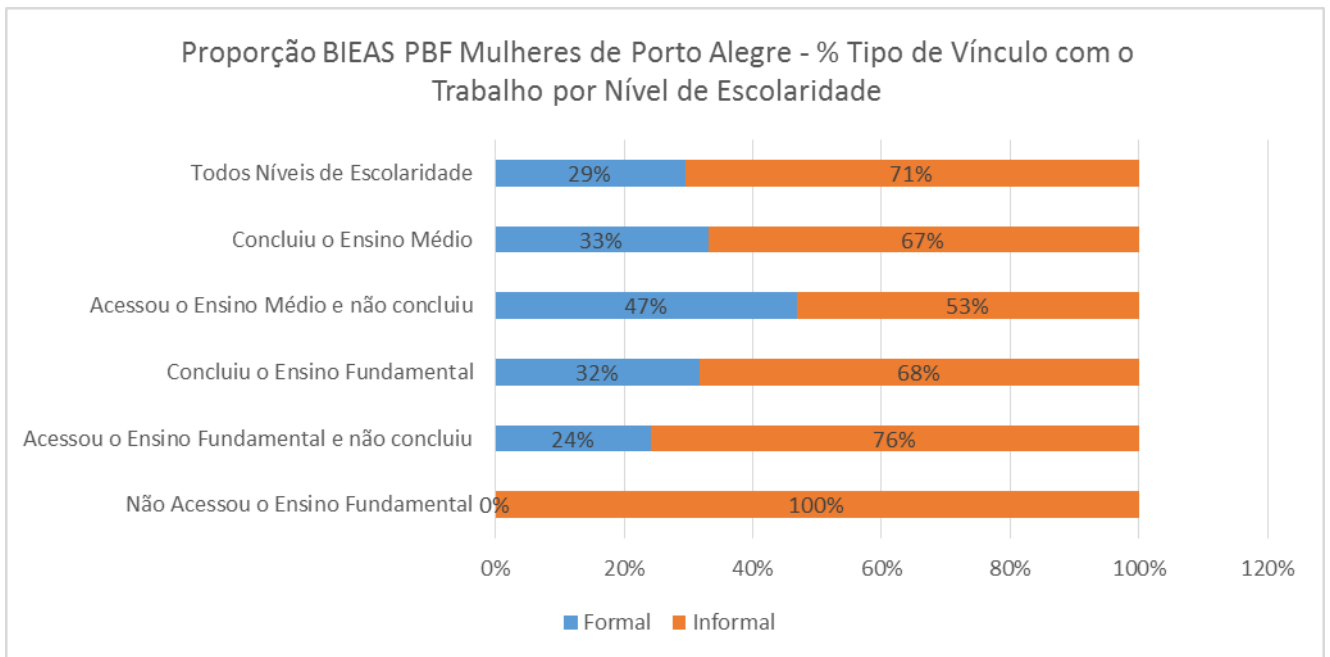
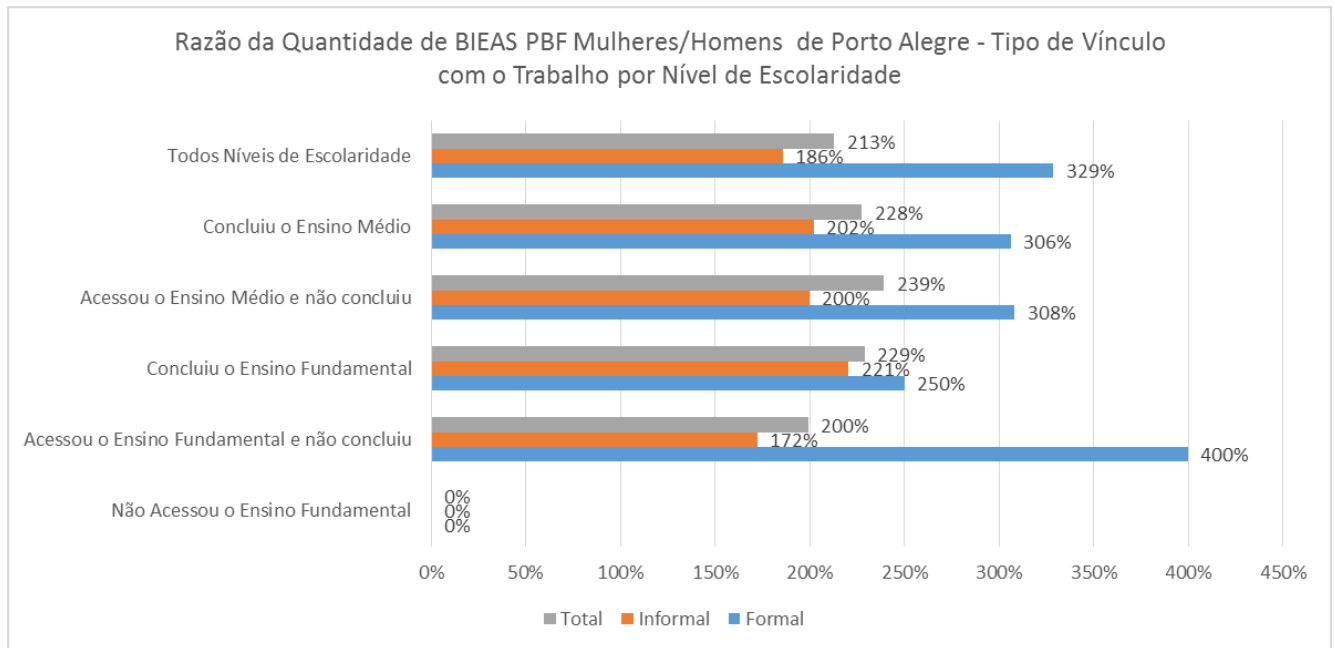


Gráfico 44-A: Proporção de BIEAs PBF Mulheres de Porto Alegre -Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade

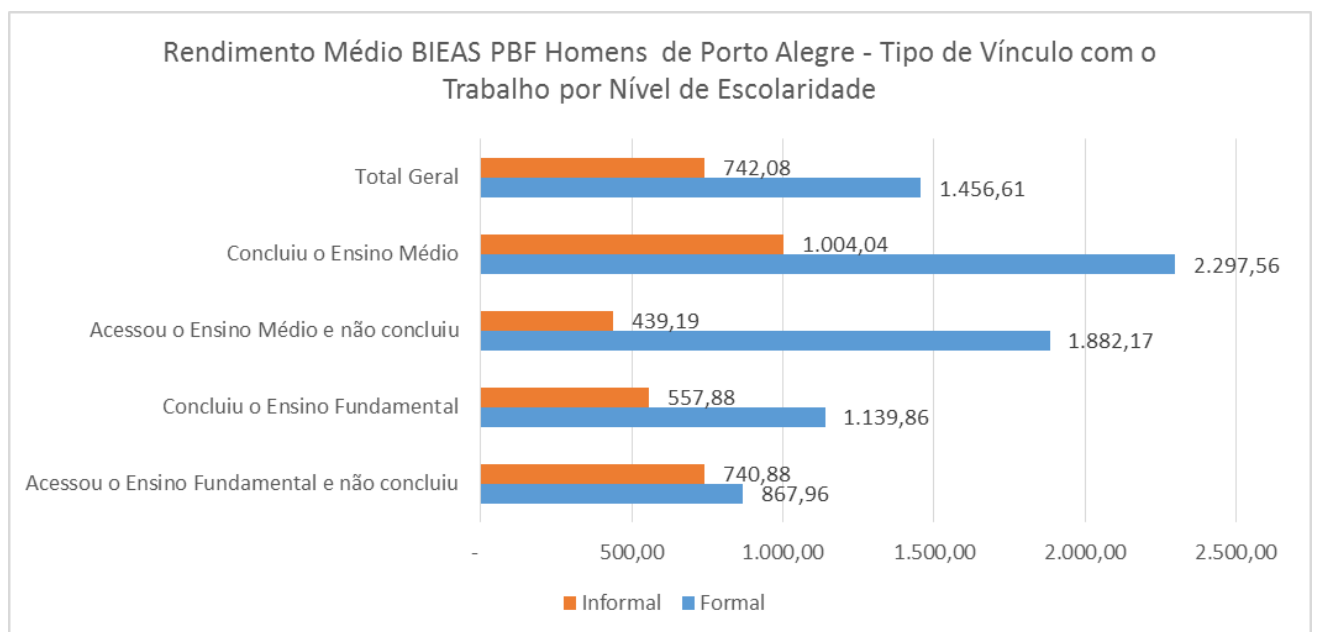
Fonte: CadÚnico (2014).



**Gráfico 44-B: Razão da Quantidade de BIEAS PBF Mulheres/Homens de Porto Alegre – Tipo de Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade**

Fonte: CadÚnico (2014).

No tocante aos rendimentos obtidos através do trabalho, verifica-se:



**Gráfico 45: Rendimento Médio dos BIEAs PBF Homens de Porto Alegre por nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho**

Fonte: CadÚnico (2014).

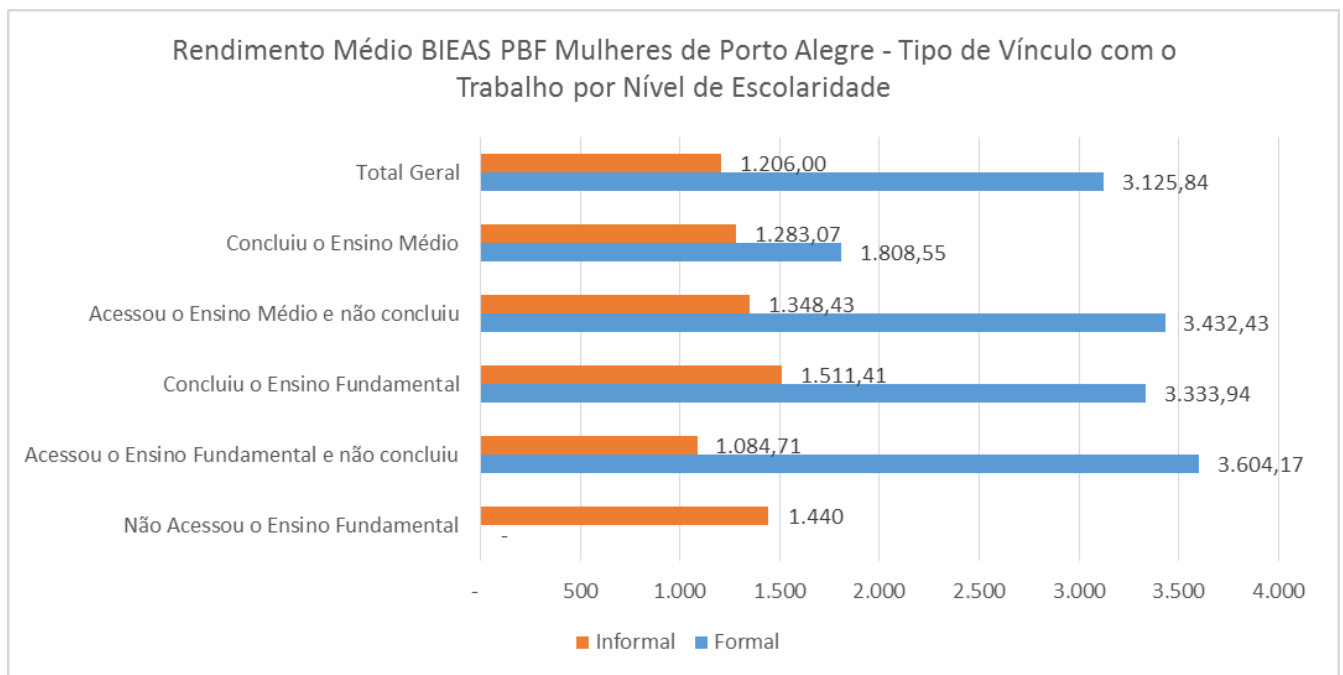


Gráfico 46-A: Rendimento Médio dos BIEAs PBF Mulheres de Porto Alegre por nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

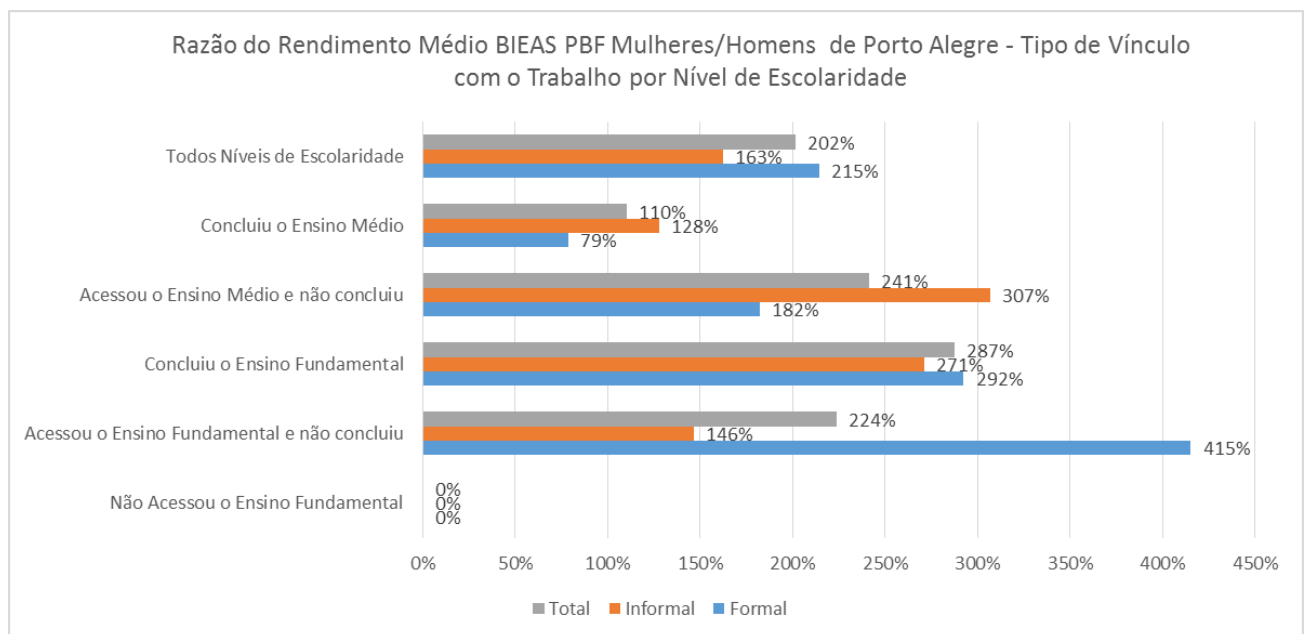


Gráfico 46-B: Razão do Rendimento Médio dos BIEAs PBF Mulheres /Homens de Porto Alegre – Tipo de Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade

Fonte: CadÚnico (2014).

A partir dos gráficos 43 a 46-B, verifica-se que as mulheres BIEAs PBF de Porto Alegre que deixaram de frequentar a escola acessam mais o mercado de trabalho formal (29%) do que os homens (19%), considerando todos os níveis de escolaridade agregados. Essa diferença varia para cada nível e escolaridade individualmente. O nível “Acessou o ensino fundamental e não concluiu” apresentou a maior proporção de BIEAs PBF Mulheres de Porto Alegre que acessam o mercado formal superando a proporção de homens.

Também se identifica um crescimento da proporção de indivíduos que acessa o mercado formal, para ambos os gêneros, a partir do nível “Não acessou o Ensino Fundamental” até o “Concluiu o Ensino Fundamental”. No entanto, em ambos gêneros, a partir do nível “Concluiu o Ensino Fundamental” até o “Concluiu o Ensino Médio” tal crescimento se interrompe. Logo, a partir da conclusão do ensino fundamental, os gráficos também sugerem que o aumento do nível de escolaridade não implica necessariamente em aumento do acesso ao mercado formal para homens e mulheres BIEAs PBF de Porto Alegre.

Os rendimentos médios obtidos no mercado de trabalho (formal ou informal) pelas mulheres foram superiores aos dos homens para quase todos os níveis de escolaridade (no geral cerca de 63% e 115% superiores aos dos homens para o mercado informal e formal, respectivamente. A exceção ocorre para o nível de escolaridade “Concluiu o Ensino Médio” no mercado de trabalho formal, onde o rendimento médio dos homens foi cerca de 27% superior.

Em relação a cor/raça autodeclarada pelos BIEAs PBF de Porto Alegre, nem todos os 1.083 (mil e oitenta e três) referidos anteriormente informaram cor/raça (37 não informaram). Assim a base analisável reduziu para 1.048 (mil e quarenta e oito) BIEAs PBF de Porto Alegre, verificando-se:

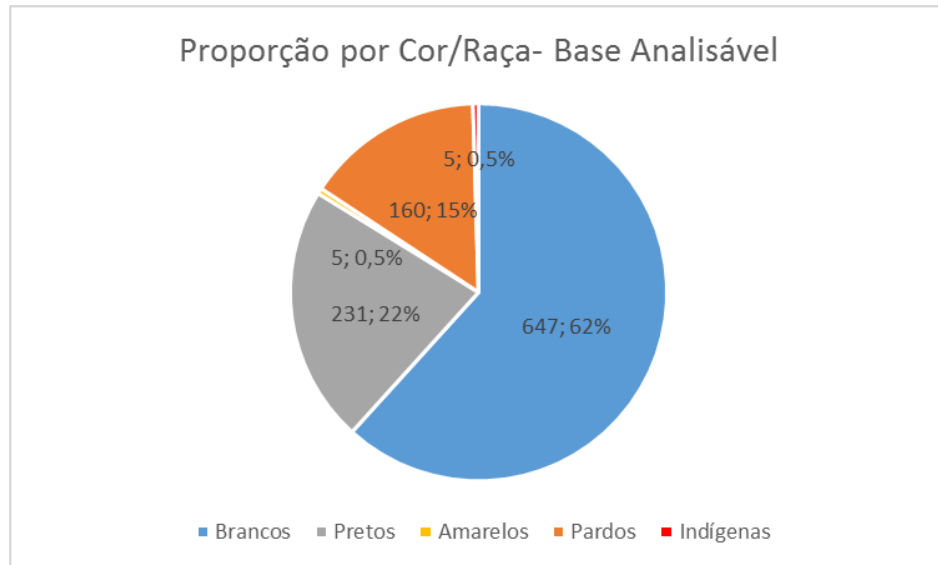


Gráfico 47: Proporção de BIEAs PBF de Porto Alegre por Cor/Raça – Base Analisável  
Fonte: CadÚnico (2014).

Depreende-se do gráfico acima que as cores/raça mais representativas são respectivamente: Brancos (62% dos indivíduos), Pretos (22% dos indivíduos), Pardos (15% dos indivíduos), Amarelos e Indígenas (que somados chegam próximo a 1%).

No que tange níveis de escolaridade e acesso a mercado de trabalho, verifica-se:

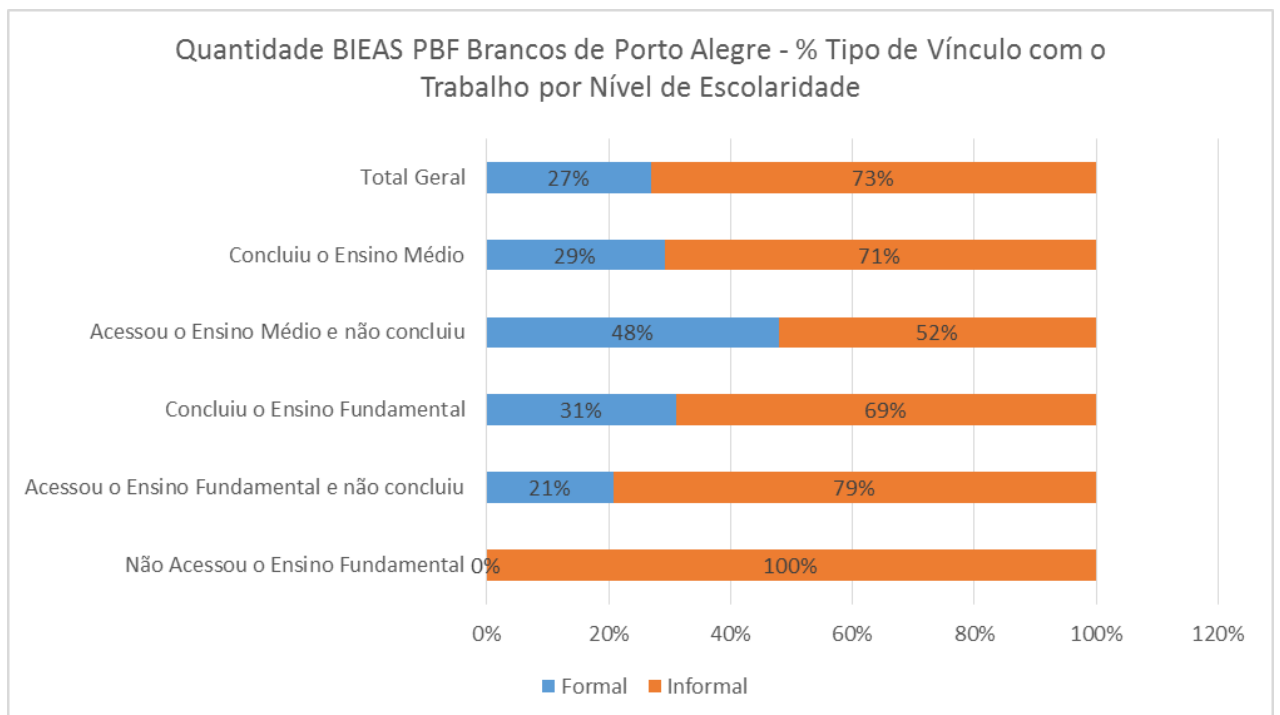


Gráfico 48: Proporção de BIEAs PBF Brancos de Porto Alegre -Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade

Fonte: CadÚnico (2014).

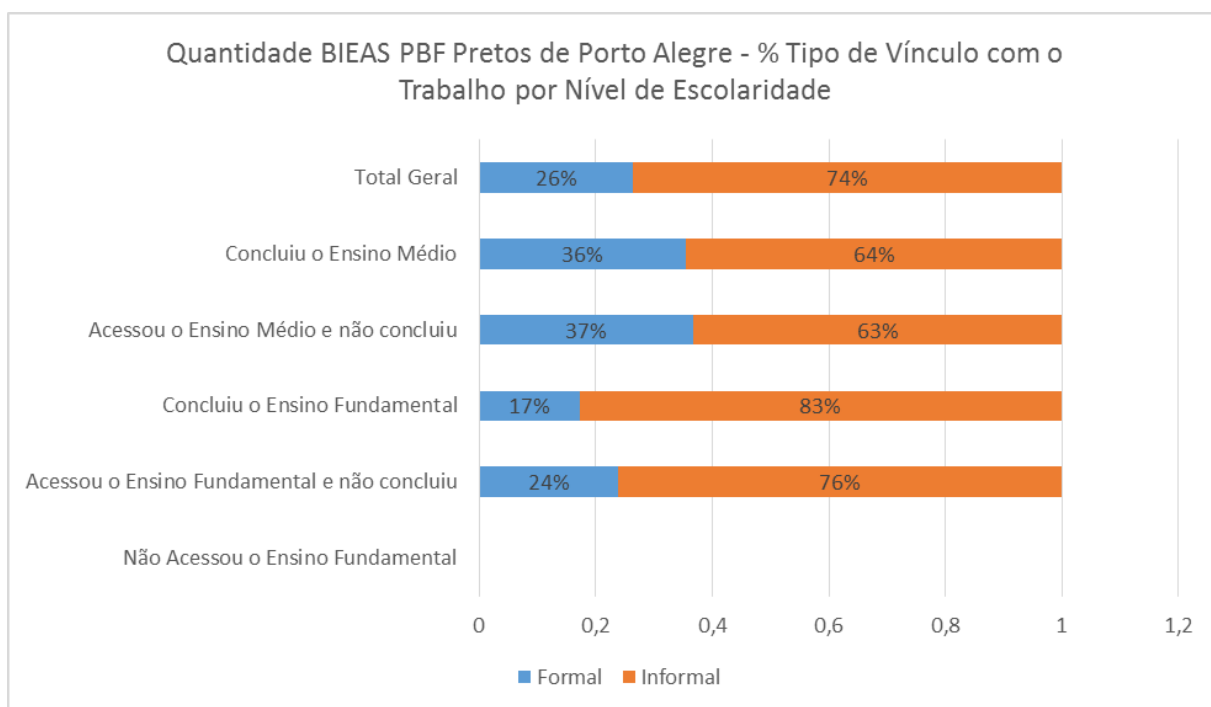


Gráfico 49: Proporção de BIEAs PBF Pretos de Porto Alegre-Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade

Fonte: CadÚnico (2014).

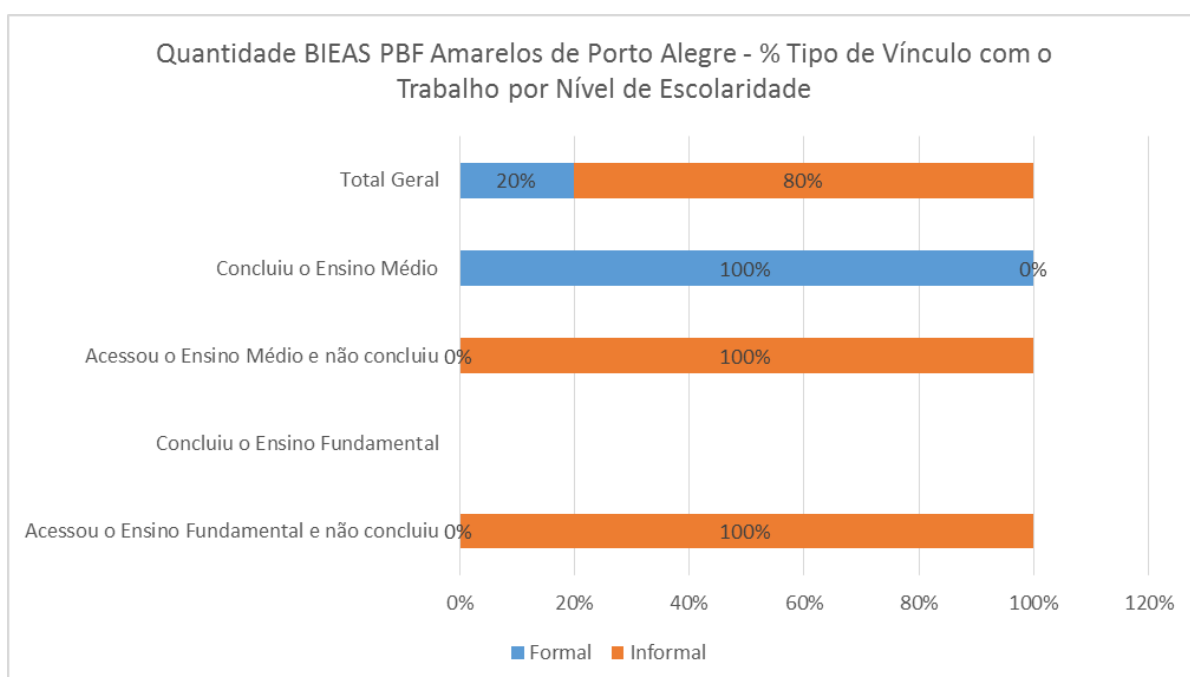


Gráfico 50: Proporção de BIEAs PBF Amarelos de Porto Alegre -Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade

Fonte: CadÚnico (2014).

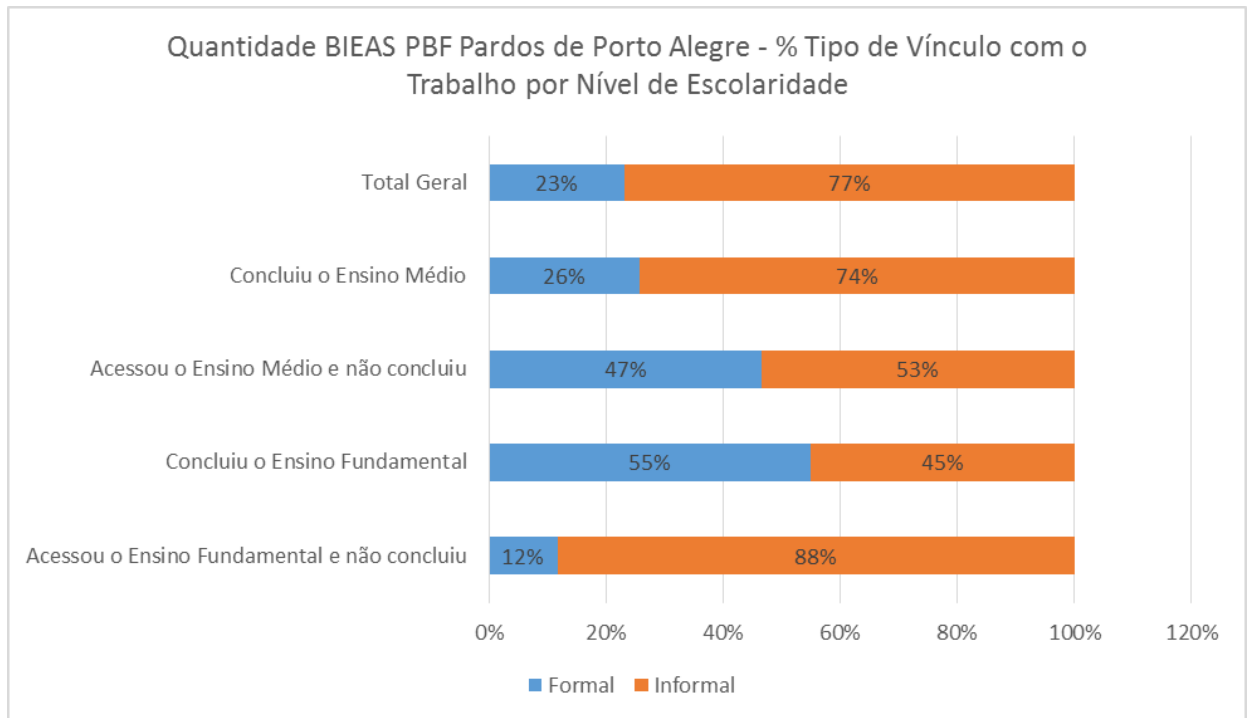


Gráfico 51: Proporção de BIEAs PBF Pardos de Porto Alegre -Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade

Fonte: CadÚnico (2014).

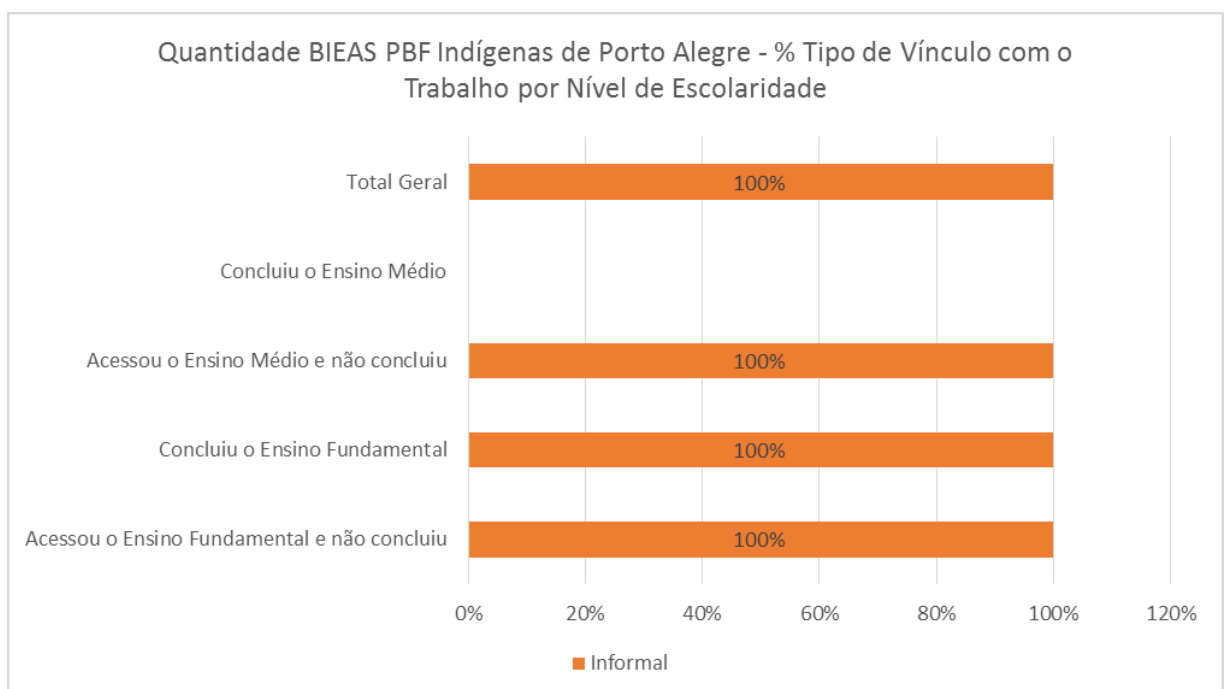


Gráfico 52: Proporção de BIEAs PBF Indígenas de Porto Alegre -Vínculo com o Trabalho por Nível de Escolaridade

Fonte: CadÚnico (2014).

Quanto aos rendimentos obtidos através do trabalho, verifica-se:

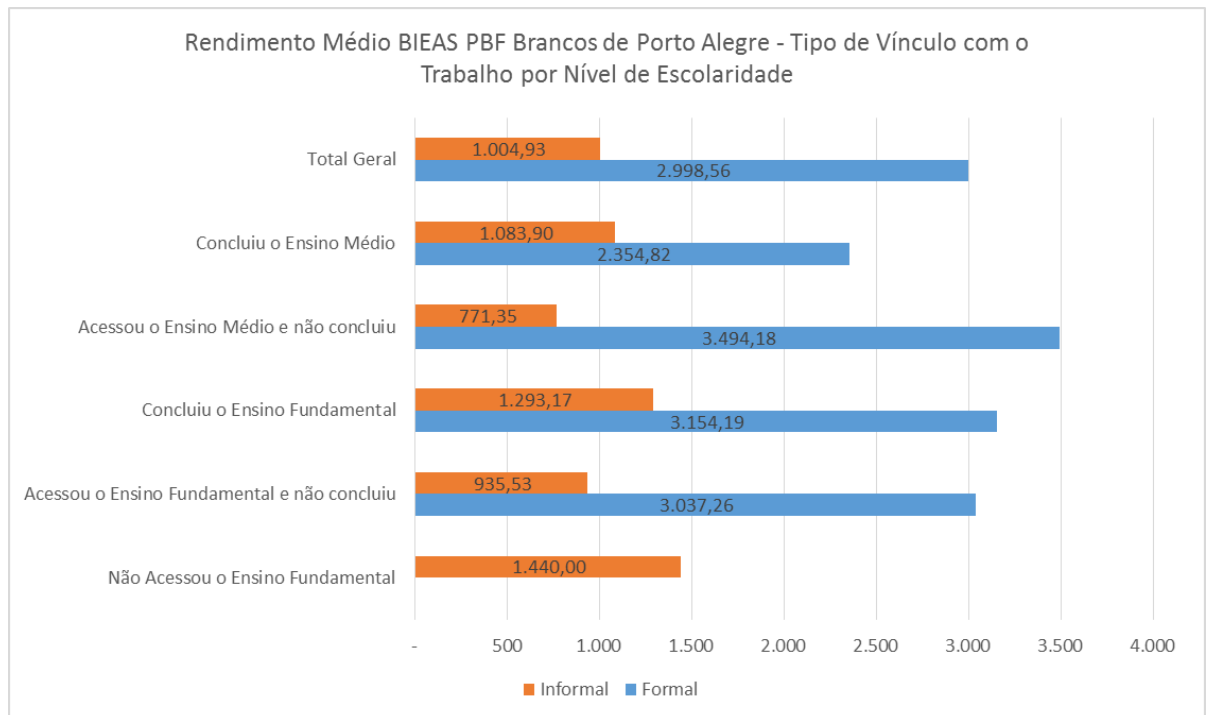


Gráfico 53: Rendimento Médio dos BIEAs PBF Brancos de Porto Alegre por nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

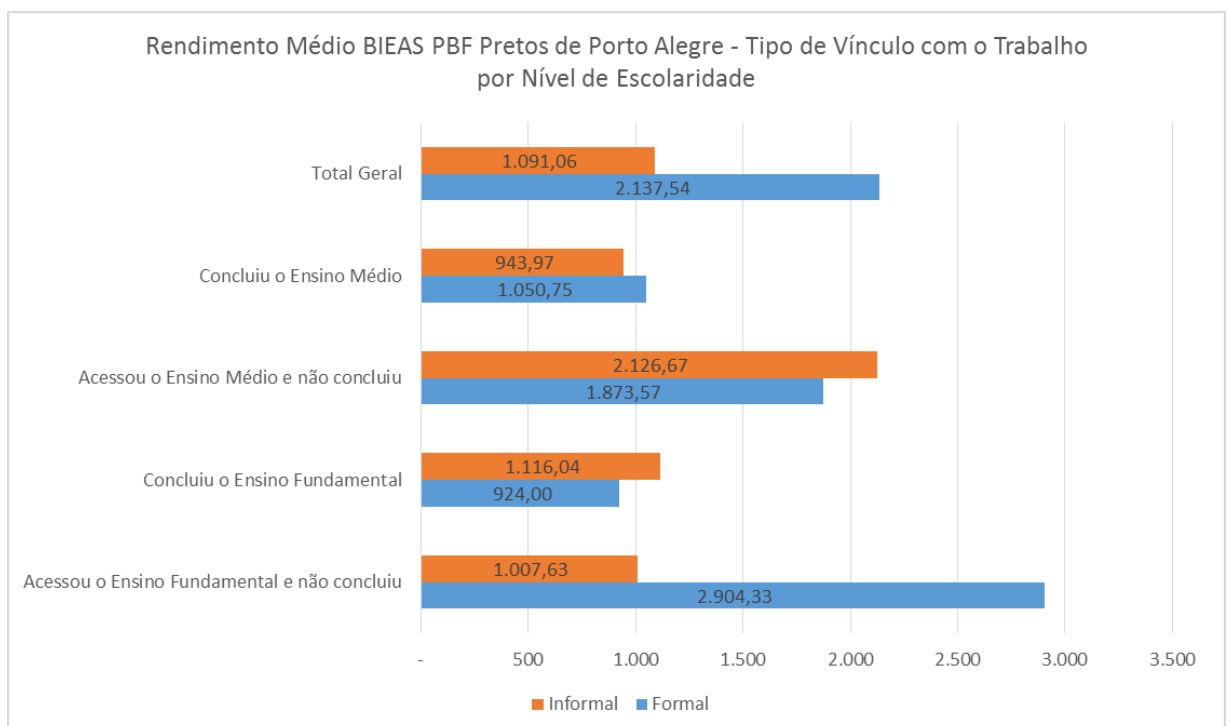


Gráfico 54: Rendimento Médio dos BIEAs PBF Pretos de Porto Alegre por nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

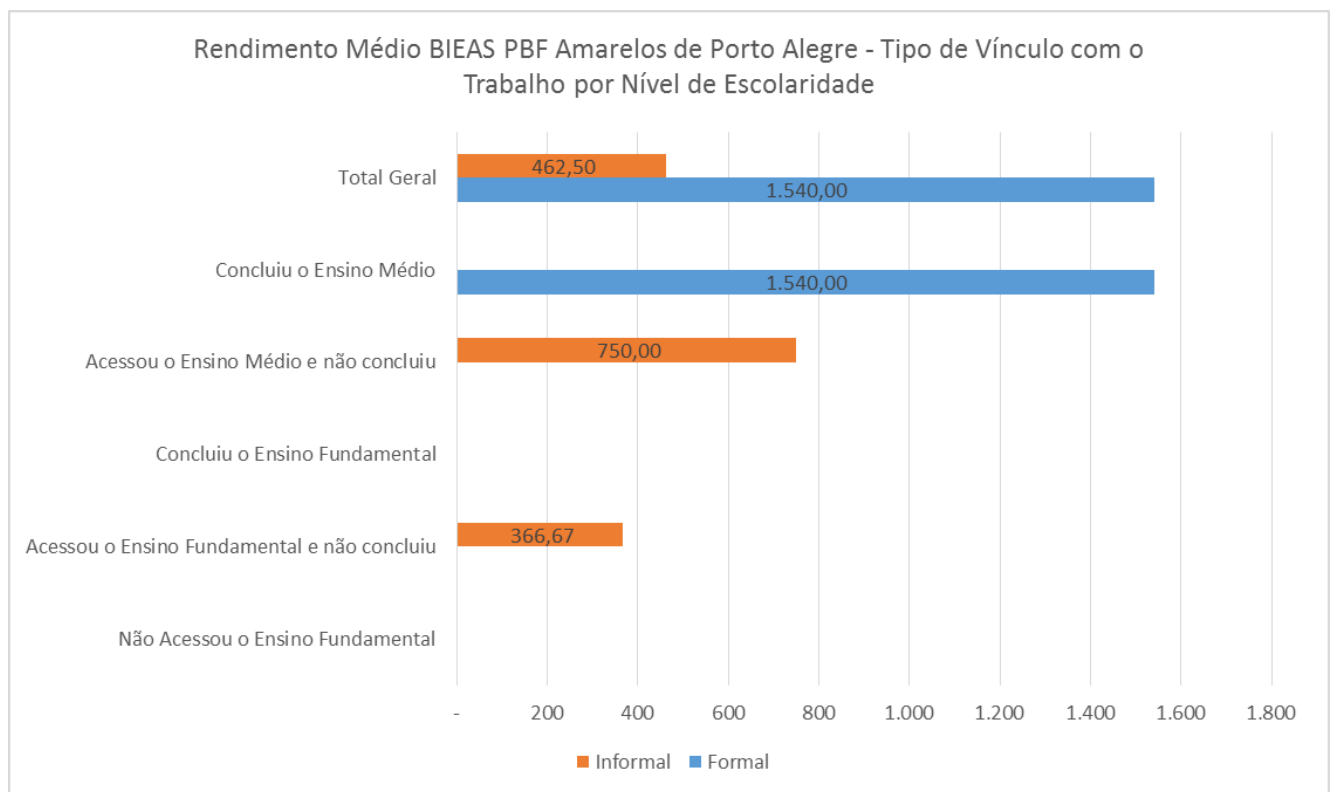


Gráfico 55: Rendimento Médio dos BIEAs PBF Amarelos de Porto Alegre por nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

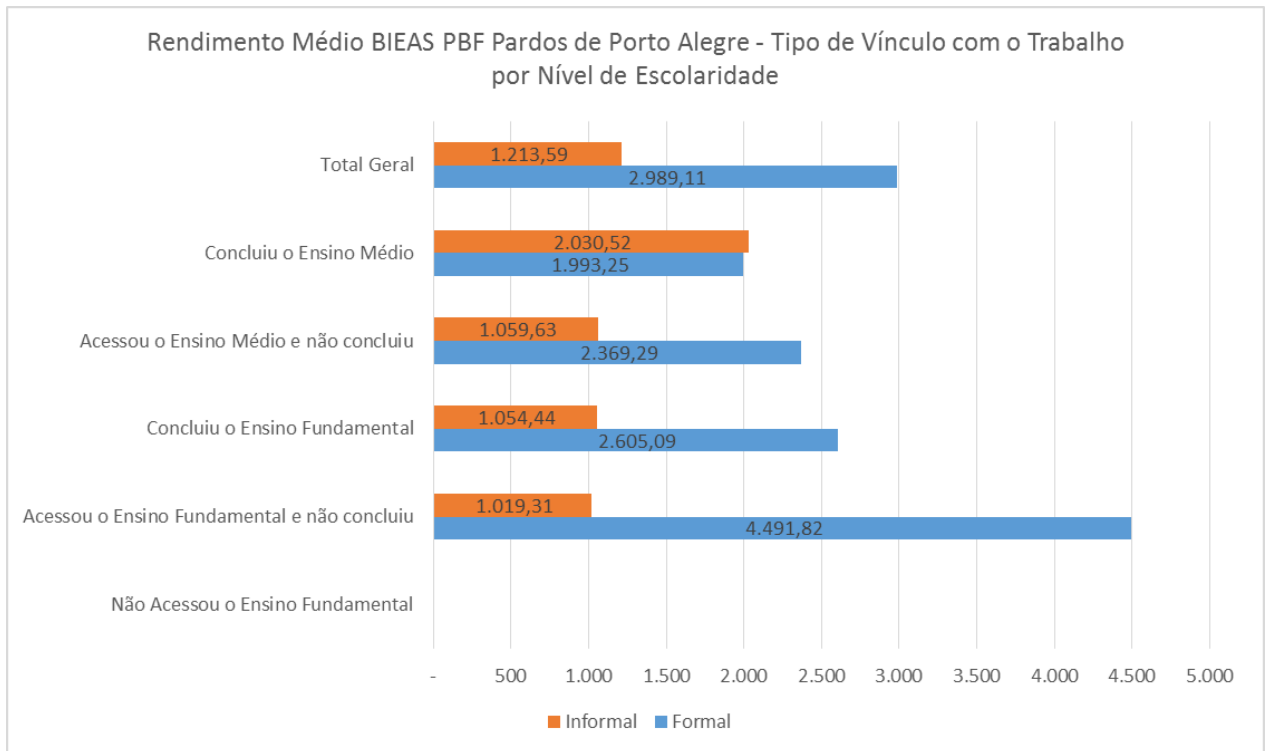


Gráfico 56: Rendimento Médio dos BIEAs PBF Pardos de Porto Alegre por nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

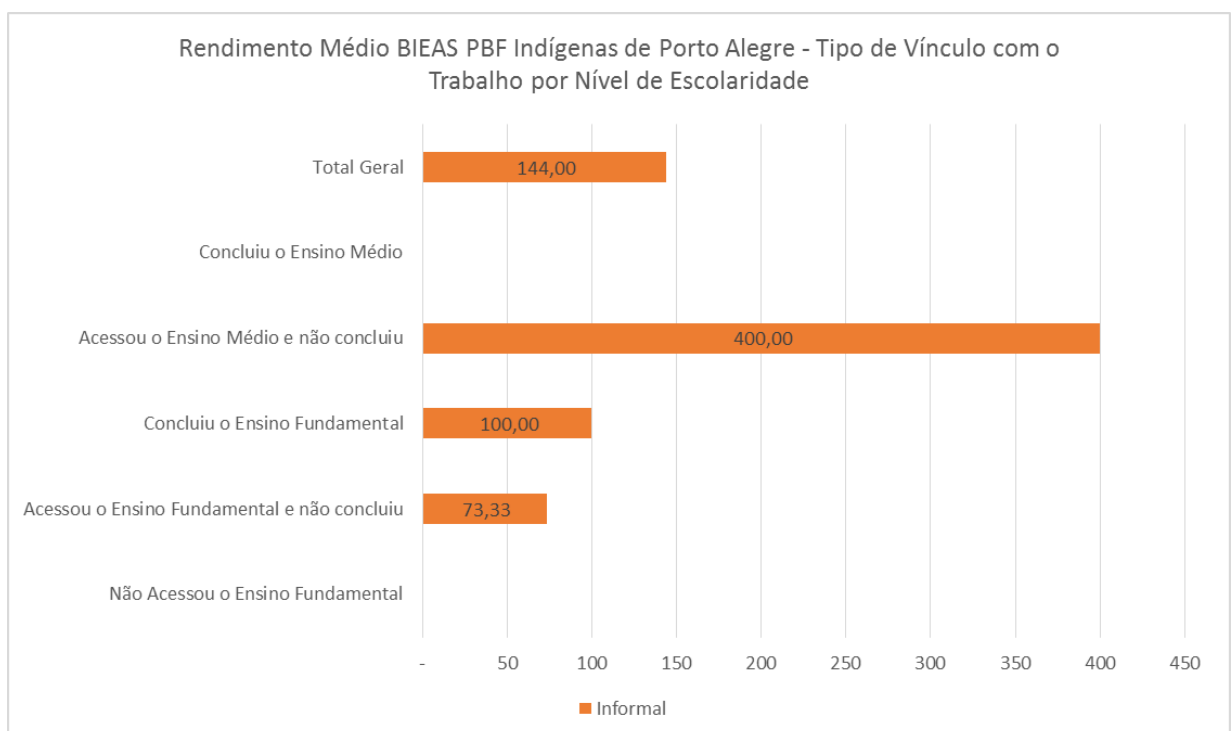


Gráfico 57: Rendimento Médio dos BIEAs PBF Indígenas de Porto Alegre por nível de Escolaridade e Vínculo com o Trabalho

Fonte: CadÚnico (2014).

A partir dos gráficos por cor/raça acima (gráficos 47 a 57), considerando todos os níveis de escolaridade agregados, os BIEAs PBF Brancos de Porto Alegre que deixaram de frequentar a escola são os que mais acessam o mercado de trabalho formal (27%). Já os indígenas só acessaram o mercado de trabalho informal. Em uma análise isolada, por nível de escolaridade, a proporção de BIEAs PBF amarelos de Porto Alegre que concluiu o ensino médio, teve 100% de acesso ao mercado de trabalho formal, constituindo o maior índice de acesso a esse mercado de trabalho.

Novamente, exceto para amarelos e indígenas, também se identifica um crescimento da proporção de indivíduos que acessa o mercado formal, para ambos os gêneros, a partir do nível “Não acessou o Ensino Fundamental” até o “Concluiu o Ensino Fundamental” para as cores/raças mais representativas. A partir do nível “Concluiu o Ensino Fundamental” até o “Concluiu o Ensino Médio” tal crescimento se interrompe, como visto anteriormente. Assim, mesmo ponderando-se critérios de raça/cor, a partir da conclusão do ensino fundamental, os gráficos também sugerem que o aumento do nível de escolaridade não implica necessariamente em aumento do acesso ao mercado formal para BIEAs PBF brancos, pretos e pardos de Porto Alegre.

Os rendimentos médios obtidos no mercado de trabalho formal pelos BIEAs PBF Brancos de Porto Alegre, no geral, superam os rendimentos médios das demais cores/raças, sejam eles oriundos do mercado de trabalho formal ou informal. Já os BIEAs PBF indígenas de Porto Alegre apresentaram os menores rendimentos médios, para todos os níveis de escolaridade, na comparação com as demais cores/raças.

No tocante as atividades exercidas em cada um dos mercados de trabalho (formal e informal), bem como a respectiva remuneração verifica-se:

	Não Acessou o Ensino Fundamental		Acessou o Ensino Fundamental e Não concluiu		Concluiu o Ensino Fundamental		Acessou o Ensino Médio e Não concluiu		Concluiu o Ensino Médio		Total	
	Qtde indivíduos	Rendimento Médio	Qtde indivíduos	Rendimento Médio	Qtde indivíduos	Rendimento Médio	Qtde indivíduos	Rendimento Médio	Qtde indivíduos	Rendimento Médio	Qtde indivíduos	Rendimento Médio
<b>Formal</b>			39	R\$ 2.852	49	R\$ 2.707	130	R\$ 3.117	65	R\$ 1.929	283	R\$ 2.736,55
Aprendiz							3	R\$ 545	1	R\$ 600	4	R\$ 559,00
Empregado c/ carteira de trabalho assinada			37	R\$ 2.765	44	R\$ 2.847	115	R\$ 3.254	49	R\$ 1.887	245	R\$ 2.833,74
Estagiário			1	R\$ 2.800					9	R\$ 984	10	R\$ 1.166,00
Militar ou servidor público									2	R\$ 9.225	2	R\$ 9.225,00
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada			1	R\$ 6.100	5	R\$ 1.474	10	R\$ 2.857	3	R\$ 870	19	R\$ 2.350,00
Trabalhador não-remunerado							1	R\$ 780			1	R\$ 780,00
Trabalhador temporário em área rural							1	R\$ 1	1	R\$ 2.400	2	R\$ 1.200,50
<b>Informal</b>	1	R\$ 1.440	200	R\$ 901	109	R\$ 1.214	342	R\$ 1.008	148	R\$ 1.191	800	R\$ 1.043,63
Empregado s/ carteira de trabalho assinada			5	R\$ 1.772	7	R\$ 2.192	15	R\$ 1.052	12	R\$ 1.527	39	R\$ 1.494,97
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada			4	R\$ 493	4	R\$ 2.550	8	R\$ 1.468	3	R\$ 413	19	R\$ 1.323,79
Trabalhador por conta própria (bico,autônomo)	1	R\$ 1.440	191	R\$ 887	98	R\$ 1.090	319	R\$ 994	133	R\$ 1.178	742	R\$ 1.012,73
<b>Total</b>	1	R\$ 1.440	239	R\$ 1.220	158	R\$ 1.677	472	R\$ 1.589	213	R\$ 1.416	1083	R\$ 1.486,01

Quadro 12: BIEAs PBF de Porto Alegre – Relação Trabalho, Renda e Estudo- Trabalho exercido - 2014

Fonte: CadÚnico. Em relação a trabalho consideraram-se os campos 8.01 (trabalhou na semana passada) e/ou 8.03 (trabalhou, mas estava afastado por motivo de doença, falta, férias ou por outro).

### 5.3 Conclusão sobre as Oportunidades Sociais

Na presente seção, abordou-se o papel instrumental das Oportunidades Sociais para os BIEA do PBF do município de Porto Alegre. O enfoque se restringiu ao acesso à educação (privada ou pública) e ao mercado de trabalho (formal e informal), na perspectiva de identificar conflitos que pudessem sugerir uma situação de armadilha (SACHS,2005), entre tais elementos. Assim, através de uma análise descritiva das informações dos BIEAs PBF de Porto Alegre do CadÚnico, buscou-se identificar a ocorrência de 03 (três) hipóteses de armadilha:

- 1)O beneficiário do Programa Bolsa Família não acessa níveis educacionais mais elevados porque tem que trabalhar para sobreviver. Em uma analogia à teoria de (SAMPAIO, CARDOSO,2011), haveria um conflito entre sobrevivência e tempo para estudar.

- 2) O beneficiário do Programa Bolsa Família possui baixo acesso aos trabalhos com melhor rendimento devido ao baixo nível educacional, um desdobramento lógico da teoria de (SAMPAIO, CARDOSO, 2011).
- 3) O beneficiário do Programa Bolsa Família tende a ser direcionado para o mercado de trabalho informal devido às baixas condições de acessar o trabalho formal (KREIN e PRONI, 2010)

Em relação hipótese (1) acima, partindo-se da premissa de um nível de escolaridade mínimo desejável ao se deixar de frequentar a escola, a análise das informações do CadÚnico sugere a existência de uma armadilha na relação trabalho e estudo. Tal armadilha se manifestaria de forma diferente ao conflito exposto em Sampaio e Cardoso (2011). Em Sampaio e Cardoso (2011) o conflito entre trabalho e estudo ocorre de forma concomitante: tais atividades disputariam a agenda dos indivíduos. No presente trabalho, não necessariamente haja tal disputa de agenda. A maioria dos indivíduos, a partir de uma determinada idade, perceberia maiores incentivos para deixar de frequentar a escola, antes de alcançar um mínimo de escolaridade desejável. Tais incentivos podem envolver fatores extrínsecos (outras atividades, inclusive o trabalho) ou intrínsecos (percepção de baixo valor para educação, por exemplo). Há, portanto, uma ampliação das atividades em disputa com os estudos que não só trabalho.

A premissa de um nível de escolaridade mínima (no caso ensino fundamental completo na idade onde a proporção dos indivíduos que não frequentam a escola supera a dos que frequentam), sem prejuízo da identificação desses fatores que levaram os indivíduos a deixar a escola, torna-se mais relevante para fins de definição de uma situação de armadilha. A utilização desse método, no presente trabalho, justifica-se tanto pela baixa representatividade dos indivíduos que informaram trabalhar (2,97% dos BIEAs BPF de Porto Alegre), quanto pela possibilidade de incentivos a não prestar informações sobre trabalho visando preservar benefícios recebidos do Programa Bolsa Família. Assim verificou-se que a idade onde a proporção dos indivíduos que não frequentam a escola supera a dos que frequentam, em geral, ocorre aos 21 (vinte e um) anos de idade. Considerando o universo dos BIEAs BPF de Porto Alegre dessa idade em diante, apenas 19% dos BIEAs PBF de Porto Alegre que deixaram de frequentar a escola concluiu o ensino médio, sendo que o grupo mais representativo (58%) acessou e não conclui o ensino fundamental (ou equivalentes). Portanto,

as informações sugerem uma armadilha: os indivíduos deixam de frequentar a escola antes da conclusão de um mínimo desejável (ensino médio concluído) por perceberem incentivos maiores (extrínsecos ou intrínsecos) a partir dos 21 (vinte e um) anos de idade.

No tocante a hipótese (2) - os BIEAs PBF de Porto Alegre possuem baixo acesso aos trabalhos com melhor rendimento devido ao baixo nível educacional - não se confirmou. Não se identificou que o aumento do nível de escolaridade seja necessariamente acompanhado pelo aumento do rendimento obtido. Os rendimentos médios verificados, tanto no mercado de trabalho formal ou informal, para o nível de escolaridade “Concluiu o Ensino Médio” (R\$ 1.190,69 no mercado de trabalho formal e R\$ 1.928,92; no informal) são inferiores aqueles verificados em níveis de escolaridade inferiores, como por exemplo “Concluiu o Ensino Fundamental” (R\$ 1.213,98 e R\$ 2.707,06). A não confirmação dessa hipótese pode ter explicações diversas: a dinâmica do mercado de trabalho que os BIEAs PBF de Porto Alegre mais têm acesso (demanda e oferta); um sistema educacional cuja qualidade, a partir de um determinado ponto, iguale o conhecimento independentemente do nível de escolaridade alcançado; um descolamento entre o conhecimento demandado pelo mercado de trabalho e aquele adquirido no processo de escolarização, dentre outros.

Em relação a hipótese (3) - os BIEAs PBF de Porto Alegre tendem a ser direcionados para o mercado de trabalho informal devido às baixas condições de acessar o trabalho formal – foi possível identificar elementos que sugerem a ocorrência de armadilha. Dentre os BIEAs PBF de Porto Alegre que trabalham, a maioria (74%) acessa o mercado de trabalho informal o restante (26%) acessa o mercado formal. Considerando que o acesso é um reflexo de condições, sejam elas intrínsecas (como nível de escolaridade e conhecimentos adquiridos) ou extrínsecas (questões estruturais da economia do país, por exemplo) ao indivíduo, a proporção de BIEAs PBF de Porto Alegre em cada um dos mercados de trabalho denota baixas condições de acesso ao mercado de trabalho formal. Conforme a OIT (Organização Internacional do Trabalho) (KREIN e PRONI, 2010) os indivíduos do mercado de trabalho informal, em relação ao formal, tendem a ser mais vulneráveis quanto às garantias, proteções sociais, estabilidade, remuneração aumentando-se o risco de direcionamento às atividades subterrâneas<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Vide nota 20

Nas três hipóteses testadas foi possível identificar diferentes formas de inserção, tanto no mercado de trabalho (forma ou informal) quanto no processo de escolarização, segundo a cor/raça e gênero dos BIEAs PBF de Porto Alegre. Em geral, dentre os BIEAs PBF de Porto Alegre, aqueles que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, interrompem o processo de escolarização em níveis mais baixos. Quanto ao mercado de trabalho e remuneração, esses grupos de BIEAs PBF de Porto Alegre, acessam menos o mercado de trabalho formal e obtêm, em geral, as remunerações as mais baixas em ambos mercados de trabalho (formal ou informal). Quanto ao gênero, as mulheres BIEAs PBF de Porto Alegre interrompem o processo de escolarização em níveis mais elevados que os homens, acessam mais o mercado de trabalho formal e, em geral, alcançam as remunerações mais altas em ambos mercados de trabalho (formal ou informal).

## 7. CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs uma metodologia para a avaliação de bem-estar dos beneficiários em idade economicamente ativa do Programa Bolsa Família (BIEAs PBF) no município de Porto Alegre. Basicamente, verificou-se na teoria de Sen (2010), paralelamente à teoria de Sachs (2005) a possibilidade de utilização de critérios que combinam elementos de uma visão utilitarista com uma visão rawlsiana sobre os indivíduos, buscando identificar situações de armadilhas (restrições ou fatores críticos) ao desenvolvimento dos mesmos. Nesse sentido, foi proposto a verificação de alguns papéis instrumentais da liberdade como critério de avaliação das liberdades substantivas (capacidade de escolher uma vida que se tem razão para valorizar ou a possibilidade de escolher diferentes estilos de vida): facilidades econômicas e oportunidades sociais. Objetivando operacionalizar tais conceitos, analisaram-se as informações do Programa Bolsa Família dispostas no CadÚnico e a comparação com pesquisas do IBGE relacionadas ao tema.

Em relação às Facilidades Econômicas, a renda foi o principal aspecto das identificado. Na avaliação dos diferentes parâmetros para aferir a renda dos BIEAs PBF de Porto Alegre, identificados a partir da comparação de pesquisas do IBGE com as informações do CadÚnico, ponderando-se certos limites (tendência a subdeclarações, bases comparativas geográficas e períodos de referências distintos), estimou-se uma renda *per capita* familiar de R\$ 327,51 (trezentos e vinte e sete reais com cinquenta e um centavos) com base nas informações do CadÚnico. Sem prejuízo da precisão da renda, verificou-se que as liberdades substantivas de (capacidade para se ter estilos de vidas diferentes) (SEN,2010) pode proporcionar informações mais relevantes. Nesse sentido, as informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) sugere que os BIEAs PBF de Porto Alegre possuem grande parte de suas rendas destinadas ao consumo (habitação, alimentação, transporte e vestuário); pouca capacidade de investimento e de redução do passivo; indicando necessidade de endividamento e maior dificuldade para quitar as contas mensais, na comparação com demais categorias de famílias por faixa de renda. Assim se as Facilidades Econômicas não forem complementadas por outros papéis instrumentais da liberdade (como as Oportunidades Sociais por exemplo), as informações sugerem restrições das liberdades substantivas para escolher estilos de vidas diferentes (SEN, 2010).

No tocante às Oportunidades Sociais , buscou-se avaliar o nível de escolarização atingido e o acesso ao mercado de trabalho (formal ou informal) visando identificar ocorrência de três hipóteses de armadilha (SACHS, 2005): (1) o beneficiário do Programa Bolsa Família não acessa níveis educacionais mais elevados porque tem que trabalhar para sobreviver, em uma analogia à teoria de (SAMPAIO, CARDOSO, 2011), haveria um conflito entre sobrevivência e tempo para estudar; (2) beneficiário do Programa Bolsa Família possui baixo acesso aos trabalhos com melhor rendimento devido ao baixo nível educacional, um desdobramento lógico da teoria de (SAMPAIO, CARDOSO, 2011) ; (3) o beneficiário do Programa Bolsa Família tende a ser direcionado para o mercado de trabalho informal devido às baixas condições de acessar o trabalho formal (KREIN e PRONI, 2010). A análise das informações do CadÚnico sugere a ocorrência da hipótese (1), assumindo-se a premissa de um nível de escolaridade mínima desejável ao se interromper o processo de escolarização e ampliando-se o conceito de atividades ligadas à sobrevivência para além do trabalho. O mesmo não ocorre para a hipótese (2), uma vez que os diferentes níveis de escolaridade alcançados não foram necessariamente acompanhados por aumento dos rendimentos obtidos no mercado de trabalho. Já quanto a hipótese (3), as informações do CadÚnico confirmam uma tendência à informalidade, onde os rendimentos são mais baixos em relação ao mercado de trabalho formal. Para todas as hipóteses analisadas identificaram-se diferentes formas de inserção , seja no mercado de trabalho (forma ou informal) quanto no processo de escolarização , segundo a cor/raça e gênero: pretos, pardos ou indígenas interrompem o processo de escolarização em níveis mais baixos, acessam menos o mercado formal e , em geral, obtêm os menores rendimentos no mercado de trabalho; as mulheres interrompem o processo de escolarização em níveis mais altos, acessam mais o mercado formal e , em geral, obtêm os maiores rendimentos no mercado de trabalho.

Finalmente, a metodologia proposta ao avaliar a relação dos papéis instrumentais da liberdade (como Facilidades Econômicas e Oportunidades Sociais) com as liberdades substantivas dos indivíduos permitiu um melhor posicionamento das discussões relevantes ao desenvolvimento dos BIEAs PBF. Identificaram-se fatores críticos ao desenvolvimento humano, independentemente de questões como a eventual “acomodação” dos indivíduos por receberem benefícios. Em outros termos, independentemente do efeito dos benefícios recebidos, existem limitações ao desenvolvimento que dependem de uma análise mais ampla, remetendo a um espectro maior de políticas públicas necessárias, e não só fatores intrínsecos aos indivíduos. A relação, maiores níveis de escolarização - maior acesso ao mercado de

trabalho formal e maior rendimento, não tão convergente para o caso dos BIEAs PBF de Porto Alegre, bem como os aspectos de cor e gênero, ilustram esse aspecto.

## 8. BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, Nyedja Nara Furtado de. **Trabalho e Estudo: Uma Conciliação Desafiante**. In: IV Fórum Internacional de Pedagogia, Realize Editora: Campina Grande, 2012. Disponível em: <  
<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ed3d2c21991e3bef5e069713af9fa6ca.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2015.

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. **Capital Social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BARBOSA FILHO, Fernando Holanda; MOURA, Rodrigo Leandro de. **Evolução Recente da Informalidade no Brasil: Uma Análise Segundo Características da Oferta e Demanda de Trabalho**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), 2012. Disponível em: <  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11679/Evolu%c3%a7%c3%a3o%20Recente%20da%20Informalidade%20no%20Brasil%20-%20PDF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BARBOSA, J. F. P.; CORDEIRO, L. M. C.; RODRIGUES, L.; FIALHO, T. M. M. **O Programa Bolsa Família, como Medida de Combate à Pobreza: uma análise de alguns de seus impactos no município de Montes Claros-MG**. Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar/UFMG: Diamantina, 2008. Disponível em  
 :<[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A138.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A138.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004a. Disponível em:  
 <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 09 de janeiro de 2004b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2014.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). **Relatório da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil**. Brasília: SAE/PR, 2012. Disponível em:<<http://www.sae.gov.br/documentos/publicacoes/relatorio-de-definicao-da-classe-media-no-brasil/>>. Acesso em: 06 mar. 2015

BRASIL. Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil Sem Miséria/Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa**. Brasília: MDS, 2014b. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/biblioteca/livro-o-brasil-sem-miseria/livro-o-brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 01 abr. 2015

BRITO, Alessandra Scalioni. **Programa Bolsa Família e Mercado de Trabalho: Uma Análise das Limitações e Possibilidades da PNAD e do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense-Centro de Estudos Sobre Desigualdade e Movimento, 2011. Disponível em:<[http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/Dissertacao\\_Alessandra.pdf](http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/Dissertacao_Alessandra.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. **A Influência do Relatório Beveridge nas Origens do Welfare State (1942-1950)**. Revista Todavia, Ano 1, nº 01, Rio de Janeiro, 2010, p. 39-53. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/revistatodavia/Artigo3%20-%20Revista%20Todavia.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015

CEDEPLAR/UFMG. **Primeiros Resultados da Análise da Linha de Base da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família**. Belo Horizonte,

2007. Disponível em: < [http://www.ipc-undp.org/doc\\_africa\\_brazil/CEDEPLAR\\_AnaliseAvaliacaoPBF.pdf](http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/CEDEPLAR_AnaliseAvaliacaoPBF.pdf)>. Acesso em 28 abr. 2015.

CODES, Ana Luiza Machado de. **Texto para Discussão N° 1332 - A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma Visão Complexa**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1332.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. In: Ver. Lua Nova, São Paulo, 1991 n. 24, setembro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**, 1ª Ed, 15ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

FERRO, A. R.; NICOLLELA, A. C. **The impact of conditional cash transfer programs on household work decisions in Brazil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Mimeo. Disponível em: < [http://www.iza.org/conference\\_files/worldb2007/ferro\\_a3468.pdf](http://www.iza.org/conference_files/worldb2007/ferro_a3468.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2015.

FIORI, José Luis. **Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises**. Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 1997 v. 07 (2), p. 129-147. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. **The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of brazilian municipalities**. Universidade de São Paulo, Estudos Econômicos, v. 40, n° 2, p. 259-293, abril-junho 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/viewFile/36005/38722>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Despesas Rendimentos e Condições de Vida**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009/POFpublicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf)>. Acesso em 11 ago. 2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) 2004**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em 28 mai. 2015

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) 2006**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em 28 mai. 2015

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmet2.shtm>>. Acesso em 28 mai. 2015

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em 28 mai. 2015

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em 12 jun. 2015

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),2002**. Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4437&Itemid=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4437&Itemid=1)>. Acesso em: 05 mai. 2015

KERLINGER, Fred Nichols. Trad. Helena Mendes Rotundo. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 2003.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia Informal: Aspectos Conceituais e Teóricos**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2010. Disponível em: <  
[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia\\_informal\\_241.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2015.

MAANEN, J. V. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, nº 3, 2º Semestre de 1996.

MOREIRA, Rafael de Farias Costa. **Empreendedorismo e Inclusão Produtiva: Uma Análise de Perfil do Microempreendedor Individual Beneficiário do Programa Bolsa Família**. In Radar Tecnologia, Produção e Comércio Exterior/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, nº. 25, abril de 2013. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130507\\_radar25.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130507_radar25.pdf)>. Acesso em: 04 mai 2015.

MDS.GOV.BR- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**, [s.d.]. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> >. Acesso em: 03 nov.2014.

MDS/SAGI – Ministério do Desenvolvimento/Secretaria de Avaliação da Gestão de Informação. **Estudo Técnico nº 15/2014 – Análise Discriminante dos grupos Sem rendimento (SR) e Sem Declaração (SD)**. MDS/SAGI: Brasília, 2014. Disponível em:  
 <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos\\_tecnicos/pdf/94.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/94.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio: Cimeira do Milênio**, Nova York, 2000. Disponível em: <  
<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

NODARI, Paulo Cesar. **A Ética Aristotélica**. Síntese Nova Fase, Belo Horizonte, v. 24, n. 78, p. 383-410, 1997. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/722/1149>>. Acesso em: 09 mar. 2015

OIT – Organização Internacional do Trabalho, Escritório no Brasil. **O que é Trabalho Decente**. OIT: Brasília, [s.d.]. Disponível em:<<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

PEDROZO, E. **Uma avaliação ex-ante dos impactos do Bolsa Família na redução do trabalho infantil**. Recife: Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007. Disponível em: <<http://core.ac.uk/download/pdf/6357197.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2015

PUTNAM, Robert. Trad. Luiz Alberto Monjardim. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAWLS, John. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. **Uma Teoria da justiça**. 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RAWLS, John. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. **Uma Teoria da justiça**. 1ª Ed., 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROCHA, Sonia. **Texto para Discussão Nº 899 - A Investigação do Rendimento na PNAD – Comentários e Sugestões à Pesquisa nos Anos 2000**. Rio de Janeiro:

ROSA, T. R. S.; SANTOS, G. R. **O trabalho entre os beneficiários do programa Bolsa Família em Montes Claros – MG**. São Paulo: Anais do 13th BIEN Congress, 2010.

SACHS, Jeffrey D. Trad. Pedro Maia Soares. **O Fim da Pobreza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/terezaraquelrosaOtrabalhoentreo>

sbeneficiariosdoprogramaBolsaFamiliaeMontesClaros.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.

SAMPAIO, Helena; CARDOSO, Ruth C.L. **Ebrstudantes Universitários e o Trabalho.** Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_03.htm)>. Acesso em 20 de março de 2015.

SEN, Amartya. Trad. Laura Teixeira Motta. **Desenvolvimento como Liberdade.** 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIQUEIRA, Marilene Maria Matias; PADOVAM, Valquiria Aparecida. **Bases Teóricas de Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, 2008, v.24 n.2, p. 201-209. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/09>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

TAVARES, P. A. **Efeito do Programa Bolsa Família sobre o Trabalho das Mães. Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira.** Cedeplar/UFMG: Diamantina, 2008. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A097.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A097.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 15ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WAN DER MAAS, L.; CAETANO, A. J. **Participação no mercado de Trabalho e qualidade da inserção ocupacional entre elegíveis ao Programa Bolsa Família da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, e Rio Grande do Sul em 2006.** Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar/UFMG: Diamantina, 2010. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A062.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A062.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2015

World Bank, **Global Monitoring Report 2014/2015: Ending Poverty and Sharing Prosperity**. Whashington DC, 2014. Disponível em: <[http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/gmr/gmr2014/GMR\\_2014\\_Full\\_Report.pdf](http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/gmr/gmr2014/GMR_2014_Full_Report.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2014.